

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião**

**CONGADA E REINADO:**  
**história religiosa da irmandade negra em Jequitibá, MG**

**Carlos Roberto Moreira dos Santos**

**Belo Horizonte**  
**2011**

**Carlos Roberto Moreira dos Santos**

**CONGADA E REINADO:  
história religiosa da irmandade negra em Jequitibá, MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Pedro A. Ribeiro de Oliveira

**Belo Horizonte  
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237c Santos, Carlos Roberto Moreira dos  
Congado e reinado : história religiosa da irmandade negra em jequitibá,  
MG / Carlos Roberto Moreira dos Santos. Belo Horizonte, 2011.  
134 p.

Orientador: Pedro A. Ribeiro de Oliveira  
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas  
Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião.

1.Irmandades. 2. Congada - Jequitibá(MG). 2. Poder (Teologia cristã)  
I. Oliveira, Pedro A. Ribeiro. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas  
Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião.. III. Título.

CDU: 398.54

**Carlos Roberto Moreira dos Santos**

**CONGADA E REINADO:  
história religiosa da irmandade negra em Jequitibá, MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião. Aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Prof. Dr. Pedro A. Ribeiro de Oliveira (Orientador) – PUC Minas

---

Prof. Dr. Ênio José da Costa Brito – PUC-SP

---

Prof. Dr. Mauro Passos – PUC Minas

**BELO HORIZONTE, 03 DE FEVEREIRO DE 2011**

*Dedico este trabalho às minhas raízes congadeiras:  
José Vitorino dos Santos,  
Alcides Eduardo dos Santos,  
Vicente dos Santos,  
Expedito dos Santos,  
Deolino dos Santos  
e à nova geração.*

## **AGRADECIMENTOS**

À fonte geradora da vida, do amor e da criatividade humana: Deus. Ele que criou o ser humano tão rico e tão diverso em suas manifestações culturais.

Ao meu orientador, Professor Pedro A. Ribeiro de Oliveira, pelas sábias e oportunas orientações, que tornaram possível a realização desta pesquisa.

Aos congadeiros e à cidade de Jequitibá, pela riqueza cultural e religiosa que cultivam.

Ao José Geraldo Alves, “Zé da Ernestina”, pela colaboração com o relato de sua vida congadeira.

Aos meus pais e incentivadores, que possibilitaram direta e indiretamente o surgimento desta dissertação.

E aos demais colegas de classe e amigos pelo apoio e incentivo.

*Um fato decisivo na divulgação da fé cristã em terras brasileiras foi o que hoje chamamos [...] de vivência religiosa do homem comum, do povo simples e geralmente pobre. A penetração do catolicismo nas camadas populares realizou-se, mormente por esse caminho. De Portugal veio com os colonizadores um cristianismo de cunho tipicamente medieval que determina a vivência religiosa da maioria da população portuguesa. A partir desse substrato luso a religiosidade popular no Brasil se desenvolve e enriquece com elementos oriundos das tradições religiosas indígenas e, sobretudo, africanas. Constitui-se, assim, um catolicismo multifacetado, de grande diversidade cultural, ao qual estamos pouco acostumados. Para conhecermos a história de nossa Igreja e conseqüentemente da evangelização na terra da Santa Cruz, é indispensável levarmos em consideração o fenômeno, tão original e marcante, da [religião] popular que, às vezes, antecede o catolicismo oficial, mas de qualquer forma, sempre o acompanha, não sem tensões e conflitos. O povo vive sua religião nas vicissitudes do cotidiano. O catolicismo brasileiro, desde o seu primórdio, possui um rosto pluralista, extremamente rico e significativo.*

MATOS, 2005, p.195-196

## RESUMO

Esta pesquisa busca compreender o lugar da Congada no seio da Igreja Católica, uma vez que ela nasceu e cresceu à sua sombra, fortemente marcada com os elementos devocionais da Igreja e interagindo com os elementos da religião e costumes africanos. O recorte temporal considerado neste estudo tem como referência a primeira Coroação de reis negros em Recife no ano de 1674. Por um lado, é utilizada como instrumento de controle pelas classes dominantes, por outro, é vista pelos dominados como uma possibilidade de recriar sua África na nova terra. Destaca-se a vinda para a Província de Minas Gerais em 1711, onde se surgem as Irmandades do Rosário como organização dos negros, fenômeno que dura até o século XIX. De Vila Rica, hoje Ouro Preto, o fenômeno da Congada espalha-se pelo território mineiro, no qual veremos em Jequitibá o registro de uma Irmandade datada de 1874. A Igreja no Brasil, em processo de romanização, vê como ignorância religiosa as expressões e organizações populares, impingindo a elas restrições e controle pela hierarquia eclesiástica. Essa proibição dos festejos da Irmandade do Rosário estende-se por todo o território mineiro, conforme decisão dos bispos da Província mineira. A criação de diocese aproxima o poder regulador das organizações populares, gerando conflitos, tensões, proibições e resistências. Isso pode ser verificado na Arquidiocese de Belo Horizonte em relação a Divinópolis, bem como na Diocese de Sete Lagoas, em relação a Jequitibá, MG. Os conflitos permitem perceber a conveniência ou não da Congada no seio da Igreja, quando a porta desta se abre ou fecha para os congadeiros de acordo com a conveniência. Os setores eclesiásticos a partir do Concílio Ecumênico de 1962-1965 e documentos pós-conciliares vêm ensaiando um novo olhar a partir da conversão e reconhecimento dos valores presentes na cultura e nas expressões religiosas do povo, vistas como detentoras de valores evangélicos. A revisitação da Congada inserida no contexto das expressões da religião popular não constitui um acervo folclórico da cultura e da história, mas sim, uma expressão profunda de vida de seus integrantes.

**Palavras-chave:** Irmandade; Congada; Reinado; Hierarquia eclesiástica; Jequitibá-MG.

## ABSTRACT

Research focuses on understanding the place of this “Congada” within the Catholic Church, since it was born and raised from its shadow, strongly marked with the devotional elements of the Church interacting with elements of African religion and customs. The cut-off time considered in this study has as reference the first Coronation of negroe Kings in Recife in 1674. On one hand is used as an instrument of control by the dominant classes on the other hand it is seen by the dominated as a possibility to recreate its Africa in the new Earth. Coming to the province of Minas Gerais in 1711, which highlights the emergence of the Brotherhoods of the Rosary as organization of negroe, phenomenon that lasts until the 19th century. Vila Rica today Ouro Preto, the phenomenon of “Congada” spreads in Mineiro territory where we will see in Jequitibá the register of a Brotherhood dated 1874. The Church in Brazil, in the process of Romanization considers as religious ignorance the expressions and popular organizations showing them restrictions and control by the ecclesiastical hierarchy. This prohibition of Rosary brotherhood Festival goes through all Mineiro territory as decision of Bishops of the province of Minas Gerais. The creation of the diocese approximates the regulatory power of popular organizations, generating conflicts, tensions, prohibitions and resistance. This can be seen in the Archdiocese of Belo Horizonte regarding Divinópolis and in the Diocese of Sete Lagoas regarding Jequitibá, MG. The Conflicts allow us to realize the “Congada” convenience or not within the Church when the door of the church opens or closes for congadeiros according to the convenience. The ecclesiastical sectors from the Concílio Ecumenical 1962-1965 and post Vatican II documents are rehearsing a new look from the conversion and recognition of the values present in the culture and in the people religious expressions seen as Gospel holding values. The revisiting of the “Congada” inserted in the context of expressions of popular religion does not constitute an folkloric acquits of culture and history, but a profound expression of life of its members.

**Keywords:** Brotherhood; Reing; Congada; Catholic hierarchy; Jequitibá-MG.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização de Jequitibá .....	17
Figura 2: Localização de Jequitibá e suas comunidades .....	17
Figura 3: Capela de Nossa Senhora do Rosário de Jequitibá .....	19
Figura 4: 1) Folia de Reis; 2) Congadeiro João Gualberto; 3) Congado de Nossa Senhora do Rosário; 4) Rainha Conga Benedita de Matos; 5) Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário Mestre Zaninho; 6) Mestre Nelson Jacoh.....	20
Figura 5: Congado dos Bianos de Dr. Campolina .....	21
Figura 6: José da Ernestina e sua esposa Lica sendo coroados rei e rainha do Congo .....	52

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CEHILA:** Comissão de Estudo da História da Igreja na América Latina

**CELAM:** Conselho Episcopal Latino-Americano

**CERIS:** Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais.

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**IEPH/MG:** Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Contexto histórico.....	13
1.2 Objetivo e plano do trabalho.....	14
1.3 Histórico da cidade de Jequitibá, MG.....	16
2 UMA VISÃO PANORÂMICA DA CONGADA: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO .....	23
2.1 A Congada em Recife: coroação de Reis do Congo.....	28
2.2 O Reinado de N. Sr. <sup>a</sup> do Rosário na província mineira .....	31
2.3 A história da Irmandade do Rosário em Jequitibá.....	36
2.3.1 <i>Questões judiciais da Irmandade do Rosário de Jequitibá: prestação de contas</i> .....	40
2.3.2 <i>As festas da Irmandade do Rosário em Jequitibá relatadas no livro de 1879 a 1919</i> ....	42
2.3.3 <i>Concluindo sem concluir a história da Irmandade do Rosário em Jequitibá</i> .....	44
2.3.4 <i>A relação da Irmandade do Rosário e as autoridades eclesiásticas em Jequitibá, de 1872 a 1921</i> .....	46
3 A CONGADA SEGUNDO O REI CONGO DE MINAS GERAIS.....	51
3.1 A prática de fazer promessa ocupa um lugar de destaque na religião popular.....	57
3.2 Jequitibá, a cidade escolhida.....	58
3.3 Relembrando o período de 1954 a 1956, tempo do Pe. Raul Silva.....	63
3.4 A relação da Guarda de José da Ernestina com o segmento eclesiástico .....	64
3.5 Trabalho junto ao povo: uma programação extensa em Jequitibá e comunidades.....	67
3.6 O conhecimento do Capitão: um saber a ser partilhado entre os congadeiros .....	68
3.7 O papel do Rei e da Rainha do Congo na estruturação da Congada.....	70
3.8 José da Ernestina, de Vice-rei é escolhido para Rei Congo pela Federação Mineira.....	73
3.9 A função de Rei Congo de Minas Gerais e a área de atuação e força do Congo .....	75
3.10 Início da Capital Mineira do Folclore e a Congada .....	76
4. A RELAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA COM A CONGADA EM MINAS GERAIS .....	79
4.1 O empenho pastoral do primeiro arcebispo de Belo Horizonte.....	80
4.2 Confronto em 1930: Igreja, Congada e maçonaria em Divinópolis.....	82
4.3 A reação contra a determinação eclesiástica .....	84
4.4 A repercussão das normas de Dom Cabral em relação à Congada em Jequitibá.....	86
4.5 A capela do Rosário, marco devocional e associações canônicas .....	87
4.6 Pe. Raul, zelo com a capela e promotor das festas do Rosário em Jequitibá.....	90
4.6.1 <i>As festas do Rosário em Jequitibá, antes da condenação da Congada</i> .....	91
4.7 Criação da Diocese de Sete Lagoas.....	95
4.8 A condenação da Congada vem de Oliveira, MG, e chega a Jequitibá.....	96
4.8.1 <i>A festa do Rosário depois da condenação</i> .....	99
4.8.2 <i>Comissão da reconstrução da Capela do Rosário e reação contra as determinações eclesiásticas</i> .....	101
4.8.3 <i>Mons. Sebastião Fernandes: um padre voluntário em Jequitibá</i> .....	104
4.8.4 <i>O Concílio Vaticano II e a postura da Igreja no período Pós-Conciliar</i> .....	107
4.9 Novo Rei Congo de Jequitibá é coroado por Pe. Reni.....	110
4.9.1 <i>Uma Quaresma e uma Campanha da Fraternidade especial: ouvi o clamor desse povo</i> ....	111
4.9.1.1 <u>A integração da Congada na Igreja</u> .....	113
4.9.1.2 <u>Postura integradora com a Igreja de iniciativa popular</u> .....	114
4.9.1.3 <u>Uma assembleia refletindo a inculturação em Jequitibá</u> .....	115

4.10 Reconstituindo 1996 a 2004, na atuação dos párocos e vigários paroquiais.....	117
5. CONCLUSÃO .....	119
REFERÊNCIAS .....	125

## 1. INTRODUÇÃO

A Congada foi sempre marcante na vida de meu pai e desde minha infância ela faz parte de minhas memórias. Trago na lembrança a prática religiosa de meu pai, as festas do congado em que ele se vestia todo garboso para ir dançar em louvor à Virgem do Rosário. Na minha meninice, meu irmão Márcio e eu arriscávamos uns passos na fileira congadeira. Eu olhava minha irmã Luiza carregando a bandeira, o símbolo sagrado à frente da fileira. O som dos tambores era um forte convite para dançar, pois pulsava e repercutia dentro do coração.

Lembro-me de muitas idas com o meu pai à região de Esmeraldas, MG, precisamente às localidades de Urucuia, São José e Vargem Bento da Costa, para participar das festas do Rosário realizadas anualmente nessas localidades. Meu pai participava pleno de felicidade, pois ele revisitava nessa festa sua origem congadeira. E lá estava eu enchendo os olhos e o coração com a beleza das festas.

Nasci em Sete Lagoas, MG, onde cresci, estudei e trabalhei. Aos 22 anos ingressei no Seminário São Pio Décimo, em Sete Lagoas, iniciando assim meus estudos eclesiásticos. Em 1984, fui para Belo Horizonte, onde concluí os estudos, e em 1988, no ano mariano proclamado pelo papa João Paulo II e ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil, ordenei-me sacerdote católico. Durante esse período como seminarista, meu contato com a Congada ficou restrito a algumas festas nas quais exercia meu trabalho pastoral.

Fui designado para trabalhar na Catedral de Santo Antônio, em Sete Lagoas, onde permaneci por dezesseis anos. Nessa comunidade, eu organizava a festa na capela de Nossa Senhora da Piedade com a presença dos congadeiros. Em 2004, fui designado para trabalhar em Jequitibá, MG, e o trabalho pastoral nessa comunidade, pela forte devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, exigia o cumprimento de uma extensa agenda de festas nas capelas da paróquia.

Nesse período, em conversa com os integrantes da Congada em Jequitibá e observando a demonstração de fé do povo e sua devoção tão singela, minha memória afetiva reativou minhas raízes congadeiras. A proximidade e a exposição intensa com a manifestação do congado levaram-me a perceber a fé do povo vivida no intercâmbio de suas necessidades cotidianas ligadas à fé em Deus e à devoção por N. S<sup>ra</sup>. do Rosário.

Na observância desse universo congadeiro é que me sensibilizei com essa cultura que se expressa na religião e da religião que se expressa na cultura desse povo jequitibaense.

Tendo ingressado no Mestrado em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 2009, cumprido a exigência do curso, almejei aprofundar e

compreender o fenômeno da Congada, que tanto marcou a minha infância e que contagiava o meu pai. A partir daí, comecei a pesquisar o tema na literatura disponível. Muitos títulos sobre a Congada foram encontrados, retratando suas confrarias ou Irmandades do Rosário, sua estrutura, ritos, símbolos, embaixadas, músicas etc.

O tema a ser abordado na pesquisa que ora se apresenta é *Congada e Reinado: história religiosa da Irmandade negra em Jequitibá, MG*.

Seria esse escrito mais um entre tantos outros que já se escreveu sobre a Congada? A intencionalidade deste trabalho é descobrir e apresentar para o leitor o lugar possível a ser ocupado pela Congada no seio da Igreja católica. O seu lugar foi sempre controvertido, onde o congadeiro, ao lembrar a saga do cativo em seu lamento negro, entoava cânticos e suplica ao padre que venha lhe abrir a porta para participar da Igreja. O problema é que nem sempre ela se abre para acolher os congadeiros.

## 1.1 Contexto histórico

Desde os primórdios, os povos negros se expressam através de seu universo religioso e sua vivência de fé em meio às tribulações e aflições do cotidiano, utilizando para isso um ritual carregado de significado para os seus envolvidos e buscando inserção na Igreja católica. Hoje, a Congada, inserida numa visão reduzida ao folclore brasileiro, às vezes só é vista e tratada como manifestação cultural a ser preservada pelos órgãos públicos, de turismo ou simpatizantes da cultura. Esse olhar reducionista não traduz a realidade dolorosa da escravidão, que tem consequências até hoje no que diz respeito à cidadania plena do negro no contexto cultural, político, econômico e social do Brasil. Trata-se da inserção plena do povo africano escravizado dentro da sociedade brasileira: sua história, cultura e valores.

A Congada, com seus ritos, símbolos e ritmos, conserva uma história de um povo que foi proibido de manifestar sua dimensão religiosa própria, mas, pela resistência e teimosia de seus integrantes, continuou a festejar N. S<sup>ra</sup>. do Rosário à margem da igreja. A forte vivência popular da fé católica no Brasil é constantemente retratada nos documentos eclesiásticos como um fator a ser considerado pelos agentes evangelizadores no exercício de seu trabalho junto ao povo. Trata-se da experiência religiosa do homem comum, do povo simples e, geralmente, pobre.

O substrato lusitano demarcou a religião do povo no Brasil, mas ela se desenvolveu e

enriqueceu com elementos oriundos de diferentes tradições religiosas indígenas e, sobretudo, africanas, gerando um catolicismo multifacetado devido à grande diversidade cultural, sobre o qual pouco se compreende. A realidade de inserção do negro na sociedade brasileira com sua cultura foi sempre desencontrada e marcada por mecanismos de controle e, por isso mesmo, de conflitos.

A temática pesquisada aqui tem um componente especial, pois, como sou padre, e padre negro, situado no meio do clero, creio poder influenciar um novo olhar dos eclesiásticos sobre a prática do congado. Além disso, procuro compreender melhor minhas raízes congadeiras, das quais meu avô, meu pai, meus tios e minha irmã fizeram parte, sendo católicos praticantes integrados ao ensino dos padres e à fé da Igreja, mas, ao mesmo tempo, sem deixar de se alimentarem da prática congadeira. Essa prática lhes propiciava momentos de solidariedade, comunhão grupal e celebração com seus ritos e ritmos próprios, porém à margem da Igreja.

## **1.2 Objetivo e plano do trabalho**

Justificamos esta pesquisa diante do conflito e do desafio de se estabelecer um diálogo construtivo e de respeito mútuo entre o catolicismo do povo e o catolicismo do clero a partir do sopro renovador do Concílio Vaticano II. A partir deste estudo científico da religião, objetivamos alcançar meios para superar os preconceitos eclesiásticos contra a Congada (e os negros).

A Congada, ao adotar os símbolos católicos como referência de seus ritos, desenvolve uma dinâmica própria, ou seja, não é apegada aos ritos litúrgicos oficiais, dando a eles nova significação, com liberdade e flexibilidade. Os grupos congadeiros se expressam em uma dinâmica devocional, mítica e sentimental, o que caracteriza o catolicismo popular. Seus membros buscam respostas às suas necessidades através da fé e procuram ocupar os lugares que lhes dão visibilidade na sociedade civil e na Igreja. Com essa dimensão peculiar, sua incursão pelo sagrado vai se intensificando em valores, buscando a legitimidade perante os setores eclesiásticos.

Neste trabalho, analisaremos as dificuldades e as soluções encontradas pela Congada em Jequitibá para sobreviver ao longo do tempo e encontrar um olhar benevolente da hierarquia católica. Uma vez que as culturas indígenas e africanas foram sempre consideradas

como subalternas e vistas como folclore pelos setores dominantes, veremos que esse olhar reducionista e preconceituoso com a cultura do pobre não ajuda a perceber os valores nela existentes.

Para o desenvolvimento da pesquisa, percorremos metodologicamente algumas etapas. Na primeira etapa, fez-se o levantamento das fontes bibliográficas existentes sobre a Congada. A segunda etapa é constituída de duas pesquisas de campo: na primeira foi feita uma reconstituição documental sobre a Irmandade do Rosário nos livros e arquivos da paróquia de Jequitibá; e na segunda, fez-se uma entrevista com o Sr. José Geraldo Alves, conhecido como “Zé da Ernestina”, atual Rei Congo do Estado de Minas Gerais, a fim de escrever a história de sua vida congadeira. Ele, por ser meu amigo, não teve dificuldades em conceder as entrevistas, nas quais retrata a história da Congada e a sua trajetória até ocupar o posto mais elevado da tradição congadeira dentro do Estado de Minas.

A metodologia da história oral visa reconstruir a historicidade dos fatos que não foram documentados. Nesse sentido, ela se aplica ao nosso estudo para retratar a história de vida congadeira de Zé da Ernestina. Foram realizadas duas entrevistas em sua residência: a primeira em 05 de junho, com duração de 2 horas de gravação, e a segunda em 13 de novembro de 2009, com 2 horas e 8 minutos de gravação. Foi utilizado para a coleta de dados um aparelho de Mp4. As entrevistas foram gravadas em CDs identificadas como entrevista I e entrevista II e transcritas por mim, conforme seu modo de fala, num trabalho minucioso de escuta e escrita.

A Congada, considerada como produto genuinamente brasileiro, ainda precisa descobrir o seu lugar. Qual seria o lugar de encontro entre os dois modos de manifestar a fé clerical e popular? Analisaremos o dilema da Congada e dos congadeiros que, desde seu nascimento sincrético incorporando elementos africanos e católicos, sempre procurou encontrar seu lugar na sociedade por meio da Igreja Católica, que inicialmente só a tolerava. Mas, sua forte presença na sociedade mineira nos leva a estudar e a reconstituir sua história social para percebermos a mística interna que a sustenta e que ainda nos escapa.

Neste trabalho, queremos demonstrar que a Congada é algo bem diferente do que folclore ou ignorância religiosa. Um novo olhar será possível ouvindo os seus integrantes. Estruturamos nosso estudo em três capítulos assim distribuídos: no primeiro capítulo, apresentaremos uma visão panorâmica da Congada: origem, classificação e desenvolvimento. Apresentamos a Congada vista de fora, ou seja, a partir dos que já a descreveram de diversas formas. Consideraremos o contexto social em que surgiu a coroação de um rei negro em Recife, em 1674, no contexto da Colônia. A recriação de um dos costumes da terra mãe: a

África, na nova realidade geográfica. Em Minas Gerais, ganha novos contornos e se expande por boa parte do território mineiro com as confrarias de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, São Benedito e Santa Ifigênia. O controle a essa organização será exercido pela coroa portuguesa com a participação da Igreja e vai durar até o século XIX. E, a partir de então, as confrarias são combatidas e perdem sua força. Abordaremos também a existência da Irmandade do Rosário em Jequitibá e suas relações com os eclesiásticos até seu declínio.

O segundo capítulo trata da história da Congada segundo o Rei Congo do Estado de Minas Gerais. Nesse capítulo, queremos reconstruir a história da Congada com seus ritos, símbolos, promessas, estrutura, a partir do olhar de quem a vê por dentro e a vive como extensão de sua vida. Ele é o grande responsável por reiniciar a Congada em Jequitibá, que ficara paralisada por longos anos. Sua presença carismática é imprescindível na história da cidade que, por suas riquezas culturais, ostenta o título de Capital Mineira do folclore. O Rei Congo nos conta, na sua história de vida, como ele vê a Congada. Para garantir a sobrevivência da Congada, ele busca dar visibilidade por ocasião do folclore e ao mesmo tempo busca sua integração com os setores eclesiásticos.

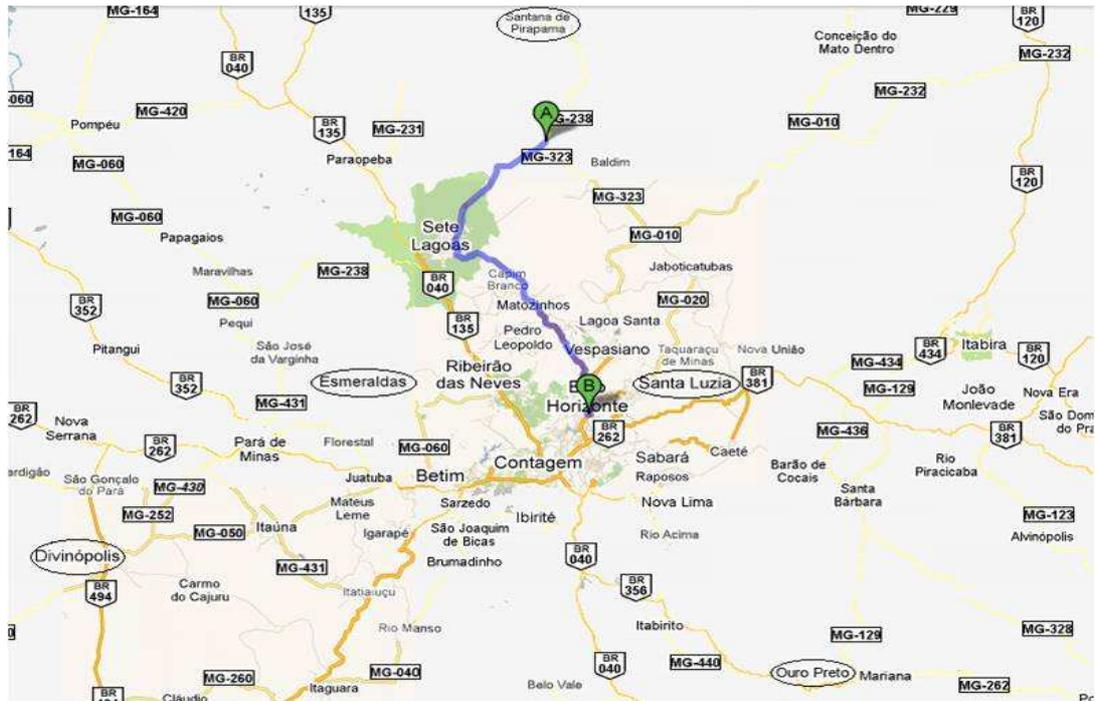
No terceiro capítulo, analisaremos a relação da Igreja mineira com a Congada: conflito religioso, proibição, tolerância e abertura. Mesmo sendo uma Congada devota, nem sempre ela foi vista assim tão próxima dos setores eclesiásticos. As determinações do episcopado da província mineira chegam a proibir a realização da Congada em seu território. Essa situação perdura até o advento de abertura da Igreja, desencadeada pelo espírito renovador do Concílio Vaticano II e documentos pós-conciliares, como a Conferência de Medellín, Puebla e Santo Domingo, que reconhecem as expressões populares como portadoras de riquezas de valores culturais evangélicos. Surge um novo olhar da Igreja sobre a religião popular da qual faz parte a Congada.

Como nosso enfoque se dará a partir do estudo de caso e da reconstrução da Irmandade do Rosário e da Congada em Jequitibá, faremos a seguir a apresentação da cidade.

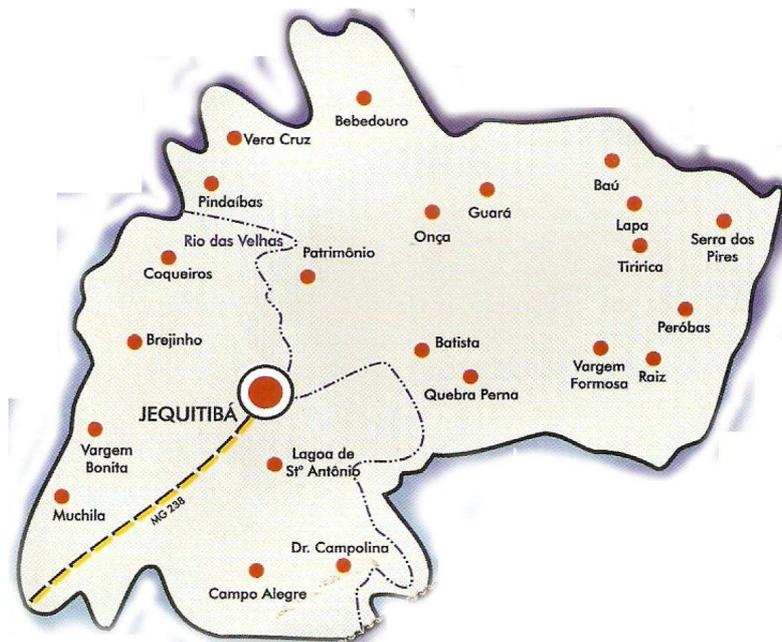
### **1.3 Histórico da cidade de Jequitibá, MG**

O município de Jequitibá encontra-se às margens do Rio das Velhas, localizado na região central de Minas Gerais, Zona Metalúrgica, a 128 Km de Belo Horizonte, e tem como limites os municípios de Santana de Pirapama, Cordisburgo, Araçá, Funilândia, Baldim e

Sete Lagoas. Sua área é de 424 Km<sup>2</sup>. A via de acesso é pelas rodovias BR 040 e MG 238. Segundo o Censo do IBGE (2000), possui uma população de 5.166 habitantes, sendo 1.634 na área urbana e 3.532 na zona rural. Segundo estimativa em 2010, a população de Jequitibá é de 5.491, composta de aproximadamente 68% na área rural e de 32% na área urbana, conforme dados do Censo de 2000. Seguem, abaixo, os mapas da localização de Jequitibá:



**Figura 1: Localização de Jequitibá**  
 Fonte: Google Maps



**Figura 2: Localização de Jequitibá e suas comunidades**  
 Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Jequitibá, MG

A primeira e mais antiga referência sobre a cidade encontra-se no livro *História antiga de Minas Gerais* (VASCONCELOS, 1999, p.214), em que está escrito que, em 1680, o bandeirante português José de Seixas Borges, que fez parte da bandeira de Fernão Dias, entrou pelo sertão do Uaimi (Rio das Velhas) e fundou o Jequitibá, tornando-se senhor de vastas terras entre esse rio e o Paraupava (Paraopeba). Lá ele descobriu ouro e foi nomeado procurador da Fazenda Real e administrador de algumas datas da Coroa Portuguesa por contrato de parceria.

No século XVII, Jequitibá teve importância fundamental para o desenvolvimento de toda a região. Por suas águas, os descobrimentos e o progresso desceram e juntaram-se ao Rio de São Francisco, que levava vida ao sertão mineiro e a outras Capitânicas. Foram encontrados em suas terras ouro e platina, ligando-as para sempre ao ciclo do ouro. Por suas sesmarias passou a estrada que levava aos sertões da Capitania e aos currais da Bahia. Foi um dos mais longos registros de entrada para o sertão, tendo sido criado na primeira metade do século XVIII e extinto somente no fim do mesmo século. Por seus caminhos de terras e águas passou grande parte da história de Minas Gerais.

A capital de Minas quase foi transferida de Ouro Preto para Jequitibá, quando, em 1867, o Deputado Padre Agostinho Francisco de Souza Paraíso conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa da Província uma lei transferindo a capital de Minas de Ouro Preto para Jequitibá. A lei foi vetada devido à situação precária do Tesouro Estadual e às dificuldades que a mudança acarretaria.

Jequitibá foi elevada à cidade em 27 de dezembro de 1948, desmembrando-se de Sete Lagoas, à qual havia sido anexada com a criação daquele município<sup>1</sup> (Cf. Registro da Prefeitura de Jequitibá). Judicialmente está subordinada à Comarca de 3ª Instância de Sete Lagoas, MG. Administrativamente, compõem-se de vinte povoados e um distrito<sup>2</sup> (Cf. Conselho Municipal de Cultura de Jequitibá, 2000/2002, p.24).

Sua economia é essencialmente agrária, sendo pouco desenvolvidos o comércio, a prestação de serviços e a indústria. A população, em sua grande maioria, concentra-se na zona rural, resultando duas fortes atividades: agropecuária e hortifrutigranjeira, as quais constituem a principal atividade econômica do município.

---

<sup>1</sup> Foi governada de 05 a 29 de janeiro de 1949 pelo Intendente Bolívar Cardoso da Silva e depois pelo seu 1º prefeito, Pedro Saturnino Lopes, de 1949 a 1952.

<sup>2</sup> Povoados do município de Jequitibá, MG: Baú, Batista, Bebedouro, Brejinho, Campo Alegre, Coqueiros, Guará, Lagoa de Santo Antônio, Lapa, Muchila, Onça, Patrimônio (Souza), Perobas, Pindaíbas, Quebra Perna, Serra dos Pires, Tiririca, Vargem Bonita, Vargem Formosa, Vera Cruz e um distrito, Dr. Campolina.

Como a cidade apresenta traços antigos, podemos encontrar a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento em estilo barroco mineiro. Anteriormente, era uma capela construída pelos bandeirantes na segunda metade do século XVII, elevada à condição de paróquia em 1857 e tombada como Patrimônio Histórico em 1978, a partir do Decreto nº 19.872, de 20 de março de 1979 (IEPH/MG). Existe também uma capela dedicada à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, marco da devoção da Irmandade do Rosário em Jequitibá:



**Figura 3: Capela de Nossa Senhora do Rosário de Jequitibá**  
Fonte: Foto do autor

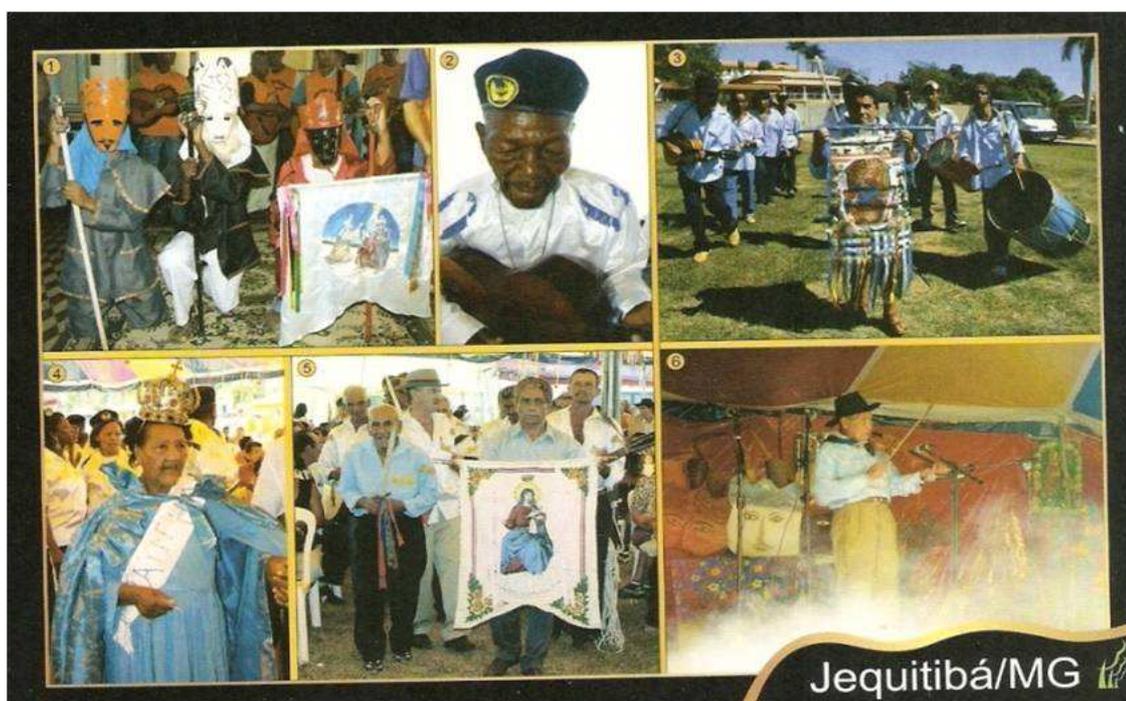
A cultura popular constitui em uma das maiores riquezas do município. Acontecem nos povoados intensas e múltiplas atividades culturais, notadamente demarcadas pelo viés religioso com as práticas devocionais que evidenciam a estrutura social do povo. Um povo festeiro que enriquece o calendário anual da cidade, promovendo a sua cultura.

Parte significativa da cultura de Jequitibá reflete a “mineiridade religiosa”, cujas manifestações são evidenciadas e contempladas no calendário local. Não há dúvida de que no *Festival do Folclore* tudo isso fica evidenciado, encantando os visitantes da cidade nessa ocasião. Há inúmeras manifestações culturais religiosas em Jequitibá, tais como Folias (de Reis, São Sebastião, São Gonçalo, Pastorinhas), Festas de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, Cantiga de roda,

Candombe, o fim de capina, batuque, boi da manta, dança do serrador, casamento por embaixadas, procissões, penitências, rezas pedindo chuva e encomendação de almas e o Congado que está presente em várias comunidades, entre elas Jequitibá, Dr. Campolina, Perobas, Baú, Pindaibas e Vera Cruz.

Os diversos grupos que expressam a cultura religiosa disseminados pelos povoados da região fizeram com que Jequitibá se tornasse a “Capital Mineira do Folclore”, onde anualmente acontece o *Festival do Folclore*, cujo objetivo é estimular a preservação dos valiosos bens culturais imateriais existentes.<sup>3</sup> A região é profundamente marcada pelas festas populares de caráter religioso e devocional, evidenciado pelas cantigas de louvor e agradecimentos, encomendação das almas, fileiras santas para pedir a chuva e, em especial, pela devoção à Nossa Senhora do Rosário através da Congada.

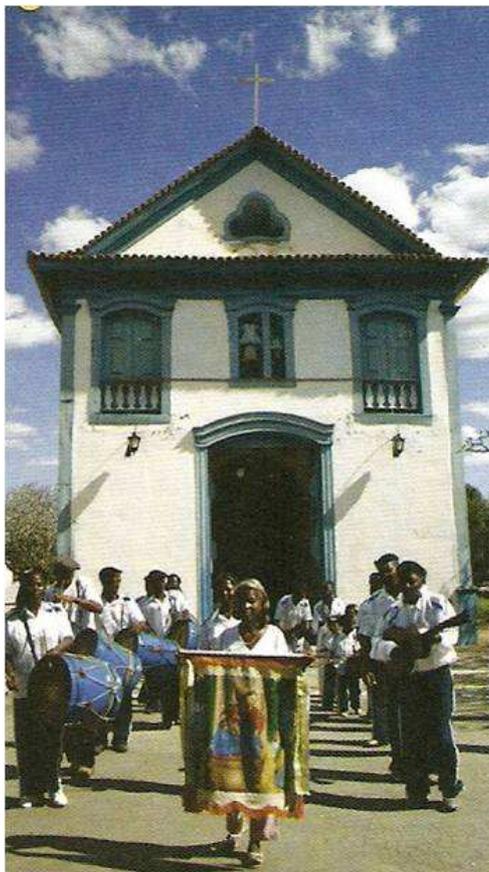
Vejam-se, abaixo, algumas fotos do Congado em Jequitibá e Dr. Campolina:



**Figura 4:** 1) Folia de Reis; 2) Congadeiro João Gualberto; 3) Congado de Nossa Senhora do Rosário; 4) Rainha Conga Benedita de Matos; 5) Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário Mestre Zaninho; 6) Mestre Nelson Jacoh.

**Fonte:** Postais Encantos de Minas – Fotos de Sérgio Mourão, 2009

<sup>3</sup> No fim do século XX, ocorre, em nível internacional e nacional, a ampliação do significado do patrimônio cultural, incluindo também as manifestações culturais imateriais, como as festas profanas, religiosas, a culinária, músicas e as tradições orais.



**Figura 5: Congado dos Bianos de Dr. Campolina**  
**Fonte: Postais Encantos de Minas – Fotos de Sérgio Mourão, 2009**

Os grupos estão bastante motivados a não deixarem essas tradições caírem no esquecimento e desaparecerem em meio à cultura de massa, pois percebem que, em seu contexto, são geradores dessas práticas importantes para a sua vida pessoal e para a comunidade. Segundo A. Bosi (1999, p.328), “a cultura de massa entra na casa do caboclo e do trabalhador da periferia, ocupando-lhe horas de lazer [...]. Em outro plano, a cultura de massa aproveita-se dos aspectos diferentes da vida popular e os explora sob a categoria de reportagem popularesca e de turismo”.

As manifestações culturais religiosas existentes na região são objetos frequentes de pesquisadores de diversas áreas do saber interessados pelas manifestações populares. Para lá acorrem antropólogos e estudantes de diversas áreas para fazerem seus estudos e pesquisas. É o que eu também faço ao pesquisar essa prática devocional à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário na comunidade congadeira de Jequitibá. Sobre a necessidade de pesquisar esse fenômeno Mauro Passos (2002, p.183) destaca que “ainda há muito que se pesquisar sobre a Festa dos Negros do Rosário”.

A novidade deste estudo é a existência do registro de uma Irmandade do Rosário em Jequitibá datada do século XIX e que era desconhecida de muitas pessoas da região. Debruçado sobre os escritos antigos da paróquia, descobri um livro de receitas e despesas pertencente à Irmandade do Rosário, datado de 1872. Essa descoberta se tornou o marco referencial para a análise da relação da Igreja com a Irmandade e com os reinadores do Rosário em Jequitibá: o Congado. Nesse período, a Igreja da Barra do Jequitibá, hoje Jequitibá, pertencia à Paróquia de Santa Luzia, MG, que, por sua vez, integrava a Arquidiocese de Mariana, MG. A primeira diocese de Minas Gerais, criada em 1748, dentro da organização eclesiástica foi a Barra de Jequitibá, administrada pela paróquia de Santa Luzia, tendo como bispos, no período de nossa análise, Dom Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875), iniciador do processo de romanização; Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides (1877-1896); e Dom Silvério Gomes Pimenta (1897-1922), que muito trabalhou para criar a Diocese de Belo Horizonte.

## 2. UMA VISÃO PANORÂMICA DA CONGADA: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

A história da Congada no Brasil vem desde os tempos do Brasil Colônia e escravocrata e constitui-se no intercâmbio de elementos da religião africana com elementos portugueses difundidos no Brasil. A Congada é classificada entre os diversos folguedos: brincadeiras, divertimentos, danças e cantos de improvisos existentes na cultura brasileira. Constitui-se como um folguedo de formação afrobrasileira e destaca-se pelas tradições históricas e míticas do Congo. A prática desse folguedo é composta por vários grupos afrobrasileiros: Congos, Marinheiros, Moçambique, Vilões e Catopés, que comumente são chamados de ternos.

Na Congada, os grupos, por meio de danças e cantos, representam a coroação de um rei do Congo. Essas manifestações são realizadas em espaço público e nos adros das igrejas, muitas vezes contando com a presença do padre no ato da coroação. Luís da Câmara Cascudo (2000, p.50) classifica a Congada como um fenômeno genuinamente brasileiro quando afirma: “A Congada nunca existiu na África”.

O congado tem uma origem luso-afro-brasileira, uma vez que o catolicismo de Portugal forneceu os elementos europeus da devoção à Senhora do Rosário, a Igreja no Brasil reforçou essa crença, enquanto os negros, de posse desses ingredientes, deram forma ao culto e à festa (GOMES; PEREIRA, 2000, p.237).

Os fenômenos das Congadas acontecem no Norte do Brasil, Centro-sul e em diversos estados do Nordeste, mas é no Sudeste brasileiro que sua prática foi mais difundida, sobretudo em Minas Gerais. Possui como patronos os santos católicos N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, São Benedito, Santa Ifigênia, que se apresentam nas festas do mês de maio, agosto ou outubro. Porém, a devoção do negro à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário é anterior à chegada dos portugueses ao Brasil<sup>4</sup> (Cf. SCARANO, 1976, p.47).

Os congadeiros, segundo Câmara Cascudo (2000), se vestem de branco, saiote, fitas multicoloridas e o rosário de lágrimas a tiracolo da esquerda para a direita. A dança é realizada ao ritmo das caixas e chocalhos. O séquito é composto pelo rei congo e pela rainha, que, por meio de seu embaixador, fazendo uso do diálogo, realizam a embaixada. Câmara Cascudo (2000, p.50) destaca os três elementos básicos constitutivos da Congada: “Coroação dos Reis; Préstitos e embaixadas; e reminiscência de danças guerreiras representativas de

---

<sup>4</sup> Documento de 1496 faz referência às Irmandades do Rosário dos Pretos, em Lisboa, como instituição pré-existente e bem estruturada, ligada à ordem dos dominicanos.

lutas”.

A coroação dos reis congos, denominação que abrangia sudaneses e bantos, já era realizada na Igreja de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, no Recife, em 1674, também denominada N. S<sup>ra</sup>. do Rosário dos homens pretos:

A coroação de reis do Congo tem registro muito antigo no Brasil, com ocorrência em 1674, em Recife. Esse evento permitindo simbolicamente que os negros tivessem seus reis foi um recurso utilizado pelo poder do Estado e da Igreja para controle dos escravos. Era uma forma de manutenção aparente de uma organização social dos negros, uma sobrevivência que se transformou em fundamentação mítica. Na ausência de sua sociedade original, onde os reis tinham a função real de liderança, os negros passaram a ver nos reis do Congo os elementos intermediários para o trato com o sagrado (GOMES; PEREIRA, 2000, p.244).

A classe dominante, percebendo que as coroações caíam bem no gosto dos povos negros, utilizava desse recurso para controlar suas manifestações e colaborava emprestando suas joias:

As autoridades prestigiavam a solenidade para se assegurar da quietação e disciplina dos escravos que se rejubilavam vendo o seu rei coroado. O esplendor da festa se dava pelos empréstimos de joias, adereços e trajes riquíssimos, cedidos pelos amos. A festa reunia os escravos, mestiços e forros que em procissão buscavam o régio casal, que eram levados à Igreja, onde era coroado pelo vigário. As danças envolviam espadas de madeira (CASCUDO, 2000, p.150).

As Irmandades de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário exerciam um papel importante nessas coroações, que enalteciam o seu papel político, granjeando o reconhecimento público. Ao regressar à Sede, depois da coroação dos reis, havia festa, comida farta, bebida e muita alegria. Os préstitos – reinos e embaixadas desdobrados de trechos tornados autônomos de coroação – aglutinavam danças e cantos independentes, aculturados ao encanto do folgado em que a dimensão religiosa estava presente.

As embaixadas, declamações e cânticos presentes na Congada deram grande impulso à realização dos autos fazendo surgir as mensagens, intimação, resposta, duelo verbal em altiva declaração, ao saber enfático das orgulhosas precedências da diplomacia africana. O papel dos cânticos na Congada é fundamental, pois é através dos ritmos dos tambores que a Congada realiza os louvores aos santos padroeiros com suas embaixadas e coreografias diversas. A música constitui um elemento fundamental do ritual do Congado:

Todas as etapas dos rituais são permeadas pela música. Como em rituais religiosos africanos, música e danças são essenciais à condução dos rituais, indispensáveis à experiência religiosa. Todos os momentos são, pois, preenchidos pelas vozes e pelos

instrumentos, segundo a ordem própria das construções musicais do congado (LUCAS, 2002, p.51).

A coreografia guerreira dentro da Congada nasceu como uma comemoração e reconstituição sintética e simbólica das lutas vitoriosas. As danças são homenagens votivas aos deuses e aos soberanos. Os préstitos realizados pela Congada diante da Igreja, nos seus adros e mesmo no interior dos templos, são manifestações devocionais e oblativas dos congadeiros à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário.

Uma observação óbvia, mas necessária: os negros foram tirados de várias nações do continente africano e trazidos para o Brasil Colônia para servirem de mão de obra escrava. Mas com eles não vieram somente o corpo, os pés e as mãos, veio também a cabeça, ou seja, sua cultura, sua organização, seus costumes tribais e sua religião. Na chegada ao Brasil, para evitar sua organização e rebelião contra o sistema escravocrata, os membros das nações africanas eram misturados e dispersados para várias regiões do território brasileiro para cuidar da terra, do cultivo da cana, do algodão, do fumo e da mineração. Essa prática contribuiu para confundir as danças tribais, os costumes, a coroação e o desfile com os reis, as crenças, a religião e a linguagem, dificultando a preservação e a organização da cultura no Brasil. Trata-se da negação da cultura africana, como afirma Leda Maria Martins (1997, p.25):

O olhar etnocêntrico do europeu lançado sobre os africanos, que lhes impôs, “como verdade absoluta, novos operadores simbólicos, um *modus* alheio e totalizante de pensar, interpretar, organizar-se no mundo”. Desconsiderando, e mal interpretando a riqueza cultural africana em sua alteridade (MARTINS, 1997, p.25)

Para assegurar que eles se integrariam bem ao sistema imposto, os senhores escravocratas estabeleceram rígidos controles sobre o grupo através de feitores, capitães do mato, castigo, confinamento nas senzalas e morte. Mas, com o passar do tempo, surgiu, naturalmente dentro do contexto histórico colonial, um jeito de ser negro no espaço brasileiro. A Congada, ao integrar os elementos da cultura africana (bantos), as homenagens aos reis negros e o culto aos santos católicos, realiza de forma coletiva por palavras e gestos a sua manifestação de fé. Segundo Passos (2002, p.171), “em formas híbridas, a cultura e a fé se expandiram por diversas regiões”.

Nos estudos sobre a Congada existem dúvidas em relação à denominação: “Congos, Congada, Congado e Reinado e às vezes Reisado” (GOMES; PEREIRA, 2000, p.244). Essa problemática varia de região para região devido à própria dificuldade teórica de quem escreve ou organiza os festejos. A dúvida se dissipa na medida em que se insere o contexto da

coroação dos reis e a devoção à Nossa Senhora como o eixos unificadores da prática do Reinado de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. As nomenclaturas dos congadeiros vão caracterizar os grupos devocionais com colorações e nuances diferentes em diversas regiões por onde o fenômeno se desenvolve.

A estrutura básica é centrada na devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, sobretudo em Minas Gerais, além da devoção a São Benedito e Santa Ifigênia. Há vários grupos ou ternos devocionais, mas é um só o reinado: o de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, que constitui o ícone místico da libertação dos escravos, como poderemos constatar no mito fundacional do Reinado:

Pela fundamentação mítica, as guardas se formaram ainda em África, quando uma imagem de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário apareceu no mar. O grupo do Congo se dirigiu para a areia e, tocando seus instrumentos, só conseguiu fazer com que a imagem se movesse uma vez: num movimento rápido, Nossa Senhora se encaminhou para frente e parou. Então vieram os negros moçambiqueiros, batendo seus tambores recobertos com folhas de inhame, cantando para a Santa e pedindo-lhe que viesse para protegê-los. A imagem veio se encaminhando, no movimento de vaivém das ondas, lentamente, até chegar à praia (GOMES; PEREIRA, 2000, p.240).

Com base na fundamentação mítica, temos o sentido da devoção à Senhora do Rosário: proteção e amparo diante da vida. A função e o ordenamento das guardas do Congo e do Moçambique na louvação à Maria nos cortejos vão se pautar pela fundamentação mítica. Para abrir os caminhos o Congo, puxa os dançantes, em movimento rápido, já o Moçambique, segue atrás fazendo a guarda das coroas. A partir da coroação dos reis negros, a classe dominante encontra uma forma de estabelecer o controle e a vigilância sobre os feitos dos escravos, mas, para o negro, a coroação é vista como um caminho possível de libertação, integração, solidariedade e afirmação no contexto social brasileiro. Desse modo, a religião exerce, segundo Pedro Oliveira (1985), a função de organizar a vida coletiva.

A relação do negro com o catolicismo colonial aconteceu de forma imediata pelo batismo. Gilberto Freyre cita Koster para afirmar: “Os africanos importados de Angola são batizados em massa antes de saírem de sua terra, e chegando ao Brasil ensinam-lhes os dogmas religiosos e os deveres do culto que vão seguir” (FREYRE, 1995, p.352-355). A pregação teológica dos eclesiásticos justificava a situação:

Os africanos eram julgados serem “resgatados” ou “remidos” do poder das trevas e do pecado que reinava na África para a relativa redenção existente no Brasil, libertação da alma pelo batismo, cativo apenas do corpo em vista da definitiva redenção após a morte no céu (HOORNAERT, 1983, p.328).

Assim, o batismo ministrado pela instituição eclesiástica aos povos africanos no Brasil

impõe sobre eles o mundo europeu e o culto à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. “No tráfico negreiro em geral e nos navios negreiros em particular funcionava a imagem de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, verdadeiro símbolo da redução dos africanos à religião católica” (HOORNAERT, 1985, p.347). Essa ligação com o catolicismo vai acontecer de forma sincrética ao mesclar as tradições dos grupos africanos estabelecidos numa linha mais devocional à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, manifestada pelas Irmandades e reinadores do rosário.

Foi no dia a dia que se fez a apropriação do sistema simbólico da cultura dominante, os confrades, convivendo de maneira intensa no cotidiano com os grupos dominantes, negociaram em cada situação concreta seus valores e visões de mundo e, num ato contínuo, construíram novos códigos culturais. Aprenderam ora a carregar um rosário como forma de proteção, ora a cantar e a louvar Nossa Senhora com danças e, como nos demais da Colônia, a acreditar em alguns elementos do sistema simbólico da religião hegemônica (BORGES, 2005, p.139).

Na estrutura ritual da Congada, o Rei Congo e o seu capitão exercem um papel autônomo ao resignificar o culto aos santos católicos, em especial à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário como sua protetora. Eles organizam, cantam e rezam de um modo próprio a sua liturgia dispensando a presença do agente eclesiástico para realizar os seus ritos. Ao comentar sobre as representações e práticas do catolicismo popular, Pedro Oliveira (1985, p.113) descreve-o como sendo “o conjunto de representações e práticas religiosas dos católicos que não dependem da intervenção da autoridade eclesiástica para serem adotadas pelos fiéis”. Como se vê, apesar de terem o seu ritual próprio, eles querem ser reconhecidos como membros da Igreja católica.

Ao discutir a organização da religião, Émile Durkheim (1989, p.73) mostra que ela é formada de partes distintas e relativamente individualizadas e prevê a autonomia relativa de um grupo em relação ao culto:

Também uma religião não se reduz geralmente a culto único, mas consiste em sistema de cultos dotados de certa autonomia. Essa autonomia é, aliás, variável. Às vezes, eles são hierarquizados e subordinados a algum culto predominante no qual acabam sendo absorvidos; mas pode acontecer também que estejam simplesmente justapostos e confederados (DURKHEIM 1989, p.73).

Ao analisar a origem da Congada, Carlos Rodrigues Brandão (1981, p.118) nos apresenta a dificuldade da manifestação em relação aos setores dominantes:

O dilema dos congos é que, desde a origem das Congadas no Brasil, elas foram sempre parte de cerimônias toleradas pelos brancos, senhor e dominante, e, segundo os seus interesses, incluídas desta ou daquela maneira em festas de santo

patrocinadas por grupo social (os escravos), por um grupo étnico (os negros), por uma comunidade local [...] ou por unidade social ampla [...] (BRANDÃO, 1981, p.118).

A Congada, desde a sua origem, envolve interesses de grupos diferentes: dos dominadores e dos dominados. Seu surgimento dá-se pela integração dos elementos africanos: os reis coroados, o culto aos antepassados, a coletividade, a comida e a festa, integrados ao culto dos santos católicos. “A presença marcante da religião católica teve um significado forte na formação do povo brasileiro, por meio de festas, percepção do tempo e espaço e pelas representações simbólicas, que expressam seus sentimentos, aspirações e necessidades” (PASSOS, 2002, p.175).

## **2.1 A Congada em Recife: coroação de Reis do Congo**

Em Recife, região Nordeste do País, houve uma grande concentração de escravos africanos com forte controle por parte dos senhores escravocratas, para que não surgissem revoltas e rebeliões. É de lá que temos o registro mais antigo da coroação de reis do Congo no Brasil, em 1674. Esse evento permitia simbolicamente que os negros tivessem seus reis e isso foi um recurso utilizado pelo poder do Estado e da Igreja para controlar os escravos. A coroação, assim, era uma forma aparente de organização social dos negros.

Na ausência de sua sociedade original, em que os líderes tribais tinham a função real de liderança, os negros passaram a ver nos reis do Congo elementos intermediários para o trato com o sagrado. Vários interesses estavam em jogo: controle da revolta dos escravos pelos senhores, legitimação e catequese através da participação da Igreja e dos santos católicos, e, para os negros, uma organização possível dentro da sociedade brasileira da época.

A coroação dos Reis se dá por concessão do poder constituído pelos senhores de engenho e com a participação da Igreja que, nesse período, vivia sob o regime de padroado, no qual a corte portuguesa tinha o direito de conceder benefícios eclesiásticos e controlar as atividades eclesiásticas na nova terra.

O regime escravocrata lança de imediato em nossos rostos a realidade de total negação de liberdade desses seres humanos, a não ser pela liberdade da alma no outro mundo concedida pelo batismo. A inconformidade dos escravos com a situação é inerente ao próprio regime escravocrata. Ocorrem então sucessivas rebeliões, mortes, fugas e formação de

quilombos. “O protesto do escravo se dava através de: assassinio do senhor branco, insurreição a mão armada, fugas, suicídio e formação de quilombo (Cf. BASTIDE, 1985, p.118). O primeiro quilombo remonta quase à época do início do tráfico negreiro, em 1575, e localizava-se na Bahia” (BASTIDE, 1985, p.132). Em decorrência desse contexto, há necessidade de criar mecanismos de controle que pudessem harmonizar o sistema das organizações dominantes. As figuras do feitor e do capelão garantiam de certa forma essa organização.

A constituição simbólica representada na figura de um Rei Congo coroado tinha como objetivo principal manter sob controle os escravos, garantindo a ordem social, o que seria um artifício utilitário do poder concedente em vigor para impedir as fugas e sublevações dos negros escravos. A coroação teve acolhida por parte dos negros, pois fazia aflorar a reminiscência dos reinos existentes na África mãe, de onde foram tirados e trazidos para uma terra estranha. Terra onde eles não tinham nenhum vínculo de identidade. A coroação de um rei negro acabou por constituir, de acordo com Câmara Cascudo (2000), uma forma aparente de organização social dos negros, uma sobrevivência que se transformou em fundamentação mítica.

Os Reis do Congo, no cenário constituído na colônia brasileira, passam a ser vistos pelo imaginário religioso do povo negro como os elementos intermediários para sua relação com o sagrado. Uma vez que era destituído de toda forma de poder político, restava o poder religioso, como acentua Roger Bastide (1985, p.96): “No sistema escravista o negro não podia se defender materialmente contra um regime onde todos os direitos pertenciam aos brancos; refugiou-se, pois, nos valores místicos, os únicos que não lhes podiam arrebatar”.

Nesse contexto de sofrimento restava somente o apelo para suas divindades guerreiras, que eram suas únicas armas. As divindades cultuadas pelos africanos podiam trazer benefícios para toda a comunidade, tais como a fecundidade dos rebanhos, das mulheres e das colheitas, tudo para o bem da coletividade. A religião é parte integrante do modo de pensar africano. É através dela que ele vai fazer o seu protesto contra o trabalho servil e disseminar o protesto racial. Nas palavras de Roger Bastide (1985, p.113): “As formas coletivas frequentemente se condensaram em torno de um centro religioso”. Seguindo seu pensamento, o elemento místico sempre se apresenta nas organizações coletivas do africano como um catalisador comum e, nesse caso, é por meio da religião que antigos costumes tribais ressuscitavam.

Esse imaginário mítico religioso africano interage com referenciais católicos de forma sincrética. N. S<sup>ra</sup>. do Rosário nessa realidade vai ser decisiva na organização coletiva do africano, sobretudo em Minas Gerais. A resistência ao sistema escravocrata constitui para o

negro uma luta constante para manter suas raízes culturais na nova terra. Debaixo da tutela do dominador, que impõe sua cultura e sua religião, o negro vai preservar alguns traços da sua cultura, não de forma geral, mas em boa medida no nível religioso e mítico. A religião nesse momento se tornará um forte elemento constitutivo para sua organização enquanto grupo, tendo um ponto de referência comum étnico, como afirma Ciro Cardoso (1984, p.62-64):

Não se deve considerar como formas de resistências ao sistema escravista só as fugas ou as rebeliões generalizadas e violentas. Existia também uma resistência cotidiana: defesa da vida privada, sabotagem, roubo, atrasos intencionais, uso sutil do sarcasmo e da ironia em relação aos brancos... A música e os cultos africanos que sobreviveram a muitas perseguições e dificuldades, misturando-se com o cristianismo em graus e modalidades diversos – desempenharam um grande papel na manutenção da unidade de cada comunidade negra [...]. Os contos populares, nos quais muitas vezes o negro ou personagem mítico que o representa leva vantagem sobre um branco ou símbolo deste, foi também um elemento importante na preservação da humanidade e da autonomia subjetiva do escravo diante de seus próprios olhos (CARDOSO, 1984, p.62-64).

A resistência ao sistema escravocrata teve seu lado de revoltas sangrentas, mas, com a Congada e outras expressões religiosas, o negro desenvolveu de modo criativo e pacífico a resistência com seus cantos, danças, festa e vivência comunitária nas confrarias. O cargo de Rei Congo na sociedade, contrariamente à formação dos quilombos constituídos pelas insurgências negras, resultaria em uma supervisão dos escravos integrados ao sistema. Apropriando do título da grande obra de Gilberto Freire, *Casa grande e senzala*, verifica-se, segundo Pedro Ribeiro (informação verbal),<sup>5</sup> que no processo de acomodação dos negros ao sistema havia, entre a senzala e a casa grande, a capela, que garantia a pretensa harmonia do corpo social. “A religião tornou-se o ponto de encontro e de confraternização entre as duas culturas, a do senhor e a dos negros. [...] os próprios padres proclamavam a vantagem de conceder aos negros seus folguedos africanos” (FREYRE, 1995, p.356). O dado do religioso vai exercer um papel preponderante no tecido social, dando sustentação e legitimidade à ordem vigente.

Sobre a superestrutura cultural do congado presente na organização dos grupos com riqueza de ilustrações, podemos conferir a *Introdução ao estudo do Congado* (1974), que descreve com riqueza de detalhes as embaixadas dos congos. A Congada em Recife, ao perder seu caráter sagrado com o passar do tempo, vai se transformar em Maracatu.

Reinos e embaixadas tornados autônomos de coroação, aglutinaram danças e cantos independentes, aculturado ao encanto do folguedo, cuja dimensão religiosa diluiu-se

---

<sup>5</sup> Comentário em sala de aula. Mestrado em Ciências da Religião, PUC Minas, 2009.

transformando em Maracatu. Constando-se de puro cortejo coreográfico com rainha, estandarte, música, cortes, bonecas, juntando a parte indígena emplumado e saltadores (CASCUDO, 2000, p.150).

Observe-se que o Maracatu, na sua forma de se apresentar, conserva elementos que lembram a Congada; o cortejo do rei e rainha, a corte real, é uma sobrevivência dos cortejos africanos. Na época do carnaval, vemos o desfilar de várias nações de Maracatu, ou seja, a Congada se diluiu em maracatu e maracatu em carnaval.

Nosso propósito agora é deixar Recife e ir para Minas Gerais. Com a venda dos escravos, o fenômeno da Congada vai se espalhando nas diversas regiões entre negros forros e escravos. Minas Gerais vai se transformar em um dos grandes focos dessa manifestação religiosa e libertária na devoção através das Irmandades de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário dos Pretos, Santa Ifigênia e São Benedito. A Congada em Minas é o ponto a ser abordado a seguir.

## 2.2 O Reinado de N. Sr<sup>a</sup>. do Rosário na província mineira

Em Minas Gerais, as restrições às entradas das ordens religiosas possibilitaram o surgimento das Irmandades, congregando cativos e forros, conforme acentua Célia Borges (2005, p.60):

Computamos um total de 63 Irmandades dedicadas à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Majoritariamente congregaram homens pretos, cativos e forros, e atuaram como as demais, quer construindo igrejas, quer elegendo seus reis e rainhas, quer organizando suas festas, ou assistindo aos confrades, doentes e desamparados, quer organizando os funerais. Instituídas e administradas por homens leigos com idênticos objetivos [...] essas associações responsabilizavam-se pela promoção dos cultos e contratação de seus próprios capelães para celebrações litúrgicas. As medidas instauradas pelo Estado absolutista proibindo a entrada de ordens religiosas nas Minas e a situação particular daí decorrente permitiu a essas organizações tomarem uma feição própria. Exemplo: indivíduos impedidos de exercerem todo e qualquer direito naquela sociedade tiveram condições ainda que limitadas de administrar uma confraria (BORGES, 2005, p.60).

A devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, Santa Ifigênia e São Benedito é a característica do catolicismo das Irmandades do Rosário em Minas Gerais, vivenciada com certos rituais africanos como a coroação de reis e rainhas, uso de instrumentos de percussão e execução de danças e embaixadas. Na realidade mineira, tem-se transformações e adaptações decorrentes do processo histórico das Irmandades. Sobre as transformações sofridas pela Congada, temos a seguinte afirmação:

A categoria fundamental que informa esses processos de transformação é a mudança que secularizando relações anteriormente sagradas atinge todas as estruturas sociais: economia, sistema de estratificação social, personalidade de indivíduos envolvidos no processo, sistema político, valores, hábitos, costumes, religião, tradições, crenças, em todos os níveis da sociedade. A cultura é assim retomada, não apenas no sentido de inovar maneiras de pensar, sentir, crer e fazer, mas descrevendo um processo contínuo que envolve permanentemente processos de aquisição, desagregação, recombinação, readaptação, de forma agressiva ou acomodatória, que por sua vez geram novos processos (INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO CONGADO, 1974, p.10).

Em Minas Gerais, o Congado, vindo do Nordeste a partir de 1710, inicialmente, recebe o nome de Reinado de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário:

O Reinado é um dos componentes do Congado, exatamente aquele que se refere à coroação de reis e à constituição de uma corte. Esse fator: Reinado se tornou muito forte em Minas Gerais, pela atuação das numerosas Confrarias. Nas Irmandades de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário havia os cargos de reis, cuja eleição e funções se regulamentavam através dos compromissos. O costume de se alforriar o rei eleito anualmente no Congado deu grande prestígio à instituição do Reinado, principalmente em Minas Gerais. Embora existissem reis eleitos em outros estados, o Reinado mineiro se marcou pelo fato de ser consequente ao catolicismo de confraria, com forte atuação das Irmandades do Rosário (GOMES; PEREIRA, 2000, p.246).

A festa do Reinado de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário se espalhou por várias cidades da província mineira, conservando algumas denominações e alguns rituais do Congado antigo, como: fardas, soldados, capitães, marujada, hierarquia militar, quartel, palácio, castelo, convento, embaixadores, reis, juízes, príncipes, meirinhos etc. Trata-se de um folgado em que a “nação” dos Congos se une à dos Moçambique. E, sob as ordens do Rei Congo e da Rainha Conga, homenageia N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, já cultuada nas colônias africanas desde a idade média portuguesa:

O culto de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário foi criado por São Domingos de Gusmão, mas estava fora de moda, sendo restabelecido justamente na época em que os dominicanos enviaram seus primeiros missionários para a África; daí, sua introdução e sua generalização progressiva no grupo de negros escravizados. Estes fatos bem indicam que o culto de santos negros ou de Virgens negras foi de início, imposto de fora ao africano, como uma etapa de cristianização; e que foi considerado pelo senhor branco como um meio de controle social, um instrumento de submissão para o escravo (BASTIDE, 1985, p.163).

Os Dominicanos em missão na África plantaram a semente da devoção e no Brasil veio florescer com a participação das ordens religiosas no fomento da devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário como forma de instrução religiosa. Célia Borges (2005, p.153) acentua que

os santos tiveram um papel fundamental no sistema de conversão dos negros ao catolicismo. A história da vida desses santos fez parte de um programa de pedagogia missionária junto aos homens negros. As histórias de suas vidas contadas por pregadores e entremeadas de cenas de milagres, em que se enfatizavam, sobretudo, seus poderes taumaturgos e de protetores contra as adversidades, acabaram por compor mitos, que conferiam poderes às suas imagens, construindo assim um imaginário religioso. Deve-se aos Carmelitas e Franciscanos, no Brasil Colonial, a propagação da devoção aos santos negros. Os padres jesuítas, responsáveis pela fundação de confrarias de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário em engenhos e fazendas, seriam com os Franciscanos, os grandes divulgadores da devoção Mariana (BORGES, 2005, p.153).

Segundo Borges (2005), em Minas Gerais não há registros da atuação dos missionários junto aos negros, mas se percebe bem a atuação dos capelães na divulgação da devoção dos santos nas festas das confrarias. A Congada, pela sua organização popular e devocional aos santos católicos, faz com que essa expressão de fé seja caracterizada como uma expressão de catolicismo popular em cujo interior o negro procurou preservar-se com gesto de pertencimento a uma cultura agredida pelo escravismo e discriminação:

Essa atitude permitiu aos descendentes buscarem sua própria integridade através de um relacionamento com a diversidade de elementos religiosos que compõem o seu meio social. Somente quando se olha a si mesmo e se reconhece é que o homem negro se torna apto a abrir-se para o outro. Semelhante comportamento por parte dos outros grupos é que se torna possível a construção de um modelo social oposto à violência da sociedade escravista (GOMES; PEREIRA, 2000, p.150).

É visível a existência de uma intencionalidade étnica na escolha dos santos padroeiros: N. S<sup>ra</sup>. do Rosário é escolhida por estar vinculada miticamente à proteção dos negros, São Benedito e Santa Ifigênia porque honram e dignificam a etnia negra na realidade social. “A finalidade suprema dessas confrarias vai passar paralelamente do céu à terra. Irão ajudar os escravos a ganhar sua liberdade. [...] em todas as cidades de Minas e em todo o Brasil, as confrarias seguiram esse exemplo”. (BASTIDE, 1985, p.167)

A gênese do Reinado de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário em Vila Rica inicialmente traz uma forte conotação política como movimento de libertação dos escravos.

Em Minas Gerais, a lenda recobre a figura de Francisco da Natividade, o famoso Chico-Rei de Vila Rica, antigo rei na África. Vendido como escravo e trazido para o Brasil, onde consegue sua alforria e de sua família, chegando a liderar um grupo de negros forros. Devoto da Senhora do Rosário, torna-se o representante de uma reação contra o sistema escravista. Foi coroado Rei dos Congos de Minas Gerais, organizando uma corte em Vila Rica (GOMES; PEREIRA, 2005, p.245).

Chico Rei organizou a Irmandade dos homens pretos e construiu a Igreja de Santa Efigênia em Ouro Preto, cuja finalidade era organizar de forma solidária a dignificação dos

povos negros. Eduardo Hoornaert (1983, p.384) citando o texto de Padre jesuíta Antônio Pires comenta:

Não é possível fazer Irmandade de brancos com pretos, que os escravos tiveram comportamento ordenado, pois a confraria lhes representava um raio de esperança no meio de um mundo que lhes desmoronava, enquanto os brancos se comportavam de maneira relaxada, pois a confraria lhes era uma pura tradição formal. Daí por que a história das confrarias é a história dos conflitos sociais nos primeiros três séculos da formação do Brasil colônia. As negras que, em Ouro Preto, polvilhavam de ouro as cabeças e, contritamente, iam lavá-las na pia de pedra à porta da igreja do Rosário, estavam na realidade lutando pela dignificação de sua raça e de sua classe na sociedade. Os negros, que, com Chico Rei, conseguiram levantar a igreja de Santa Ifigênia na mesma cidade de Ouro Preto, estavam fazendo o mesmo (HOORNAERT, 1983, P.384).

Francisco Natividade consegue alforriar sua família e vários outros companheiros chegando a liderar um grupo de negros forros. Muitos devotos da Senhora do Rosário tornam-se representantes de uma reação contra o sistema escravista, cooperando no movimento liderado por Chico Rei para a libertação de seu povo. Por volta de 1712, foi coroado Rei dos Congos de Minas Gerais, organizando uma corte em Vila Rica. Dessa forma, na província de Minas Gerais surgiram as figuras de reis do congo e reinadores do Rosário e também alguns elementos diferenciais: a confraria que se empenhava para alforriar os negros, a coroação do rei e a devoção aos santos. Se, inicialmente, em Recife, a coroação de reis do congo tinha como função social a supervisão e o controle dos escravos, em Minas Gerais, existem as confrarias, um espaço que busca a promoção dos negros.

O surgimento do ‘Reinado de Nossa Senhora’, em Minas Gerais, tem a forte influência deixada por Chico Rei pelo interior do Estado com os séquitos de reis coroados, cortejos e festa devocional à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, Santa Ifigênia e São Benedito. Desde o início, o reinado na província mineira foi uma festa de ostentação e demonstração de poder e riqueza. Os escravos, em sua luta e inconformismo, queriam demonstrar que não eram raças inferiores aos brancos. E, sob o manto da proteção de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, festejam a “devoção que lhes era comum”, ganhando a simpatia, o respeito e até o temor de alguns brancos, devido ao forte misticismo africano. As confrarias realizam a integração do céu à terra, ou seja, sem se desvincularem de seus objetivos devocionais, as festas em homenagem aos santos da devoção, a encomendação e o enterro dos mortos e prática dos sacramentos realizavam funções sociais bem mais ampliadas.

As Irmandades dos pretos integravam os escravos na cultura europeia, não apenas sob o ponto de vista puramente religioso, levando-os a abandonar as suas crenças e costumes de origem. Sob esse aspecto, poderiam ser tomadas como mais um

instrumento de dominação do branco, sobre o escravo. [...] Como instituição associativa, as confrarias tiveram um importante papel na reorganização social do negro, na reconstituição de suas comunidades, fora das vistas e da influência direta de seus senhores. [...] A princípio fosse uma comunidade religiosa exclusivamente de escravos (só depois surgiriam os forros), a Irmandade recebia do Estado e da Igreja um status igual ao das Irmandades dos brancos e dos livres. Os membros tinham status social diferente, mas as confrarias tinham iguais. [...] Destaca nessa área, o sentido beneficente. A visita e o socorro aos necessitados: velhos, enfermos e encarcerados. A ação, porém, em favor da libertação dos escravos foi bem limitada (BENJAMIN, [1979?], p.28-29).

Percebe-se que a dimensão religiosa abre espaço para a prática da dimensão política na confraria. Ela está presente como controle das classes dominantes, como espaço de organização do escravo, o que lhes dava status social e ao mesmo tempo possibilidade de cuidado e proteção de seus pares, inclusive das alforrias.

O negro que se libertava contribuía com um pouco de dinheiro para a caixa da confraria [...] e dessa maneira conseguia libertar, cada ano, um determinado número de escravos. Os brancos acabavam por ajudá-los; em diversos lugares criou-se o costume de dar ao rei eleito da Congada, quando se celebrava anualmente a festa do santo patrono, sua carta de alforria (BASTIDE, 1985, p.167).

Para Roger Bastide (1985), as confrarias serviam de ponto de concentração de reivindicações sociais dos negros ligados pela mística e pela afinidade étnica. Por um lado, constitui-se o controle das classes dominantes e, por outro, o espaço possível de organização social do negro. O Brasil católico nasce sob o signo das Irmandades ou confrarias. A maioria das confrarias ou Irmandades surgidas no Brasil foi trazida de Portugal. De acordo com Matos (2005, p.222),

a fundação de uma Irmandade exigia a aprovação oficial da Coroa e da Igreja. Para isso os estatutos, então chamados de “compromissos”, deveriam ser examinados em Lisboa ou pela autoridade eclesiástica local. A mesa provedora nomeava o capelão da Irmandade, com a tarefa específica de executar os serviços religiosos (MATOS, 2005, p.222).

Ao longo da história colonial registra-se o aparecimento de três Irmandades: da Misericórdia, do Santíssimo Sacramento e a do Rosário. Através delas os leigos demarcavam sua participação ativa no catolicismo tradicional na construção das igrejas, nos atos do culto, na promoção de devoções e na assistência aos seus membros.

Desde o início do século seiscentista, começam a ser difundidas no Brasil as Irmandades do Rosário, com a finalidade de promover a devoção do rosário de Nossa Senhora. O povoamento de Minas Gerais é fruto de fluxos migratórios oriundos de Portugal por colonos do Brasil, africanos e seus descendentes que constituíram a forma religiosa das

confrarias.

Borges (2005, p.57-58), ao tratar do fenômeno das confrarias na Capitania de Minas, pontua que a restrição às entradas das ordens religiosas e o controle do clero local possibilitaram o seu desenvolvimento:

Um fato que ajudou a imprimir certa peculiaridade à vida das associações em Minas foi a proibição de entrada das ordens religiosas na região. A fim de controlar o contrabando, e reservar para si todos os benefícios advindos da extração do ouro e diamantes, a Coroa decretou uma série de medidas, visando manter afastado de Minas o clero regular. A legislação referente àquela Capitania, durante todo o século XVIII, insistirá nesse aspecto. Apesar da vigilância, tais dispositivos revelaram-se insuficientes ou, mesmo, ineficazes, dados os numerosos pedidos que havia de expulsão do clero regular, fato que, sem dúvida, comprova sua presença no circuito do ouro, mesmo tratando-se de uma presença irregular. Verdade é que foi o clero secular que marcou sua presença atuando com as confrarias na promoção dos cultos católicos. [...] Os irmãos do rosário, longe de ficarem fora dessa dinâmica, participaram dos acontecimentos, estabeleceram relações de cumplicidade e articularam-se a fim de defender seus interesses, competindo ou cooperando com outras Irmandades (BORGES, 2005, p.57-58).

As proibições e restrições foram decisivas no reforço das lideranças dos membros das confrarias no fomento das práticas devocionais aos santos católicos. As Irmandades surgiram como instituições onde as pessoas buscavam apoio mútuo e solidariedade material e espiritual, nas quais o Estado ainda não se fazia presente. Mesmo depois da implantação do Estado, elas não perderam sua função social (Cf. BOSCHI, 1986, p.177). Funcionavam como uma espécie de seguridade social dando assistência nos momentos de enfermidade, sepultamentos e orações pelas almas dos seus membros. No período Colonial, as Irmandades representavam um lugar privilegiado de solidariedade. Algumas Irmandades de negros foram além funcionando como veículo de libertação de seus integrantes ao alforriá-los (BOSCHI, 1986, p.26). As Irmandades constituíram um dos poucos espaços e formas de associação para a população negra no Brasil Colônia. O fenômeno das confrarias durou até meados do século XIX quando então temos um novo modelo de associações incentivadas pelo processo de romanização da Igreja, o que abordaremos ainda neste capítulo ao falarmos da relação das autoridades eclesiásticas com a Irmandade do Rosário em 1921.

### **2.3 A história da Irmandade do Rosário em Jequitibá**

As proibições de entrada das ordens religiosas e limitação do clero em Minas Gerais foram decisivas para o crescimento das confrarias pela Capitania. Da antiga Vila Rica, hoje Ouro Preto, por causa do trânsito provocado pelas vendas dos escravos, o Reinado alastrou-se para outras regiões de Minas Gerais, tais como: Diamantina, Belo Horizonte, Contagem, Santa Luzia, Divinópolis, Jequitibá, Sete Lagoas, entre outras regiões mineiras.

O fenômeno do surgimento das confrarias no Brasil Colônia tem registro na Barra do Jequitibá da Diocese de Mariana, no ano de 1872, marco inicial da história da Irmandade do Rosário em Jequitibá e dos reinadores do Rosário que, mais tarde, serão chamados de congadeiros. Mas desde 1600, começaram a surgir e a se difundir no Brasil as Irmandades do Rosário, cuja finalidade era a de promover a devoção do Rosário de Nossa Senhora. O altar erigido e dedicado à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário ficava aos cuidados dos irmãos do Rosário. Os irmãos tinham a incumbência de promover anualmente no primeiro domingo de outubro a festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, a recitação do terço em procissão pelas ruas, além de cuidar das exéquias e dos sepultamentos dos irmãos. A Irmandade do Rosário compunha-se de homens e mulheres, o que a diferenciava, por exemplo, da Irmandade do Santíssimo Sacramento, que era composta só de homens. Em Jequitibá, houve as duas Irmandades: a do Rosário e a do SS. Sacramento. Como a participação dos homens pretos nas igrejas dos brancos era restrita, teremos as duas igrejas: a capela dedicada à Senhora do Rosário e a igreja matriz dedicada ao Santíssimo Sacramento. Com o passar do tempo, as Irmandades do Rosário ficaram constituídas exclusivamente por homens e mulheres de origem da raça negra. Exemplos dessas construções se encontram em Ouro Preto, Diamantina, Divinópolis, Jequitibá, e outras cidades mineiras.

Por volta de 1782 (não se pode precisar quando exatamente), constata-se a existência da Capela dedicada à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, onde se realizavam as reuniões e ofícios da Irmandade do Rosário. Não havendo mais o livro de atas, o livro de registro contábil constituiu-se na única fonte escrita que atesta a existência da Irmandade do Rosário em Jequitibá, em cujo termo de abertura constam o registro e as assinaturas do juiz da Comarca de Sete Lagoas, Sr. Joaquim Gomes de Freitas Drummond, que dá legalidade à existência da Irmandade. Termo de abertura:

Este livro servirá para inventário, receitas e despesas da Irmandade de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário da freguesia de Jequitibá. Constam as folhas que vão declarados no termo de ensinamento”. Na página final do livro encontra-se escrito: “O livro com cento e quarenta e oito folhas todas por mim rubricadas com minha rubrica que é Freitas Drummond. Sete Lagoas cinco de junho de 1872 (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, junho de 1872, p.1).

Pelos termos, toma-se conhecimento do primeiro tesoureiro da Irmandade, em 19 de maio de 1872: o Sr. Bernardino Antônio de Avelar. Nos registros consta conhecimento de que a referida Irmandade de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário da freguesia do Santíssimo Sacramento da Barra do Jequitibá é do termo da Santa Luzia. A Irmandade surge ainda no tempo em que a Igreja do Santíssimo Sacramento na Barra do Jequitibá estava sob os cuidados dos padres da Igreja de Santa Luzia da Diocese de Mariana. Bernardino registra que a Irmandade contava com a participação efetiva de cinquenta pessoas, sendo vinte e cinco homens e vinte cinco mulheres. Os membros tinham o compromisso de manter a Irmandade através de doações mensais em dinheiro, que eram devidamente lançadas no livro. Citam-se os valores das contribuições de cada membro filiado à Irmandade, reis, rainhas, juízes e juízas.

Não encontrando o livro de atas da mesa diretora da Irmandade, tomamos por base os lançamentos dos nomes dos filiados, o registro da compra do livro de atas e dos selos apropriados para o devido registro dos livros. Levantamos a hipótese de que a Irmandade foi fundada oficialmente no dia 05 de junho de 1872. Colabora com essa nossa hipótese o próprio termo de abertura do livro, as assinaturas do juiz, os nomes dos membros da Irmandade e, sobretudo, o elenco das despesas.<sup>6</sup>

Por falta dos livros de registro das reuniões e deliberações da mesa diretora, ficam muitas lacunas em relação ao desenvolvimento e ação da Irmandade do Rosário em Jequitibá; porém, os assentamentos nos ajudam a reconstituir um pouco da sua história, embora fragmentada. São recortes daqui e dali, como uma colcha de retalhos que nos ajuda a perceber, pelos registros dos lançamentos no livro de receitas e despesas, alguns dos compromissos da Irmandade: missas cantadas, terços, registro de morte dos irmãos, organização das certidões de óbitos, missas pelas almas dos falecidos<sup>7</sup> e realização das festas anuais do Rosário.

Como a Irmandade do Rosário está intimamente ligada ao reinado de N. Sra. do Rosário, através dos reinadores com seus préstitos de reis e rainhas, juízes e juízas, o livro já registra uma primeira festa no mês de junho de 1873 e outras que vão se realizando ao longo

---

<sup>6</sup> Custas de hum livro para as entradas dos irmãos, assentamento das mortes dos irmãos e para nele se lançar também as certidões das missas que se disserem pelas almas dos irmãos falecidos (3\$320); Custas de hum livro para receita e despesa (grátis); Sello do livro para as deliberações da Mesa e registro dos papéis relativos a Irmandade (20\$000); Sello do livro para as entradas dos irmãos, assento das mortes e para nelle se lançar às certidões das missas que se disserem pelas almas dos irmãos falecidos (20\$000); Sello do livro de receita e despesas (14\$800); Emolumento do juiz municipal de Sete Lagoas de rubricar as folhas do livro de receita e despesas (14\$800). (quatorze mil e oitocentos reis). Assina: Bernardino Antonio de Avelar. – Tesoureiro. (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE, 1872).

<sup>7</sup> Custas de quatro missas por alma do irmão Cláudio Marques, como consta da certidão da paróquia 8\$000.

dos anos, com a ajuda financeira do rei e da rainha, juiz, juíza e demais membros da Irmandade, como registra o livro<sup>8</sup> de receitas e despesas em primeiro de junho de 1873. As contribuições mensais dos membros possibilitam financiar a realização da festa da Irmandade, contratando os serviços religiosos do padre. Há nos registros pagamentos ao Pe. Vigário José Gonçalves Moreira<sup>9</sup> da cura e direitos paroquiais relativos à festa do dia primeiro de junho do ano de 1873 e a outros padres como ao Cônego Joaquim Benfica pelas despesas feitas por ele relativas aos compromissos da Irmandade do Rosário.

Ao longo dos anos, as festas da Irmandade acontecem<sup>10</sup> sempre patrocinadas pelas contribuições dos reis e rainhas. A presença do Padre José Gonçalves é sempre registrada na forma de pagamentos pelos ofícios realizados, como missa ou terço solene cantado na festa da Irmandade. Por ocasião do falecimento do tesoureiro da Irmandade, o padre José Gonçalves se torna o guardião dos recursos até a indicação do novo tesoureiro. O nome indicado para o qual foram repassados os valores foi João Nepomuceno de Moura, no dia 25 de maio de 1877. Nesse ano, não há a realização da festa, pois não se registra nenhuma despesa com ela. A festa vai aparecer novamente em 1878, quando se faz menção às despesas: pagamentos ao vigário pelas missas ditas por almas dos irmãos e a festa realizada em 15 de agosto de 1878.

No ano de 1879, menciona-se que a Capela do Rosário necessitava de reformas. Isso nos leva a crer que a capela remonta aos primórdios da devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário e que sua construção é bem anterior à data oficial da fundação da Irmandade do Rosário na Barra do Jequitibá. Nessa capela, celebravam-se os ofícios mencionados no livro: missa por almas, festas da Irmandade e terços. A função da Irmandade de Jequitibá reflete as funções das confrarias de um modo geral, desde a idade média: missa, procissões, festas do Rosário com atenção especial ao cuidado com os mortos (Cf. BORGES, 2005, p.160-182). Porém, Célia Borges (2005, p.80) chama atenção para algumas diferenças:

<sup>8</sup> Contribuição registrada no livro: Rei Manoel Maria de Jesus (de sua mesada)100\$000 e da Rainha Bárbara Marques Avelar de 100\$000; a Juíza da Irmandade Catarina Marques Guimarães 4\$400. O valor registrado dos irmãos varia de \$600 a 1\$200.

<sup>9</sup> Pe. José Gonçalves Moreira, nascido em 16 de maio de 1830, filho de fazendeiro da região, ordenou-se padre em 27 de dezembro de 1857 e se tornou o segundo pároco de Jequitibá de 1857 até seu falecimento em primeiro de fevereiro de 1915. Seu corpo foi sepultado em frente ao Altar Mor da Igreja do Santíssimo Sacramento de Jequitibá.

<sup>10</sup> Temos registro da realização da primeira festa da Irmandade no dia 13 de maio de 1875 com a presença do Pe. Vigário José Gonçalves participando da festa e a oficializando. O livro registra o pagamento ao padre pelos serviços prestados na realização dos festejos de 1875. As programações das festas continuam ainda durante este ano de 1875, quando temos o assentamento das contribuições e mesada do rei e da rainha e despesas com o vigário em junho de 1875. Assim registra o livro em junho de 1875: a mesada dos reis: Rei Estanislau Marques Guimarães (mesada 15\$000). Rainha Joaquina Malaquias Marques (mesada de 10\$000). Em seguida temos o registro da despesa com o ofício do padre realizado com a festividade da Irmandade: pagamento ao vigário pelo terço solene cantado na festa da Irmandade no dia 4 de junho. Em 1877, temos registro de mais uma mesada do rei e da rainha conforme descrito no Recibo do rei Cassiano Marques (mesada 25\$000), rainha Alexandrina Diniz (25\$000) (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE, 1877).

Contudo, se falamos das Irmandades do Rosário em geral, é preciso prestar atenção às diferenças existentes entre as próprias Irmandades do Rosário. As Irmandades adquiriram especificidades em função do meio em que se inseriram. Algumas conseguiram maiores recursos do que outras (BORGES, 2005, p.80).

Pela cronologia dos dados lançados no livro a partir de 1872 e ao longo do tempo, podemos constatar que a Irmandade do Rosário em Jequitibá foi sustentada pela contribuição mensal de seus membros associados.

O modo de agir da Irmandade em Jequitibá, diferente da confraria de Chico Rei, já não tinha aquela força solidária de alforriar escravos (pelo menos não consta no rol das despesas), mas buscava a valorização de seus membros, a sua organização, a celebração de sua fé e a sua pertença à Igreja Católica. A ação social organizava as festas e, por ocasião da morte de algum membro, cuidava das exéquias e sepultamento condigno de seus membros filiados. As contribuições dos reis e rainhas possibilitavam as execuções das atividades da confraria, em especial a promoção das festas. Para tanto, contratava-se os serviços do padre, que era pago pela Irmandade. Pelo seu percurso e desfecho final, nota-se que a Irmandade luta com dificuldades financeiras, conforme exporemos a seguir.

### **2.3.1 Questões judiciais da Irmandade do Rosário de Jequitibá: prestação de contas**

Como vimos no termo de abertura do referido livro de receitas e despesas da Irmandade, feita pelo juiz da comarca, Sr. Joaquim Drummond, o procedimento do registro dos livros se faz necessário devido a Irmandade ser uma instituição jurídica com direitos e deveres. Ela tem o dever de prestar contas de dois em dois anos aos juízes competentes, que deverão analisar os lançamentos nos livros e emitir o seu parecer. Funcionando desde 1872, mas somente em 1881 tendo sido citada, é ela que vai prestar contas ao juiz. Essa primeira avaliação foi realizada na gestão de João Nepomuceno, substituto de Avelar, no dia 20 de março de 1881, perante o juiz Gabriel de Castro Vasconcelos. A respeito das contas da Irmandade, assim expressou Vasconcelos:

Julgo boas as contas prestadas pelo Tesoureiro da Irmandade de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário da freguesia de Jequitibá, por estarem regulares mostrando lançamentos em livro competente as parcelas das despesas. Recomendo por enquanto houver de prestar novas contas que as regulamente tomados de dois em dois anos deve ser apresentado

ao juiz das contas os livros onde estão lançados os recibos. O juiz faz observação de dificuldades do ano de 1872 para cá: Noto igualmente que nunca farão essas contas prestadas, ao menos de 72 para cá o que é irregular, e por isso recomendo ao tesoureiro que logo que consolide o tempo não deve esperar a citação, pois, concorre assim por um prejuízo dos mesários a Irmandade. Pague as contas pelas forças da Irmandade. Sete Lagoas, 20 de março de 1881 (LIVRO DE RECEITA E DESPESA DA IRMANDADE, março de 1881).

O juiz Vasconcelos julgou positiva a prestação de contas feita pelo tesoureiro, registrando no livro com certa regularidade todos os lançamentos de receitas e despesas. Porém, adverte que as prestações de contas no futuro deveriam ocorrer no período de dois em dois anos, regularmente, e que ao prestar as contas era preciso apresentar ao juiz não somente o livro onde as receitas e despesas foram lançadas, mas também o livro onde estão lançados os recibos.

Pelo que tudo indica, o livro apresentado ao juiz registra os lançamentos, mas não apresenta as notas comprobatórias das receitas e despesas da Irmandade, o que dificulta, segundo o juiz, uma análise positiva das contas. Para fundamentar essa orientação, o juiz demonstra que existe irregularidade de 1872 até 1881, ou seja, desde a fundação, e que dificilmente se poderia regularizar de forma “transparente” a prestação de contas da Irmandade sem os referidos recibos. Não obstante as duras observações do juiz, a conta da Irmandade foi aprovada, mas com a ressalva de que deveria pagar as custas do processo judicial.

A Irmandade vai cumprir o que foi determinado pelo juiz. O livro vai registrar diversas despesas, incluindo a do processo judicial no dia 26 do mês de março de 1881.

Despesas ao juiz provedor: assinatura do mandato 3,00; Escritório da promotoria 1,000; mandato do oficial de justiça diligencia e intimação 13,000. Despesas com o Juiz de direito – sentença – (5,000) Escritório da promotoria (4,800) promotor (6,000) total de 15:800. Depois dessas diligências: mandato do juiz, serviços de escritório, diligencia do oficial de justiça e intimação e processo pagamento conforme a determinação do juiz as contas podem ser consideradas aprovadas. (LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS DA IRMANDADE, maio de 1883).

Por ocasião da primeira vez em que é feita a prestação de contas, a orientação do juiz foi que se fizesse regularmente a prestação a cada dois anos, do que se pode inferir a má-vontade do juiz no que diz respeito à autonomia da organização dos negros, bem como às dificuldades financeiras de seus membros, aliadas à falta de conhecimento e prática desses registros contábeis, causando algumas dificuldades enfrentadas pela Irmandade. Passados dois anos dessa penalidade sofrida, a Irmandade do Rosário registra em seu livro a aprovação de suas contas, em 1883, com o parecer favorável do juiz de Sete Lagoas: “Concluo opinando

pela aprovação das contas por estarem certas. É este o meu parecer” [...] Aprovação das contas em 23 de maio de 1883.

### **2.3.2 As festas da Irmandade do Rosário em Jequitibá relatadas no livro de 1879 a 1919**

Consideradas como ponto alto da Irmandade, as festas do Rosário eram promovidas anualmente, ocasiões em que integravam de modo festivo os seus membros. Ao longo dos anos, algumas festas foram registradas, outras omitidas, conforme assentamentos no livro de receita e despesas. Pelos lançamentos das entradas das contribuições de reis e rainhas e juízes, tudo leva a crer que a Irmandade viveu certa crise com a morte de seu tesoureiro anterior e as questões judiciais agravaram a sua situação. No período de 1879 a 1882, não há o registro das realizações das festas, mas inferimos que o não registro das despesas com as festas no livro não significa que tenham sido paralisadas.

De 1883 a 1885, registraram-se as contribuições do rei, rainha, juízes e juízas, lançadas no livro de registro. Esses assentamentos provavelmente indicam a realização da festa da Irmandade e a arrecadação de dinheiro para pagamento das custas judiciais e reforma da capela.<sup>11</sup> Após esse episódio, registra-se uma crise na Irmandade quanto às realizações das festas. Por exemplo, constatamos que não há registro das festas entre 1886 e 1900. Em 1901, registra-se a realização da festa, para depois ser omitida de 1902 a 1910. Mas, em agosto de 1911, temos um registro que acena para o ressurgimento da festa, para em seguida silenciar em 1912. De 1913 a 1919, temos o registro de uma sequência de festas promovidas pela Irmandade do Rosário.<sup>12</sup> Com a separação da Igreja e do Estado, as Irmandades não são obrigadas a apresentar o livro para a autoridade judicial.

As festas são, assim, ora registradas ora omitidas no livro. O que temos é fragmentário, pois não é um livro de atas narrando os fatos e decisões da mesa diretora, mas sim, o livro contábil da Irmandade. O indicativo da realização da festa, desde a primeira em 1873, promovida pela Irmandade, são os registros das contribuições em dinheiro dos reis e

---

<sup>11</sup> Reforma da capela em 1886, conforme lançamentos no livro de despesas: compra de material e pagamento de mão de obra.

<sup>12</sup> Em agosto de 1911, ela ressurgiu e temos o registro de entrada de dinheiro de coroação e promessas (200\$000) no livro da Irmandade. Em 1912 nenhum registro. Festas: realizada em 30 de agosto de 1913; festa do ano 1914; festa do ano de 1915, realizada no mês de agosto; festa de 1916 realizada em outubro; 1917; 1918 e em 1919 festa realizada dia 10 de agosto.

demais filiados e as despesas com a festa. Com a crise que a Irmandade passa nos anos anteriores e pendências judiciais, podemos inferir que as festas eram realizadas de modo mais modesto, dado seu grande custo. Célia Maia Borges (2005, p.193-194), nos fala sobre o peso da responsabilidade dessas realizações:

Na maioria das vezes, a responsabilidade pela organização do banquete era da rainha ou juízas, que custeavam o banquete com donativos, esmolas ou prendas recolhidas para esse fim, não sendo, por isso, os gastos contabilizados nos livros das Irmandades. Assumir a realeza não era só honra. Implicava na responsabilidade da organização do ritual, o que exigia consideráveis gastos financeiros. Dos reis e juízes dependia o sucesso ou insucesso da festa. Ofertar o melhor significava, em resumo, afirmar-se e impor-se frente aos demais (BORGES, 2005, p.193-194).

Organizar os festejos da Irmandade exige muito empenho dos reis festeiros, juízes e juízas com a coleta de esmola durante o ano em preparação para a festa. Embora tenhamos encontrado alguns registros de despesas, sobretudo com os serviços religiosos na Irmandade de Jequitibá, segundo afirma Borges (2005), os gastos com o custeio da festa não eram contabilizados no livro. Essa afirmação é esclarecedora, pois nos leva a levantar a hipótese com certa probabilidade de acerto de que as festas da Irmandade duraram todo o tempo de sua existência, de 1872 a 1919, quando então, a Irmandade, organizada aos moldes das confrarias coloniais, conhece o seu completo desaparecimento em Jequitibá.

As últimas anotações do livro inacabado de receitas e despesas registram vagamente a realização daquela que seria a última festa ocorrida em 10 de agosto de 1919, cuja arrecadação em dinheiro provindo de coroação de promessa, esmola do juizado da Irmandade, foi entregue ao rei Cyriaco.<sup>13</sup>

Até aqui, os dados expostos foram consultados no livro de receitas e despesas da Irmandade (1872-1920). A partir de 1921, encontramos como fonte escrita o primeiro Livro de Tombo da paróquia, assinado pelo Vigário Guilherme Rodrigues. “Onde temos o assentamento de sua abertura assinado por ele: Servirá este livro Tombo, para se lançar os factos mais importantes da Parochia. Acento o mesmo número e rubrica para, assim, ter o cunho legal e eclesiástico. Vigário Cônego Guilherme Rodrigues. Jequitibá, 2 de fevereiro de 1921” (LIVRO DE TOMBO I). No programa da Semana Santa de 20 de fevereiro de 1921, no convite ao povo a participar dos eventos religiosos da semana, a Irmandade do Rosário é citada pela última vez nos registros paroquiais.

Como vimos, em 1919 temos os últimos movimentos da Irmandade do Rosário, que

---

<sup>13</sup> Não encontrei o real significado desse nome, se é uma pessoa que é rei congo e que será responsável por dar continuidade à festa no ano seguinte com o término da Irmandade.

registra o seu fim. Ao que tudo indica, as penalidades judiciais, a falta de conhecimento e o despreparo dos tesoueiros, as imprecisões dos lançamentos contábeis, a precariedade da Capela do Rosário e a falta de apoio dos padres que sucederam de imediato ao Pe. José Gonçalves fizeram com que a Irmandade do Rosário em Jequitibá chegasse ao fim.

No entanto, a falta de registro das festas do Rosário não significa que elas não eram realizadas, uma vez que a devoção é de expressão popular, portanto autônoma e conduzida pelos próprios leigos. Podemos inferir que as festas do Rosário eram realizadas nas casas dos pagadores de promessas e devotos de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, conforme a demanda popular. Para os congadeiros é uma prática importante: “Para nós é fundamental o cumprimento de promessa” (Zé da Ernestina).<sup>14</sup> Isso será demonstrado no capítulo seguinte.

### **2.3.3 Concluindo sem concluir a história da Irmandade do Rosário em Jequitibá**

Como vimos, o livro de registro de receitas e despesas constituiu a única fonte escrita sobre a existência de uma Irmandade do Rosário em Jequitibá. O mesmo traz anotações de prestação de contas, receitas e despesas registradas de modo fragmentado de 12 de maio de 1872 até 25 de maio de 1920. A mesma funcionou oficialmente durante 48 anos, conforme os assentamentos. Aqui, faço uma inferência como tentativa de reconstituir a história da Irmandade.

Considerando a existência de uma Capela do Rosário em Jequitibá e considerando também que a devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário é bem antiga em Minas Gerais, temos indício de que essa devoção em terras jequitibaenses é bem anterior à data oficial do registro nos livros da referida Irmandade em 1872. A professora Célia Maia Borges (2005, p.150) fala da importância da capela para as Irmandades do Rosário:

As Irmandades do Rosário redefiniram a igreja como um lócus, ou seja, um lugar central, ponto privilegiado de encontro dos membros da organização, reordenadora de uma experiência religiosa. Por isso, ao ser integrada com o espaço “sagrado”, a igreja tornou-se para o grupo, sobretudo, uma referência religiosa, social e cultural (BORGES, 2005, p.150).

---

<sup>14</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

Visto que a expressão religiosa em Minas Gerais foi eminentemente promovida pelos leigos e que as confrarias eram uma forma quase natural dessa organização, reporto que a Irmandade em Jequitibá tem o seu nascimento por agrupamento espontâneo e devocional em seus primórdios. Mais tarde, em 1782, obtém sua certidão de nascimento com o registro oficial. Digno de nota é que a região teve grandes fazendas de cultivos de açúcar e outras especiarias utilizando para o serviço a mão de obra escrava, sendo registrados nos livros da paróquia batizados, casamentos e sepultamentos dos escravos.

Pelo que se pode notar, ao longo do tempo a Irmandade do Rosário, formada por leigos, procurou organizar-se como entidade por meio de livros de atas, receitas e despesas, cuidando da festa da Irmandade do Rosário, mandando dizer as missas pelos membros falecidos, cuidando de sua capela e conservando-a. A falta de recibos comprobatórios das despesas lançadas no livro de receitas e despesas fez com que fosse penalizada.

Os registros do livro mencionam reis, rainhas, juiz, irmãos, mas em nenhum momento mencionam de forma explícita os congadeiros, ou reinadores do rosário. A hipótese que levantamos é de que as festas eram realizadas mesmo sem os grupos de dançantes, somente com os devotos, membros da Irmandade e cumpridores de promessa com as devidas coroações do rei e da rainha responsáveis pela realização das festas da Irmandade. Ao que tudo indica, como veremos no primeiro Livro de Tombo da paróquia, a Irmandade do Rosário chega ao fim, mas não os congadeiros, que aparecem citados nos registros da paróquia e nas falas dos mais antigos do lugar. “A festa da Irmandade do Rosário restringia-se à missa, procissão e novena, passando a Congada a ser assumida por grupos de foliões desvinculados da organização fraternal” (BORGES, 2005, p.180).

Em conversas com os mais velhos, eles referem-se a um grupo de Congada ou Catopé muito antigo que existia, mas que acabou na região, pois era crença misturada. No depoimento de José Geraldo Alves, Rei Congo de Minas Gerais, ele afirma: “Havia um grupo de Catopé, ou Congada dirigida por um tal de Viriato, mas que desapareceu, acabou, segundo dizem era muito misturada com credices” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>15</sup>

A religião do negro e do índio não foi levada a sério pelos setores dominantes. Ela é sempre depreciada. Cabe aqui uma hipótese de que a Congada dita misturada é na verdade o grupo de Candombe, considerado o pai da Congada e de outras tradições do culto africano no Brasil. Esse grupo, através dos antepassados, foi o grande responsável por conservar internamente, sem muita divulgação, vários elementos da religião africana.

---

<sup>15</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

Sobre a Congada temos os comentários dos mais velhos da região. Uma existência sem data de início e duração desapareceu sem deixar vestígios. A comunidade de Dr. Campolina, distrito de Jequitibá, vista como remanescente quilombola, tem registro de uma Congada de mais de 100 anos de existência. Os grupos congadeiros vão mantendo ao longo do tempo a preservação e consolidação da estrutura formal e ritual dos festejos do Rosário, que vão sendo disseminados na região de Jequitibá.

#### **2.3.4 A relação da Irmandade do Rosário e as autoridades eclesiásticas em Jequitibá, de 1872 a 1921**

A Igreja na Europa, no final do século XVI, iniciará seu processo de reforma e contra-reforma na sua estrutura. Célia Borges, ao citar Burke (1989), vai afirmar que as reformas constituíram uma “tentativa sistemática por parte dos membros da elite, principalmente dos cleros católicos e protestantes, de reformar a cultura do povo comum” na Europa, de 1599 a 1650 e de 1650 a 1800. Elas objetivavam a reforma de ordem religiosa e moral.

Afastar os elementos considerados pagãos e condenar as práticas populares, qualificando-as de obscenas. Para tal, requeria-se a estruturação de uma organização paroquial que garantisse a execução das resoluções de Trento com uma melhor formação de um clero preparado, que, atuando junto do povo, controlasse seus hábitos e crenças. Centralidade na formação do clero, pregação em vista da conversão dos fiéis, ensino da doutrina. Centralidade nos sacramentos da igreja (BURKE apud BORGES, 2005, p.63).

De acordo com Frohlich (1987, p123), “o Concílio de Trento estabelece regras que decidem a vida interna da Igreja para os três séculos vindouros [...] abre, diante do ideal enfraquecido do Império cristão do ocidente, a nova dimensão de uma Igreja mundial”. Segundo Eduardo Hoornaert (1983, p.176), em meados do século XIX alguns bispos impulsionados pelo zelo pastoral levaram avante uma pastoral marcada pelas concepções tridentinas:<sup>16</sup> não obstante a precariedade das condições existentes no Brasil Colonial, alguns bispos decidiram tomar a peito o ideário tridentino, quer com as visitas pastorais quer tentando a criação de seminários. A criação de seminários é parte integrante da reforma tridentina, o que vai acontecer em Mariana com o seu primeiro bispo: “D. Manoel da Cruz e com Dom Viçoso bispos que pensaram seriamente na instituição dos seminários”

---

<sup>16</sup> Só para citar alguns: Dom Viçoso e Dom Romualdo Sexas.

(HOORNAERT, 1983, p.177).

A vida eclesiástica brasileira vai implantar a forma tridentina concretamente na ação dos bispos reformadores a partir do século XVIII, conforme comenta Célia Borges (2005, p.64):

A reforma atingiu, sobretudo, as Irmandades envolvidas diretamente na promoção dos cultos religiosos. Tal interferência sobre as associações fraternais, contudo, não foi pacífica. As Irmandades, no seu todo, opuseram-se [...] ao clero que punha em causa a autonomia da vida confraternal. Verdade é que estava em causa não só uma questão de autoridade, mas também uma questão financeira, em decorrência da cobrança de altas taxas dos emolumentos para o ministério dos sacramentos (BORGES, 2005, p.64).

Há um esforço crescente de ligação da Igreja no Brasil com Roma aplicando as orientações do Papa na realidade brasileira. Na diocese de Mariana vamos ter a figura do bispo Dom Viçoso como grande empreendedor desse concílio. Em linhas gerais, em Trento “o incentivo à centralização da vida litúrgica na igreja paroquial visava colocar sob a direção clerical os elementos rituais da religião popular” (DAVIDSON, 1991, p.1).

Tendo como fonte de pesquisa o livro de contas da Irmandade e os livros Tombo da paróquia do Santíssimo Sacramento de Jequitibá, analisaremos o relacionamento das autoridades eclesiásticas da Diocese de Mariana<sup>17</sup> com a Irmandade do Rosário e com a Congada na Barra do Jequitibá de 1872 a 1920. Foram párocos de Jequitibá nesse período: Pe. José Gonçalves Moreira, Pe. Antônio Sanzon e Pe. José Maria Azevedo.

O pároco da Igreja matriz, Pe. José Gonçalves Moreira, bem distante da sede episcopal e bem próximo do povo, teve uma atuação positiva junto à Irmandade pela sua presença nos momentos de festa, missa por almas e reza do terço junto aos membros da Irmandade; era como bem entendido o papel de um capelão. Nesse sentido, Borges (2005, p.60) afirma que “essas associações responsabilizaram-se pela promoção dos cultos e contratação de seus próprios capelães para as celebrações litúrgicas”. Como pároco, funcionava como capelão da Irmandade. Os registros das festas anuais da Irmandade indicam sempre o pagamento feito ao pároco pela realização de seus serviços e a realização das mesmas sofrendo interrupções, ou pelo menos não registradas ao longo da existência da Irmandade.<sup>18</sup> Seu apoio é notório,

<sup>17</sup> Pe. José Gonçalves Moreira (1857 a 1915), Pe. Antônio Sanzon como coadjutor em 1912 a 1915 e, a partir dessa data, Pe. Antônio tornou-se o titular, permanecendo até o ano 1919 à frente da paróquia, quando então foi sucedido pelo Pe. José Maria Azevedo (1919 a 1921).

<sup>18</sup> Realização das festas da Irmandade: 1873 a 1878. Do período de 1879 a 1882 não foram registradas no livro. Do ano de 1883 até 1885 temos os registros das contribuições dos reis. De 1886 a 1900 não temos os registros das festas. Em 1901, temos um registro e depois um silêncio de 1902 até 1910. A partir de 1913 a 1919, temos o

prestando sempre os serviços religiosos junto à Irmandade e a tal ponto que, por ocasião da morte do tesoureiro Avelar, ele fica como o fiel depositário e guardião dos valores da Irmandade até a indicação de um novo tesoureiro.

Sua atuação nos leva a levantar a hipótese de que ele foi um dos grandes incentivadores da criação da Irmandade, tanto é que ela é fundada durante sua atuação como pároco de Jequitibá e precisamente vai desaparecer após a sua morte. “Quanto à criação das confrarias de negros, não temos como provar sua autoria ou coautoria, mas sabemos que algumas foram erigidas por clérigos que trabalharam para elas e assumiram posturas em defesa dos irmãos” (BORGES, 2005, p.70).

A história da Irmandade do Rosário em Jequitibá está intimamente ligada à vida e à ação pastoral de Pe. José Gonçalves Moreira. No período em que não se registram as festas do Rosário, de 1902 a 1910, levantamos a hipótese de que a enfermidade de Pe. José Gonçalves Moreira o impossibilitaria de participar. Mas, no período em que ele recebe o Pe. Antônio Sanzon (1912 a 1915) como coadjutor e como pároco (1915 a 1919), temos os registros das festas da Irmandade,<sup>19</sup> quando então substituiu o Pe. José Gonçalves, já falecido. É sabido que as festas aconteciam, porém não há registro de prestação de serviços dele à Irmandade.

No paroquiato de Pe. José Maria de Azevedo (1919 a 1920) temos registrada no livro a realização da última festa do ciclo da Irmandade em Jequitibá, realizada em 10 de agosto de 1919. O livro da Irmandade registra a entrada de dinheiro de coroação e promessas, mas já não menciona a presença e o apoio dos padres junto à Irmandade por ocasião da festa.

Com a separação da Igreja do Estado, aquela vive novo processo de estruturação e é nesse cenário que a Irmandade acaba em Jequitibá:

Essas confrarias tiveram seu período áureo no período do Brasil colonial, e perduraram fortes ainda na época imperial. Durante a fase republicana esse tipo de associação religiosa passou a ser marginalizado pela Igreja oficial, que começou a valorizar um novo tipo de associação religiosa mais vinculada ao clero, como o Apostolado da Oração, as Congregações Marianas e as Filhas de Maria (HOORNAERT, 1983, p.234).

As Irmandades estão perdendo sua vitalidade e sua razão de ser no novo contexto, no qual a Igreja no Brasil vai se estruturando com a criação de novas dioceses e estabelecendo novos parâmetros de presença e influência na sociedade através da hierarquia eclesiástica.

---

registro de uma sequência de festas promovidas pela Irmandade antes do seu desaparecimento dos registros e da vida paroquial. Fonte: Livro de receitas e despesas da Irmandade de Jequitibá.

<sup>19</sup> Ano de 1913, festa realizada em 30 de agosto; festa do ano 1914; festa do ano de 1915 realizada no mês de agosto, 1916 festa realizada em outubro; 1917e 1918.

Até aqui, os dados expostos foram consultados no livro da Irmandade do Rosário e no livro de receitas e despesas da Irmandade (1872-1920). Em termos oficiais, não encontramos nenhum registro eclesiástico na paróquia de Jequitibá, como o livro de Tombo da paróquia no período de 1872 a 1920. O livro número um é datado de fevereiro de 1921, no qual se registra o termo de abertura feito pelo vigário Pe. Guilherme Rodrigues: “Servirá este livro Tombo, para se lançar os factos mais importantes da Parochia. Acento o mesmo número e rubrica para, assim, ter o cunho legal e eclesiástico. Vigário Cônego Guilherme Rodrigues. Jequitibá, dois de fevereiro de 1921” (LIVRO DE TOMBO I, 1921 a 1934).

No período em que o Pe. Guilherme foi pároco de Jequitibá, de 1920 a 1922, não se menciona nenhuma festa do Rosário, mas no programa da Semana Santa de 20 de fevereiro de 1921, no convite ao povo e demais associações paroquiais a participarem dos eventos, cita-se a Irmandade do Rosário. E, como já foi dito, é a última vez em que ela é mencionada enquanto Irmandade do Rosário. Nesse ínterim é criada a Diocese de Belo Horizonte e Pe. Guilherme registra essa criação,<sup>20</sup> bem como os municípios integrantes e a catedral da nova diocese:

Pela “Acta apostolica lideis” de sete de junho de 1921, em que a Santa Sé publicou criando a Diocese de Belo Horizonte designando os municípios que a compõem são os seguintes: Belo Horizonte, Contagem, Santa Luzia, Sabará, Caeté, Sete Lagoas, Bonfim, Entre Rios, Santa Quitéria, Itaúna, Para, Pequi, Pitangui, Divinópolis, Itapeçerica, Oliveira, Passa Tempo, Campo Belo, Perdões, Bom Despacho. A Matriz da Boa Viagem em Belo Horizonte foi elevada à Catedral diocesana (LIVRO DE TOMBO I, 1921 a 1934).

Dando sequência às anotações, no mesmo livro Pe. Guilherme registra que pela Bula do papa Bento XV de 11 de fevereiro de 1921 foi designado como primeiro bispo de Belo Horizonte Dom Antônio dos Santos Cabral,<sup>21</sup> que tomou posse em 30 de abril de 1922.

O ciclo da Irmandade do Rosário em Jequitibá está ligado à criação da Diocese (Arquidiocese) de Belo Horizonte, onde a presença forte do reinado do Rosário em Minas Gerais é chamada a confrontar-se com as normas do episcopado mineiro em processo de implantação da restauração católica na sociedade brasileira. No capítulo três discutiremos

<sup>20</sup> A diocese de Belo Horizonte foi criada aos 11 dias de fevereiro de 1921 pela Bula *Pastoralis sollicitudo* do Papa Bento XV, desmembrada da Arquidiocese de Mariana. A 01 de fevereiro de 1924, pela Bula *Ad munus nobis* do Papa Pio XI, foi elevada a Arquidiocese e Sede Metropolitana. 1º Bispo e 1º Arcebispo, Dom Antônio dos Santos Cabral (1922-1967); 2º Arcebispo, Dom João Resende Costa, SDB (1967-1986) (CERIS, 2005, p.196). Na época, essa foi a terceira província eclesiástica de Minas Gerais.

<sup>21</sup> Dom Cabral nasceu em Propriá, Estado de Sergipe, aos 8 dias de outubro de 1884. Fez seus estudos no seminário da Bahia, em cuja igreja recebeu todas as sagradas ordens. Foi ordenado padre no dia 1º de novembro de 1907. Foi pároco nessa freguesia. Designado para bispo de Natal em 1916 e sagrado bispo em 14 de abril de 1918. Em novembro de 1921, ocorre a transferência de Dom Antonio dos Santos Cabral, bispo de Natal, para a diocese de Belo Horizonte.

sobre a relação do episcopado mineiro com a Congada nas cidades de Divinópolis e Jequitibá, ambas sob a jurisdição da Diocese de Belo Horizonte.

### 3. A CONGADA SEGUNDO O REI CONGO DE MINAS GERAIS

A Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina (CEHILA), desde 1977, elaborou uma obra renovadora da História da Igreja na América Latina, tendo como expoentes os expositores da cultura brasileira Eduardo Hoornaert, Riolando Azzi, Klaus Van Der Grijp, Benno Brod e J. Oscar Beozzo. Todos estimulados pela linha de pesquisa adotada pela CEHILA a escrever ensaio de interpretação a partir do povo. O objetivo era ampliar a visão, para além do que já era aceito como definitivo e consagrado, da história que não foi escrita em documentos.

O programa de História Oral, do Centro de Estudos Mineiros da FAFICH/UFMG, criado em 1990, aborda, dentre vários assuntos de pesquisa, a vida política, econômica, social e cultural de Minas Gerais. Dentro de sua metodologia, abre espaço e nos possibilita analisar, com base nas expressões do catolicismo, a relação entre o popular e o romano.

O objetivo deste capítulo é apresentar, a partir da ordem do vivido nas camadas populares destituídas de poder, a visão do Rei Congo de Minas Gerais, o Sr. José Geraldo Alves,<sup>22</sup> “Zé da Ernestina”. Utilizaremos o método de história oral para relatar e reconstituir a história de sua vida e seu envolvimento com a Congada desde criança através do aprendizado familiar religioso e devocional à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Na entrevista concedida por ele, veremos a Congada como extensão da sua vida. Ele conta sua história e ligação com a Congada nas cidades de Santana de Pirapama, MG, e Jequitibá até se tornar o Rei Congo do Estado de Minas Gerais. No espaço e no compasso de sua vida, ele demonstra a história da Congada vista sob a ótica de alguém de dentro. Ele é detentor de uma sabedoria de vida que a muitos enriquece em poder ouvi-lo e partilhar suas histórias.

Observe-se, a seguir, uma foto extraída da capa do CD “Rei Congo do Estado de Minas Gerais”, em que José da Ernestina e sua esposa Lica aparecem sendo coroados rei e rainha do Congo:

---

<sup>22</sup> José Geraldo Alves (74), mais conhecido como “Zé da Ernestina”, nascido em 1º de julho de 1936, em Santana de Pirapama, MG, residente na cidade de Jequitibá desde 1945. Ele é o fundador e o capitão da guarda de Congo do Santíssimo Sacramento de Jequitibá e o atual Rei Congo do Estado de Minas Gerais. Casado com Maria Justina de Oliveira, com quem tem 13 filhos. Ela é vice-rainha Conga do Guarda de Congo, fundada por ele em Jequitibá, e alguns de seus filhos e netos fazem parte desse grupo. Desde os 10 anos já participava do Congo em Santana de Pirapama. As músicas e as danças ele aprendeu com seu falecido avô (Luiz Alves da Costa). O Sr. José da Ernestina é o grande incentivador da expressão religiosa da Congada em Jequitibá.



**Figura 6: José da Ernestina e sua esposa Lica sendo coroados rei e rainha do Congo**  
**Fonte: Capa do CD “Abençoa os dançantes”**

Os congadeiros, ao acolherem N. S<sup>ra</sup>. do Rosário através das Irmandades, criam uma forte devoção mariana composta do mito fundacional da aparição de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, criando os ritos que deram forma ao culto da Irmandade congadeira do Rosário. Na feitura e realização dos ritos congadeiros é que se estabelecerá o conflito na vivência e administração do sagrado entre o popular e a hierarquia eclesiástica.

Vale ressaltar que, para referirmo-nos ao Sr. José Geraldo Alves ao longo deste trabalho, usaremos o cognome “Zé da Ernestina”, como ele é conhecido e carinhosamente chamado por todos em Jequitibá e região.

O presente capítulo tem como base os resultados de duas entrevistas realizadas com Zé da Ernestina. A primeira entrevista deu-se no dia 05 de junho 2009 em sua residência, constando 2 horas de gravação em Mp4. A segunda foi realizada no dia 13 de novembro de 2009, também em sua residência, constando 2 horas e 8 minutos de gravação. Todas foram transcritas conforme o seu modo de fala.

Com os dados coletados, faremos um texto narrando a história de Zé da Ernestina na

linguagem padrão, porém, eventualmente, faz-se necessária a citação da fala do entrevistado para não perder a força de suas palavras e convicções.<sup>23</sup>

Zé da Ernestina foi iniciado desde criança na Congada. Com cinco ou seis anos andava com seu pai e com seu avô no Congo na cidade de Santana de Pirapama, sendo que o pai falecera ainda bem cedo e seu avô, Luiz Alves da Costa, foi mais determinante na sua iniciação no congado, como ele diz:

Desde menino, já com 10 anos eu já pegava na bandeira e ia cantando atrás do cortejo. Eu comecei a sair no Congo e comecei a gostar. Meu pai ia mais meu avô e ficava a noite inteira. Eu achava aquilo bonito: a bandeira de Nossa Senhora,<sup>24</sup> a fé das pessoas na proteção de Nossa Senhora ao fazer suas promessas. Eu gostava de ver as pessoas fazer aquela vênia [...]. Acho que a pessoa chegar; ajoelhar, beijar aquela bandeira; eu ficava aí pensando e meu pai falava, “Meu filho isso é um símbolo sagrado”. Isso é coisa que nunca deveremos fazer sair sem nossa mãe. Ela é nossa mãe, mãe de Deus, rainha dos anjos (Zé da Ernestina, 2009).<sup>25</sup>

Na missão dos congadeiros, no cumprimento das promessas, nas rezas e atuações nas festividades, nada escapava a Zé da Ernestina. Especialmente lhe chamava a atenção o modo como as pessoas reverenciavam a bandeira do Rosário. A fé e a confiança em N. S<sup>ra</sup>. do Rosário são intensas em sua vida desde a infância. A transmissão do catolicismo tradicional vindo por parte da família vai ser o veículo propiciador de seu aprendizado religioso congadeiro, bem ao estilo popular: a viola, a música, a promessa e a devoção aos santos. Em família aprendeu a tocar viola, a tirar marcha do congo e todo o ritual de cumprimento das promessas.

Esse aprendizado é seguido à risca por ele como capitão da sua guarda, onde as marchas são aplicadas em consonância com o momento certo dentro do ritual. Assim tem marcha de chegar à Igreja, para chegar à rainha, para tirar a rainha, embaixada de saudar a rainha, dentre outras. Com zelo e atenção, dificilmente ele canta uma marcha que não seja a daquele momento. Seu avô o estimulava ao dizer: “você tem a cabeça boa para aprender” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>26</sup>

O ensino familiar não se restringia somente às coisas do congado, mas também ao

<sup>23</sup> As citações de trechos de sua fala serão bem exploradas neste capítulo com correção gramatical quando não muda o sentido.

<sup>24</sup> A bandeira é considerada como símbolo sagrado pelos congadeiros. Característica técnica: Elaborada com cabo de madeira enfeitado com tecido de veludo da bandeira retangular. A imagem do santo homenageado figura no centro da bandeira. Geralmente, é a estampa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, São Benedito ou Santa Ifigênia. A Bandeira vai sempre à frente do cortejo das festas ou evoluções dos congadeiros abrindo os caminhos em dias de festa ou de campanha entendida como o ciclo do Rosário. As Bandeireiras, andorinhas, rainha ou juíza da bandeira são as meninas que conduzem a bandeira.

<sup>25</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>26</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

aprendizado ético: respeito ao semelhante e a não atingir ninguém, e o Divino Espírito Santo era a garantia desse aprendizado, pois tudo ficava na memória. Zé da Ernestina se tornou capitão da guarda do congo de Santana do Pirapama e o que mais lhe alegrava o coração era cantar para N. S<sup>ra</sup>. do Rosário.

Aprendeu a honrar o santo Rosário de Maria através da prática congadeira. Ainda na cidade de Pirapama, quando rapaz novo, foi convidado a conhecer a Marujada existente numa localidade chamada Porteira, próxima à Pirapama. Ele, que já conhecia o Reinado de Nossa Senhora, foi ver como é que era. Ele destaca que era uma festa realizada só à noite, em que a manifestação de fé em N. S<sup>ra</sup>. do Rosário era muito grande.

Ao conhecer a Marujada ele afirma ser igual ao Reinado de Nossa Senhora: “Tudo igual, só mudava de nome. Vamos e ficamos parados na porta da casa. O pessoal fica parado na fileira, a bandeira parada na frente e mestre e contra mestre comandava, mas hoje se fala de capitão do grupo” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>27</sup> Esse fato confirma a fala dos teóricos quando chamam atenção para a mutação que sofre a Congada em cada região em que se desenvolve, sem perder o que lhe é próprio, mas com algumas singularidades regionais e locais.

O mestre dos marujos apresentou a embaixada do mito fundador do reinado, a hierofania de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, para usar um terno eliadiano, na manifestação do sagrado. O mito fala de como eles encontraram e tiraram N. S<sup>ra</sup>. do Rosário do mar.

Os brancos foram para tirar ela e Nossa Senhora não saiu do lugar, aí fomos nós que é preto batendo cantando, três caixas, chique-chique, rebeca, alguma rebeca. Então ela começou a seguir e disseram “a virgem está reinando”. Então nós colocamos o nome nessa fileira nossa de Reinado. A virgem reinou, e o congo acompanha o reinado de Maria. Eles os negros levou e puseram-na na igreja. Eu sei que ela nem mexeu, quando os brancos foram com aquele orgulho, como diz do colarinho branco. Aí quando os pretos foram naquela simplicidade, [...] de chinelo, outros até descalços de pé no chão. Num tinha roupa bonita num tinha nada, aí ela começou erguer, aí ele disse “a Virgem está reinando!”. Aí vamos colocar esse nome na nossa feira Reinado. Reinado de Nossa Senhora. Meu Deus isso é bonito demais: A virgem está reinando (Zé da Ernestina, 2009).<sup>28</sup>

O mito fundador explica a origem do nome Reinado de Nossa Senhora na versão do congadeiro ou dos reinadores do Rosário. Pelo mito fundador, Nossa Senhora acompanha os negros em sua desventura. E nós vamos reinando atrás, vamos acompanhando, vamos seguindo. É interessante como ele leva para dentro do evento todo o povo negro, quando diz: “aí fomos nós que somos pretos”. O mito é relido e atualizado no presente congadeiro envolvendo a questão da etnia negra e a sua relação estratificada no que se refere aos

<sup>27</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>28</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

europeus e ao mesmo tempo a presença de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário na vida congadeira.

Quanto à discussão apresentada no primeiro capítulo, em torno dos termos *congo*, *congada* ou *reinado*, levantada por Câmara Cascudo e em outras publicações, essa dificuldade é apresentada de modo recorrente. Se deixamos o congadeiro falar, ele nos explica. Na vivência de Zé da Ernestina, o termo *Congada* aparece como algo novo.

Inicialmente, a manifestação surgiu como Reinado. “Nós fomos criados com o Reinado de Nossa Senhora; Reinado da Virgem”. Para esclarecer a origem do Reinado ele recorre a duas fundamentações míticas: a transfiguração da Virgem Maria em N. S<sup>ra</sup>. do Rosário,<sup>29</sup> libertadora dos escravos, e o seu aparecimento e resgate no mar de Angola.

Apresentamos a seguir o relato, embora um pouco longo, mas necessário para entendermos melhor a compreensão de Zé da Ernestina quanto à transfiguração da Virgem Maria em N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, protetora, libertadora dos escravos e integrada ao reinado. Vamos ao relato da fundamentação mítica:

O [...] menino Deus saiu do convênio do pai e da mãe, ele tava com 12 anos. Então ela foi e lembrou: “Quem sabe José se nosso filho lembrou ou tomou conhecimento do nascimento e ele foi lá fazer a visita” [com a voz de quem contemplava um mistério dizia]: Ficou um cheiro, aquele cheiro não saía da manjedoura. Aí ela foi à praia do Rio de Angola. Tava lá brincando com as águas, então ela sentiu, o formato de uma coroa. Ela levantava o corpo a coroa erguia lá dentro, ela punha a mão na cabeça num tinha coroa. E na beira [do caminho] passava uma pessoa com um escravo marrado no rabo de um animal [...]. Que era aquele escravo fujão, que fugia e o outro atrás batendo. Ela foi e disse: “Oh pobre de mãe, que eu também sou mãe e não sei onde está meu filho. Para enxergar um filho sofrer daquele jeito. Essa senhora que eu estou vendo podia tanto acabar com a escravidão, podia acabar com isso, que pobre de uma mãe vê o filho sofrer daquele jeito”. Ela foi e pediu essa imagem que eu tô vendo era a imagem dela. Essa imagem podia tanto acabar com esse sofrimento com essa escravidão, seria tão bom e tão bonito o mundo. Um mundo de paz, de sossego eu não sei onde meu filho está. Ora ela sabia que não era ele, mas é o filho de uma mãe que está sofrendo. Eu também sou mãe. Aí ela foi e saiu, e daí a pouco eles pegou vendo esta imagem lá no mar. Vendo esta imagem, os brancos foram lá com toda a mitidez, com todo orgulho buscar ela e colocar na igreja e no outro dia a imagem estava lá [*no mar grifo meu*] a mesma coisa. Aí eles foram lá os pretos. Foram lá buscar, onde ela apareceu [...] carregando, cuias, latinhas, carregando suas coisas, carregando a rebecca feita de rabo de animal. Levaram essas coisas e pegaram fazendo toada, batendo suas latas. Ela começou a andar, eles disseram: olha a virgem está reinando! Os pretinhos do Rosário a virgem está reinando, então ficou, o reinado de Nossa Senhora. Aí levaram ela puseram lá na Igreja. E lá na igreja ainda eles [os brancos], criaram aquele poder deles diz que mandava. Mas foi nós pretos que trouxe, mas que quem manda aqui somos nós, nós é que manda. E lá na Igreja o padre celebrava a missa, ou fazia um culto lá, não sei como é que era, mas os pretos não participavam (Zé da Ernestina, 2009).<sup>30</sup>

Ele canta um trecho do lamento do negro escravo, para dizer do sofrimento e da

<sup>29</sup> José faz referência a um livro que pertencia à sua mãe e que desapareceu em Jequitibá: “O menino Deus”.

<sup>30</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

restrição à participação dos negros na religião e na igreja dos brancos dominadores:

E no tempo da escravidão nego sofria demais; /branco ia na Igreja, cacunda do negro é que levava./ quando chegava na igreja lá pra dentro nunca entrava. Lá fora ele ficava se preto reclamasse de chicote ele apanhava/ quando gritava ninguém ouvia quanto mais negro gritava mais o chicote que caía [...] (Zé da Ernestina, 2009).<sup>31</sup>

Nos escritos sobre os Arturos de Núbia Pereira e Edimilson Gomes e no trabalho intitulado *Registro Imaterial Congado de Uberlândia*, só para citar alguns, encontramos relatos semelhantes da fundação mítica do aparecimento de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, quer numa gruta ou no mar de Angola, mas a explicação da transfiguração da Virgem Maria que muda para N. S<sup>ra</sup>. do Rosário só ouvi de Zé da Ernestina, na qual ele relata e associa N. S<sup>ra</sup>. do Rosário à libertação dos escravos.

A transfiguração de Maria e seu compadecer do sofrimento do escravo a transformam no ícone da libertação dos escravos: N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Pela narrativa, Maria não havia entendido a sua transfiguração e faz um pedido: “Essa que está aí bem que poderia salvar esse pobre coitado”. É nesse sentido que Zé da Ernestina associa N. S<sup>ra</sup>. do Rosário à libertação dos escravos, como ele ilustra com mais um verso da música lamento do negro: “No dia 13 de maio que a assembleia trabalhou, os pretinhos do rosário Nossa Senhora libertou”. E ainda explica:

Já me contaram da princesa Isabel, ela escreveu é “divera” mais, muito tempo depois é que veio a libertação. O padre é corrupto! Foi a reação quando ele leu na igreja o termo da libertação assinado pela Princesa Isabel. Deveria ter a libertação, mas ficou bastante ano, até que N. S<sup>ra</sup>. do Rosário fez a transfiguração dela de Maria Santíssima para N. S<sup>ra</sup>. do Rosário e veio nos libertar. No dia 13 de maio, foi um dia suficiente para nós: a libertação. Nós aqui do Congo, da Irmandade de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, cremos e vivemos santamente crendo que é ela (N.S<sup>ra</sup>. do Rosário). Ela é que acabou com a escravidão (Zé da Ernestina, 2009).<sup>32</sup>

Conforme o entendimento de Zé da Ernestina, documentalmente foi a princesa Isabel que assinou o documento da abolição da escravidão no Brasil, mas a ação determinante é de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário.

<sup>31</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>32</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

### 3.1 A prática de fazer promessa ocupa um lugar de destaque na religião popular

Na dinâmica do catolicismo popular está presente de forma vigorosa a promessa como forte ligação com o santo da devoção. A devoção ao santo implica buscar junto a ele os seus favores, enquanto o promesseiro se compromete em homenageá-lo com uma festa, novena e com o levantamento da bandeira, uma vez que foi atendido. Segundo Oliveira (1985), ser atendido pelo santo significa que o promesseiro se encontra em estado de graça. Zé da Ernestina destaca a relevância do cumprimento da promessa para os congadeiros e descreve um pouco o rito e a festa ao atender a demanda dos promesseiros. Para Zé da Ernestina, o cumprimento de promessa é de suma importância.

São vários os motivos que levam as pessoas a fazerem uma promessa em honra desse ou daquele santo e, no nosso caso, de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. O que leva as pessoas a fazerem uma promessa é a necessidade, a aflição que a pessoa está passando e, nesse momento, faz a promessa movida pela confiança em ser atendida pela intercessão de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Os congadeiros são envolvidos no cumprimento daquela promessa, pois eles são os detentores do rito de homenagem à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Assim Zé da Ernestina descreve a prática:

Então a gente chega lá à noite na casa da promessa, canta as marchas pra levantar a bandeira, [...] rezamos ajoelhados, rezamos o bendito, Senhor Deus misericórdia e aí cantava as marchas de despedida e ia embora. No outro sábado é outro lugar, e outra promessa. E nós [o grupo congadeiro] estamos fazendo isso cumprindo promessa. As pessoas que têm fé fazem promessa pra uma coisa, até para uma lavoura sobressair, um boi lá no pasto curar as doenças, peste, fome, fazer uma casa. Nossa mãe, essa estrela do Céu, cura. [Realizamos] com respeito, fé amor e caridade. Se você está cumprindo uma promessa, você está fazendo caridade, para a pessoa que foi e está esperando. Então de toda maneira o que eu aprendi no Congo é isso (Zé da Ernestina, 2009).<sup>33</sup>

Os congadeiros não cobram nada de quem fez a promessa e o convidam a participar na realização da promessa, que não é brincadeira e deve ser feita corretamente, com respeito e sem cobrança:

Quem vê desde esta idade de 12, 13 anos fazendo esta parte, com muito amor, com muito respeito. A gente faz aquilo sem cobrar, porque num pode cobrar. A promessa não é brincadeira! [...] Desde que a pessoa vem e fala Sr. Zé o Sr. vai cumprir a promessa, ela já me colocou dentro daquilo, eu já estou envolvido com aquilo. E ai de mim se não fizer. Eu chego lá com pensamento em outras coisas [...]. Se não fizer certo, eu vou lá trago uma maldição comigo (Zé da Ernestina, 2009).<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>34</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

Promessa feita é promessa cumprida. Uma vivência narrada ilustra a prática de Zé da Ernestina: ele menciona um episódio ocorrido em Santana de Pirapama. Uma senhora precisava construir sua casa e foi aconselhada a fazer uma promessa à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Ela a fez e em pouco tempo a cumpriu, pois havia sido atendida. A Guarda foi lá cumprir a promessa realizando o ritual:

Tocamos e cantamos para cumprir a promessa dela. Já eram umas duas horas de cânticos, isso era a noite inteira, andemos com a bandeira dentro da casa entremos na porta da cozinha e saímos na porta de fora. Aí ajoelhemos para rezar o bendito, aí fomos para uma canjica de noite. Depois da canjica, mais cantoria, um intervalo de uma hora e meia e tornemos pegar e seis hora da manhã fomos pro almoço da guarda.[...] E assim ninguém pensava em dinheiro, pagamento nem nada. E assim a gente ficava e no outro dia a gente ia pro serviço com aquela roupa, pois ficava sábado e domingo. Era aquele entusiasmo (Zé da Ernestina, 2009).<sup>35</sup>

Nessa narrativa, fica patente a estrutura do rito congadeiro de cumprimento de promessa: cânticos, bandeira da Guarda, levantamento da bandeira de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, refeições, rezas e benditos. Ao término, observa-se a grande satisfação dos congadeiros pelo dever cumprido. Homenageando nossa Senhora, engrandecendo o seu grande feito, o seu poder, a sua interseção, velando e cuidando de seus filhos. Sob esse manto, todos se sentem felizes e protegidos.

A vivência e o envolvimento de Zé da Ernestina com a prática congadeira do Rosário era tão forte que teve dificuldade de tomar a decisão de se mudar de Pirapama para Jequitibá: “Eu custei a sair de lá influenciado e apaixonado com o congo. Porque eu não sabia fazer outra coisa. Ir para o buteco, dançar forró, Deus me livre, eu não sabia, eu só sabia era cantar para N. S<sup>ra</sup>. do Rosário”( Zé da Ernestina, 2009).<sup>36</sup> A vida do Sr. Zé da Ernestina, pelo que se vê, é uma vida cerzada pela devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário e à prática congadeira. Ao mudar-se, em 1975, deixando a cidade de Santana de Pirapama, onde nasceu e foi criado, ele vai restaurar a prática da Congada em Jequitibá.

### 3.2 Jequitibá, a cidade escolhida

A família numerosa e a busca de melhores condições para educar os filhos fizeram

<sup>35</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>36</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

com que Zé da Ernestina deixasse Pirapama e fosse para Jequitibá, onde já havia um emprego garantido. Ele muda-se de cidade, mas a tradição congadeira o acompanha. A família Mascarenhas é que o trouxe para Jequitibá e o empregou na prefeitura.

Puseram-me na prefeitura. Quando eu vim de Santana, eu tinha uma organização lá [Congo] e já faz 38 anos. Aqui [em Jequitibá] não tinha Congo não tinha nada. Havia uma Congada aí de um tal de Viriato ou Iluminate que tinha um congo aí. Congo misturado com *terrera*, que acabou (Zé da Ernestina, 2009).<sup>37</sup>

Na concepção de Zé da Ernestina, a Congada, para sobreviver no tempo e no espaço, tem que ser pura e não misturada. Sendo misturada, ela acaba. Para falar de uma congada pura e devota, Ambrosio (1989) cita a afirmação de uma falecida rainha Conga do Estado de Minas Gerais, Cecília Alves Gomes,<sup>38</sup> que assim distingue as linhas de Congo, Moçambique e Candombe: “O congo é uma linha devota à nossa Senhora. Quanto ao Moçambique é dança guerreira e o Candombe é uma linha mais fiel às tradições dos antepassados” (Cf. AMBROSIO, 1989, p.101; 138;155). O nosso Rei Congo é da linha devota e não aceita a mistura com *terrera*, como ele relata:

A pessoa que trabalha de má fé, meu filho, não rompe não. Não rompe, tem que trabalhar de boa fé, senão não rompe. Porque Nossa Senhora não trouxe, ela visitou todos os terreiros. Tudo bem, ela visitou todos os terreiros, mas de umbanda e quimbanda, mas dela ter visitado, não podemos dizer que ela abençoou. Ela foi lá pra vê, a benção sabe lá! (Zé da Ernestina, 2009).<sup>39</sup>

Mediante os convites para atuar com a sua guarda, ele manifesta receio e prudência quando diz: “Agora onde convidar o senhor, o senhor vai [...]. A gente vai, mas vai pegando com Deus!” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>40</sup> O receio e o medo são manifestados com o que ele chama de congo misturado, que é quando várias guardas são convidadas para uma festa e um capitão de uma determinada guarda usa de alguma artimanha para anular a atuação das outras. A guarda de Viriato em Jequitibá acabou. Segundo ele, só ouviu falar que existiu. Mas, quando chegou a Jequitibá, havia um movimento destinado às crianças de iniciativa de Sebastião Totó:

Saí [de Pirapama], cheguei aqui, e tinha Sebastião Totó que era marido da dona

<sup>37</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>38</sup> Natural de Sete Lagoas, Cecília Alves é referência para o congado na região. Em 1985, Cecília Preta foi coroada rainha conga do estado maior de Minas Gerais, um dos postos mais alto da tradição. Morta em 1999, ela se tornou símbolo da cultura afromineira.

<sup>39</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>40</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

Benedita, andando aí com um trator com uns meninos em cima, era congo. José Raimundo foi frequentar o grupo mas ele dizia: “ai, pai, o homem é bruto demais!, O senhor não sabe mexer com isso não?”. Eu disse: “sei, meu filho, mas deixa a poeira assentar que eu vou ver” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>41</sup>

Numa outra entrevista, Zé da Ernestina (2009) esclarece que o que ele encontrou em Jequitibá era o catopé, uma das sete linhas do congo: “Aqui tinha o Sebastião que tinha um [...] catopé, eu fui vê era a mesma coisa. Porque o congo tem sete linhas se você contar dá mais ou menos. Reinado, catopé, moçambiques, caboclinho, é dá sete, só não sei se vai competir com os Sete Sacramentos da Igreja”.<sup>42</sup>

A fraternidade do Rosário é constituída, em Minas Gerais, por oito guardas, a saber: Candombe, Moçambique, congo, vilão, marujos, catopés, cavaleiros de São Jorge e caboclinhos (MARTINS, 1982, p.39). Portanto, o Sr. Zé da Ernestina, com suas raízes e conhecimento da Congada, já estava pensando em fundar uma Guarda de Congo em Jequitibá, quando foi procurado pelo prefeito Nenê Saturnino e seu vice, Jair Pereira Mateus, para formar uma Guarda de Congo, pois a que tinha havia acabado. Assim ele fala do encontro:

Um dia veio o prefeito aqui e me disse: “eu viajei com um moço de Pirapama e ele me disse que você é capitão de congo”. Eu falei é eu gosto. O prefeito falou: “Por que você não faz uma fileira aqui? Não temos nada, tinha o Vinute! Arranja aí uma guarda de Congo aqui, pois não temos folia e nem Congo!” Isso já faz 35 anos, foi em 1975 (Zé da Ernestina, 2009).<sup>43</sup>

Após a conversa com o prefeito, Zé da Ernestina convocou um povo interessado em participar da guarda de congo para uma reunião em sua residência. O objetivo era formar a diretoria, o corpo da guarda e adquirir os instrumentos como caixas e viola. Na reunião, ele dá as coordenadas e nomeia os componentes da guarda. Ao fazê-lo nos fornece a estrutura básica da Congada e seus componentes:

Eu fui organizando e indicando as pessoas para formar a diretoria dizendo: “Vou organizar e o que eu souber eu vou passando para vocês”. E organizei a diretoria apontando os nomes para os cargos: Primeiro e segundo capitão, primeiro e segundo mestre de viola, o presidente, tesoureiro, conselho fiscal e secretário. O primeiro diretor foi o Sr. Geraldo de Quinho (já falecido) e o segundo diretor o irmão dele. Você vai ser o capitão de nossa guarda. Mas eu não sei nada e eu disse espera! O que eu souber eu vou passar pra você. Você vai ser o capitão e você vai ser o mestre da viola, o 1º mestre e você esse outro vai ser o 2º mestre da viola. Quem vai ser o presidente? Eu disse: espera. A dona Lica vai ser a rainha daqui uns tempos. Esse aqui vai ser o tesoureiro. “Mas, eu não sei nada”. Espera aí, mas você sabe ler e escrever. Por que você não sabe? Aí eu formei tudo 1º capitão, 2º capitão, 1º

<sup>41</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>42</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>43</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

violeiro, 2º violeiro, presidente, secretário e esse 2º tesoureiro. Conselho Fiscal deliberativo. Nós temos isso tudo, já morreu alguns, mas tomamos aí entremeando e faltando. Mas tem tudo: diretoria toda. Organizei tudo conforme o estatuto dos congadeiros (Zé da Ernestina, 2009).<sup>44</sup>

Tendo descrito o início da estruturação da guarda em Jequitibá, aparecem também as dificuldades dos componentes, que, não sabendo nada sobre a Congada, revelavam seus medos e dificuldades refletindo também a falta de leitura. Dentro da organização do grupo, ele descreve a estrutura de sua Guarda e os instrumentos utilizados por ela:

Ela é feita com três caixas, três chique-chique ou rebeca que chama camuxa. Rebeca ela é feita com isso. Hoje você vê Congo com doze caixas, mas tudo batendo de um jeito só. Ela é feita com duas violas, que são mestre, contra mestre, capitães: 1º capitão e 2º capitão. Aí tá toda diretoria aí dentro: secretário, tesoureiro né? Tem tudo isso dentro do congado. Primeiro capitão, segundo capitão, 1º violeiro, 2º violeiro. A voz é igual à viola: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª voz. A viola de dez cordas, mas tá faltando 5ª voz também é cinco (Zé da Ernestina, 2009).

O estilo popular é composto de tocadores, violeiros e rezadores. As festividades do grupo são descritas como forma de compromisso. No dia 13 de maio comemora-se a festa da libertação e os feitos dos antepassados. Zé da Ernestina assim descreve essa festa no tempo de seu pai:

E nós sempre no dia 13 de maio, e dia da Santa Cruz, nós íamos lá pro pé do cruzeiro e aí então eu estava ainda com meu pai. Ele faltava só desenterrar as pessoas [...] no pé daquele cruzeiro. Meu corpo arrepiava só de vê ele cantar as marchas ao redor do cruzeiro (Zé da Ernestina, 2009).<sup>45</sup>

Vemos por esse relato que o aprendizado de Zé da Ernestina envolve a teoria e a prática aos pés do cruzeiro, na observância de seus mestres. A oração pelos antepassados é uma realidade difundida no Brasil proveniente da cultura africana, dos bantus. Aos pés do cruzeiro eram lembrados os antepassados, os congadeiros já falecidos. Na estruturação de uma guarda, observa-se o papel atribuído ao capitão da guarda de congo. O zelo pela disciplina, a humildade e a não violência dos componentes deviam ser notados por todos. N. S<sup>ra</sup>. do Rosário é a inspiração da conduta pacífica:

Eu já tava comandando a turma, se uma pessoa errasse, eu tinha que chamar ela lá porque foi meu pai que me ensinou [...]. Não pode ser assim, aqui tem que manter dessa maneira, aqui não pode ter sangue na veia; é sangue crente, aqui é manso humilde, que é desse jeito que N. S<sup>ra</sup>. do Rosário acabou com a escravidão (Zé da

<sup>44</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>45</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

Ernestina, 2009).<sup>46</sup>

O capitão do grupo às vezes tem o dever de corrigir algum membro da corporação quanto ao uso de bebida alcoólica. Quando se trata de vício sério, vale a devoção e invocação do poder de Nossa Senhora do Rosário: “E com jeitinho, pedindo a N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, que o trouxe; para tirar ele pra mim! Quem tem fé, daí a 15 dias ou ele para com a pinga ou ele sai. Por que ela tem uma força poderosa” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>47</sup>

A fé em N. S<sup>ra</sup>. do Rosário remove montanhas. Os problemas são resolvidos na paz e na união pela intervenção da Senhora do Rosário. Em casos mais graves, envolvendo um congadeiro, o capitão se reúne com o rei e a rainha conga para decidir a respeito da permanência ou não daquela pessoa nos quadros dentro da fileira da Guarda.

Como já vimos, no caso das promessas que são feitas e atendidas, a santa está próxima deles nas diversas dificuldades da vida e é invocada com força e proteção. De sua chegada a Jequitibá e todo o processo de fundação da Congada lá, ele faz um resumo:

Movido mais pela fé do que entendimento eu formei a nossa guarda. E sempre ao sairmos de casa nos preparamos fazendo aquela corrente. Para lembrar aquele povo que já foi congadeiro que já trabalhou sofrido com honestidade, é o modo que nós trabalhamos até hoje, não vejo congo fazer isso. É bom lembrar-se daquelas pessoas sofridas, que têm muita fé em nossa Senhora. Ela é uma só, Nossa Senhora teve a transfiguração dela em virgem do Rosário, mas é uma só (Zé da Ernestina, 2009).<sup>48</sup>

Todo início é difícil, e Zé da Ernestina fala do seu entusiasmo e coragem de enfrentar o que é adverso. Mesmo porque havia certo imaginário na mentalidade de muitas pessoas, que congo não batia em Jequitibá devido à coisa feita. O último congo era o do Vinute em Jequitibá e do José Tomé na Lagoa. Zé da Ernestina não se intimida; enfrenta e faz escola:

Chequei aqui e me entusiasmarei e eu já gostava. O último grupo aqui foi do Vinute aqui, e José Tomé da Lagoa. O Vinute, diziam, colocou um inham aqui no Jequitibá e ninguém bate congo aqui, só ele que batia. Ele morreu e deixou esse trem embaraçado aí. Eu disse: nada! Ele que não achou alguém para tocar o congo pra frente. Nós vamos fazer sim, e já tem mais ou menos uns trinta e cinco anos. Para um lugar que não tinha nada e que ficou tantos anos sem Congo. Hoje através dessa minha já tem Zaninho que tem a guardinha dele. E já resolveram até a formar a capital mineira do folclore (Zé da Ernestina, 2009).<sup>49</sup>

O candombe é reconhecido pelos irmãos do Rosário como sendo o “pai de todos”, elo

<sup>46</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>47</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>48</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>49</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

perdido entre África e Brasil, entre o culto jeje-nagô e a devoção a N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. O congo, o moçambique, marujo, catopê, caboclinho, cavaleiro de São Jorge e vilão num total de oito irmãos têm como o ancestral mítico – o genitor – o candombe, que não sai à rua, não desfila, funciona entre quatro paredes, é um grupo fechado, espécie de maçonaria dos pretos. Em Jequitibá, existiu esse grupo, mas acabou.<sup>50</sup>

### 3.3 Relembrando o período de 1954 a 1956, tempo do Pe. Raul Silva

Quanto às festas do Rosário promovidas por Pe. Raul nos anos de 1954 a 1956, nos quais se mencionam os festeiros e presença de reis congo e congadeiros, Zé da Ernestina afirma: “Não era o meu grupo não”. A hipótese que levantamos aqui é de que os congadeiros presentes na festa eram da região em torno a Jequitibá. Essa hipótese foi confirmada em conversa com João Gualberto Bianco,<sup>51</sup> que atestou: “Foi a guarda da minha família. Meu pai é que trouxe a imagem de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, no tempo de Pe. Raul” (informação verbal).<sup>52</sup>

Como encontramos nos registros das festas os nomes do Rei Congo Olímpio e da Rainha Conga Margarida de Souza Matos, Zé da Ernestina esclarece:

São Reis de Jequitibá. O rei Olímpio é do tempo de Vinute. Vinute morreu a guarda acabou e eles ficaram aí. Na continuidade e sucessão da coroa em Jequitibá, D. Benedita e seu marido Sebastião Totó. Com o falecimento de Sebastião, seu filho Waldivino assumiu a coroa de rei congo. Hoje, temos como rainha conga de Jequitibá a D. Benedita e rei congo Divino”(Waldivino foi coroado no ano 2000) (Zé da Ernestina, 2009).<sup>53</sup>

Como confirma José da Ernestina, “Benedita e Divino é de coroa de sucessão. Do rei anterior. Waldivino sucede o pai dele, Sebastião Totó. Eles são reis de Jequitibá, mas estão sem Guarda” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>54</sup> Na tradição congadeira, a residência do rei e da rainha é conhecida como palácio e a Guarda constitui o reinado dos reis congos. Os mesmos

<sup>50</sup> O candombe é o lado africano do congado. O mais antigo e mais pesado (Cf. AMBROSIO,1989, p. 155). É a raiz africana genuína, pura, verdadeira. O Candombe é mencionado na solenidade de posse do Governador e do Vice-governador da Capital Mineira do Folclore, em 1991. O Candombe toca o hino oficial do Estado mineiro do folclore sob a regência do Sr. José Paulino [falecido]. (Cf. Artigo 4º -Diretrizes do governo e decretos da Capital mineira do folclore. Jequitibá, 07 de julho de 1991, p 4).

<sup>51</sup> João Gualberto “Biano” é capitão da guarda de congo dos Bianos. A guarda mais antiga da região: tem mais ou menos 100 anos e ele é morador do distrito de Dr. Campolina.

<sup>52</sup> Informação dada por João Gualberto Bianco em conversa informal em Jequitibá, em 12 de setembro de 2010, no Festival do Folclore.

<sup>53</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>54</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

devem estar unidos a uma guarda, pois não tem rei ou rainha do congo sem uma Guarda. Sendo assim, José da Ernestina aconselha e esclarece aos reis de Jequitibá:

Eles devem procurar uma guarda pra se unir a ela. O reinado de rei e rainha se chama guarda. A guarda pode andar sem o rei e a rainha, mas os reis têm que ter uma guarda. A guarda pode reinar sem o rei e rainha, mas por pouco tempo. Mas a rainha andar sem o rei, a rainha e o rei andar sem a guarda não pode. Benedita e Divino são reis de Jequitibá, mas estão sem guarda, até falei com eles que juntasse com Zaninho ou com a minha guarda. Porque eles não têm o reinado (Zé da Ernestina, 2009).<sup>55</sup>

Hoje, a guarda de Zé da Ernestina está toda organizada, tendo o rei congo e a rainha conga da guarda. O rei congo e a rainha conga têm o dever de realizar anualmente a festa do Rosário: “O rei congo e a rainha são obrigados a fazer a festa até se chegar um dia de não ter rei festeiro, rei de ano, rainha de ano, o rei do congo é obrigado a fazer a festa, pois a corrente não pode ser interrompida” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>56</sup> Como outrora, a realização da festa já era incumbência das confrarias do Rosário, tema exposto no capítulo primeiro desta dissertação.

### **3.4 A relação da Guarda de José da Ernestina com o segmento eclesiástico**

Zé da Ernestina conta que sempre obteve o apoio dos eclesiásticos que trabalharam em Jequitibá. Mesmo com as muitas mudanças de padre, sempre teve apoio. Essas mudanças fazem com que ele por vezes troque os nomes do padre e o período de sua atuação em Jequitibá. Mas, quanto ao apoio recebido dos eclesiásticos, ele atribui a um milagre do Santíssimo Sacramento:

Não sei se já era obra do Santíssimo Sacramento. Nós num achamos ninguém que jogasse pedra na gente. Em 1945 [é 1975], formei a guarda aqui no Jequitibá. Tivemos aqui vários apoios, mas teve uma época que padre ficava era pouco tempo. [...] Padre vinha e ficava pouco. Mas tinha o padre Joaquim. Nos deu muito apoio, mandava chamar a gente lá na Igreja. Gostava muito de ver a gente cantar, a simplicidade que a gente tem, num via ninguém tonto. É gente pobre (Zé da Ernestina, 2009).<sup>57</sup>

Em boa medida, a mentalidade e a atitude dos padres que vieram trabalhar em

<sup>55</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>56</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>57</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

Jequitibá, após 1975, foram de acolhida. A resistência inicial vai se dissipando na medida do encontro com a fé simples e pura dos congadeiros que alegram as festas religiosas das comunidades. E estamos a alguns anos da realização do Concílio Vaticano II, que já começa a produzir timidamente seus frutos de inculturação. Quanto aos atores participantes da Congada, Zé da Ernestina coloca que em grande parte são os pobres, a Congada é de gente pobre, simples e de fé:

Difícilmente rico participa de um grupo de Congada, somente quando está em grande dificuldade financeira, como relata: Quem mexe com isso é pobre. O dia que você ver um rico nos pés de uma guarda, ele perdeu o que tinha está fazendo promessa pra ganhar mais. A não ser assim você não vê rico não (Zé da Ernestina, 2009).<sup>58</sup>

Então é o povo simples de fé e desinteressando em dinheiro que participa da Congada e a embeleza:

Aqui nós um dia fomos lá à igreja sem ser chamado. Pe Gerardus Smelle olhou a guarda e achou muito bonita, numa frequência de muita gente acompanhando o corpo da guarda. Ele [...] falou [...] “você devem continuar e apareça sempre”. Foi coisa melhor do que se tivesse dado a gente dinheiro, né! Deu valor à simplicidade da gente, a igreja lotou, vem sempre quando tiver novena, bandeira pra levantar (Zé da Ernestina, 2009).<sup>59</sup>

O incentivo do padre funcionou como um reconhecimento dado à Congada, e ao convidar para participar da novena, para levantar o mastro da bandeira, deu legitimidade pública e senso de pertença da organização congadeira à Igreja Católica. Zé da Ernestina coloca o grupo à disposição da igreja: “Aí eu falei o senhor chama ou manda chamar que a gente vem” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>60</sup>

A relação com os padres é a relação típica entre seres humanos: cada um tem sua mentalidade e seu modo de opinar e se posicionar diante das coisas, dos fatos e dos acontecimentos. Zé da Ernestina comenta:

Tem padre que não liga não, diz que somos destruidor de comida. Cachaceiros. [...]. Outro, como Pe. Joaquim, assistindo uma vez eu fazendo uma mesa dos apóstolos dizia: “mas o senhor não sabe ler como é que o senhor cantou tudo certinho”. Eu falei é Deus, o Divino Espírito Santo. O Pe. Joaquim disse: “Parabéns! Lindo demais, bonito eu quero que o congo de vocês vá bater [...] na Igreja na saída de vocês”. Depois o outro que veio. Eu acho que foi o padre Hildebrando que veio, ele falou muito: “se nós não deixar vocês frequentar, nós vamos ter a igreja vazia,

<sup>58</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>59</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>60</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

através do congo, de uma folia de santos reis a igreja enche. Tem gente que vem não é tanto por causa do padre. Não gosta de nós”. Falei “gosta, padre”. O padre é autoridade, vocês são autoridades estão reforçando o nosso lado. Bom, quando não tiver padre, nós vamos fazer o quê? Tem gente que vê o padre, e diz “olha, eu tenho que andar direito o padre está ali”. [...] Então onde tiver padre nós estamos suficiente, tranquilo! Então formei a fileira. Graças a Deus os padres gostavam demais, padre Hildebrando e dava valor. O Pe. Agenor teve bom tratamento com o grupo congadeiro. O Pe. Geraldo Magela muito bom, [...] Vinha muito aqui na minha casa (Zé da Ernestina, 2009).<sup>61</sup>

O comentário acima evidencia que as opiniões dos eclesiásticos podem variar de acordo com sua proximidade ou distanciamento do grupo. Zé da Ernestina acentua o valor da presença do padre e a força da Congada reconhecida por eles quando ela traz muita gente à igreja. Fala de certa abertura que deve acontecer, pois sem a presença do congo, a igreja fica relativamente vazia. A presença do eclesiástico gera apoio ao povo e reforça a sua prática.

Pe. Geraldo usufrui da sabedoria popular através de José da Ernestina, buscando uma benção para a sua saúde. Além desses padres citados, ele declina outros nomes de apoio à Congada como: Pe. Reni Nogueira, Márcio Ferreira, Antônio Carlos, Carlos André, Carlos Moreira e Frei Chico. Zé da Ernestina destaca uma conversa que teve com Frei Chico, na qual ele valoriza a Irmandade, apoia e reconhece a autonomia dos ritos e das práticas congadeiras realizadas com fé, devoção e seriedade:

Vocês sabendo mexer com o congo não precisa correr para Igreja não. Quem manda é vocês dentro da sua religião. Está fazendo tudo certinho, não precisa ficar correndo pra igreja não. Dentro da igreja pode acontecer coisa que não agrada As pessoas rir de vocês, vocês não gostam. Vocês vão despreparar o espírito. E vocês estando aqui juntos, numa ou outra casa, vocês estão com o espírito preparado. Voltado pra aquilo, nós somos chamados para cumprir promessa fazer direitinho (Zé da Ernestina, 2009).<sup>62</sup>

Houve uma festa do Rosário, cuja acolhida do padre aos congadeiros chamou a atenção de Zé da Ernestina e do pessoal de São Paulo que estava fazendo pesquisa e cobertura da festa:

Achei bonita aquela festa que o Pe. Carlos Moreira celebrou. Que festa! Estava chegando mais um congo, o padre deu uma pausa na missa e acolheu o grupo. O pessoal de São Paulo falou: “aquilo é que é padre! Ele está lá ainda?” Falei: “não, mas ele sempre vem pra reforçar qualquer coisa etc. O bispo não deixa padre assim com nós não” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>63</sup>

A guarda de José da Ernestina continua ao longo do tempo a granjear presenças e

<sup>61</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>62</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>63</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

apoio dos padres abertos a uma evangelização inculturada. A prática congadeira, inserida no cenário campesino, forma algo de rara beleza e resistência no contexto da modernidade. Pela sua postura na condução dos trabalhos, não faltam confirmação e legitimação do grupo congadeiro perante os eclesiásticos. Como já citado, ele comemora: “é milagre do Santíssimo sacramento, ninguém pra jogar pedra em nós” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>64</sup>

### 3.5 Trabalho junto ao povo: uma programação extensa em Jequitibá e comunidades

Sendo a comunidade de Jequitibá composta por várias comunidades devotas à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, as festas se multiplicam ao longo do ano.<sup>65</sup> Além disso, as inúmeras promessas fazem romper o silêncio com os tambores batendo no meio da noite em alguma casa em Jequitibá ou na zona rural. Anunciam: “são eles!”. Podemos constatar que a agenda de Zé da Ernestina e de seu grupo é extensa e piedosa:

Aqui nós funcionamos dessa maneira quando somos chamados. [...] Tem ano que eu faço 27 a 32 lugares. Começou no dia 3 de maio, dia de Santa Cruz, indo até novembro. Quanto à participação em outras festas, eu vou onde precisa de mim. Mas nós vamos batendo nas festas. Aqui a gente reza o terço na hora de sair e começamos com a marcha. Seguindo com fé, o credo, rezando o terço de nossa Senhora isso é muito importante pra nós (Zé da Ernestina, 2009).<sup>66</sup>

Pelo depoimento, fica patente o alto teor de devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário nessa terra jequitibaense. Por ocasião do ciclo do Rosário, Jequitibá se torna uma grande confraria. As atividades podem se estender ocasionalmente com a realização do congo sereno, que é o ato de descoroação de reis e rainhas por ocasião de sua morte. Muitas guardas e capitães fogem de fazer isso, mas é necessário. Quando um rei ou rainha coroados morre, tem que ser descoroados. Ele explica e ilustra isso com um caso:

Tem uma parte muito bonita dentro do congo que é o congo sereno, não vejo quase guarda fazer isso não. Agora há pouco nós fizemos descoroar uma rainha do congo. Quando uma rainha morre, a gente tem que fazer essa parte, descoroar a rainha ou o rei do congo. [...] Descoroar da coroa simbólica aqui da terra. Está no estatuto da

<sup>64</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>65</sup> De acordo com o cronograma básico das festas nas comunidades divulgado pela paróquia em 2009, registram-se 32 festas, que são realizadas sempre com a presença do congado. O ciclo do Rosário em Jequitibá é distribuído ao longo do ano para se cumprir a agenda anual das festas do Rosário e outras.

<sup>66</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

Federação dos congadeiros (Zé da Ernestina, 2009).<sup>67</sup>

Os ritos e os símbolos vivenciados no congo só têm validade aqui na terra enquanto estamos a caminho, pois o que vale mesmo é a glorificação que recebemos lá no céu. Na verdade, o congo sereno constitui-se em uma cerimônia de descoroação e, ao mesmo tempo, de encomendação de alma, na versão popular do rito congadeiro:

No dia que minha nora morreu, ela estava rainha da minha guarda. Ela foi velada lá no Pax de Minas,<sup>68</sup> nós fomos lá no velório chegamos cantando. Pedimos licença ao cadáver e vamos desfazer a coroação. Convidamos São Miguel Arcanjo a mesma coisa, porque no meu pensamento quem colocou a coroa na virgem Imaculada foi ele, São Miguel Arcanjo. Então, a gente segue a marcha com as embaixadas, pedindo a São Miguel por caridade que venha ajudar a descoroar a rainha para que ela chegue no reino do sagrado sem coroa. E na nossa mente ele tá vendo [...], tá ajudando (Zé da Ernestina, 2009).<sup>69</sup>

O ritual popular exigido para descoroar uma rainha ou rei congo é levado muito a sério pelos congadeiros e principalmente por Zé da Ernestina. O capitão do congo é quem preside a cerimônia, tudo de cor, cantado com o coração. O congo sereno apresentado por Zé da Ernestina constitui-se em um rito popular desconhecido para os não envolvidos na Congada. É uma cerimônia que toca a “alma do povo”. Quando se entra no rito e se deixa perpassar por ele, se percebe a riqueza da fé expressa num ritual popular.

### **3.6 O conhecimento do Capitão: um saber a ser partilhado entre os congadeiros**

Percebe-se que o conhecimento adquirido por um capitão do congo é muito importante para o desenvolvimento dos trabalhos e para a prática da Congada, mas Zé da Ernestina defende que este deve ser um saber partilhado. Uma grande dificuldade do grupo congadeiro constitui no que ele chama de orgulho, que faz o grupo degenerar-se, como ele conta:

Então tem que vê é isso aí, por causa da grandeza da falsidade, muitos capitão tem falsidade com outro, um quer cantar mais bonito que o outro aí já vai degenerando. Então aí já vai saindo dos sete sacramentos da Igreja. Vai fugindo não sei se vai sair na mesma estrada lá fora, né? Então cada um segue conforme quer. Deus deixou a

<sup>67</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>68</sup> Velório na Cidade de Sete Lagoas, onde a rainha conga estava sendo velada.

<sup>69</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

vontade livre! Cada qual segue como quer. Só que no fundo pode levar uma lambada né! (Zé da Ernestina, 2009).<sup>70</sup>

Constata-se que no campo das manifestações culturais populares existem espaços para criar e recriar o fenômeno. Isso passa pelo capitão, que utiliza seus conhecimentos para resignificar as práticas congadeiras na extensão do tempo. As embaixadas podem ser mudadas, adaptadas de acordo com o capitão. Por isso, ele é fundamental no corpo da guarda. Muitas guardas desaparecem quando o capitão morre ou fica impossibilitado de atuar. O seu saber é que estrutura a guarda.

Um bom capitão conhece bem o ritual. Seu trabalho é muito importante, pois ele coordena as coreografias, as músicas, as embaixadas e dá o ordenamento de todo o grupo em suas evoluções. Sabe o que fazer nos diversos momentos vividos pela guarda. Zé da Ernestina manifesta seu pesar caso alguém chegue a ocupar essa função sem conhecimento e resume em tom solene o que ele sabe do congo:

Eu tenho pena de vê uma pessoa chegar aos pés de uma rainha e não cantar sobre ela, não cantar sobre a coroa. Eu tenho pena, tenho dó desse capitão. Se dirigir a mim, o que eu aprendi do meu avô eu passo pra ele. Por que eu sinto, que num está errado, não é bobagem. Respeito, fé, amor, caridade. Se você está cumprindo uma promessa, você está cumprindo, fazendo caridade para a pessoa que foi está esperando. É uma caridade! Então, de toda maneira, o que eu aprendi no Congo é isso. Eu aprendi tudo aos pés da cruz no dia 13 de maio. Aprendi a rezar; oferecer; rezar por aqueles congadeiros que já foram. Isso é uma missão que Deus nos deu, agora falar que isso é uma tropa de cachaceiro, não é não (Zé da Ernestina, 2009).<sup>71</sup>

A partilha do saber é vital para a Congada e não o fomento de competição que prejudica o grupo e a prática congadeira. O conhecimento adquirido por José de Ernestina, ao contrário de muitos que acham que devem esconder o que sabem, é algo que é dado para ser distribuído e partilhado, como ele relata:

Saber que quando chega uma pessoa na casa da rainha, rei do congo, muitos falam que tem de esconder o que sabe, eu acho que nós temos que ser como semente. [...] Nós não nascemos sabendo, assim como eu recebi das mãos de alguém, alguém tem que receber de minhas mãos. Eu sinto assim, aquele orgulho de estar passando para alguém [para outra pessoa] (Zé da Ernestina, 2009).<sup>72</sup>

Além do conhecimento das práticas do congado com seu pai e seu avô, José da Ernestina teve como mestre instrutor o capitão Sebastião do Biduir, do Rio de Janeiro, que

<sup>70</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>71</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>72</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

passou para ele a história de Chico Rei, que, ao reativar sua guarda em Ouro Preto, constituiu-se no marco inicial do reinado em Minas Gerais, conforme atribuem os congadeiros. Isso aparece também na sua entrevista:

Eu fui instruído por um capitão do Rio de Janeiro em Pirapama, chamado Sebastião do Biduir. Ele batia o joelho no chão e cantava o lamento do negro. Era ajoelhado, era bonito. E tinha uma fé que só ele mesmo pra ter uma fé tão grande. [...] A festa era organizada por Chico Rei era no dia seis de janeiro. [...] Começava ali três ou quatro de janeiro e no dia seis ele fazia a entrega. Dia de Santos Reis. Ele fazia as coisas dele muito bem feito (Zé da Ernestina, 2009).<sup>73</sup>

O grupo congadeiro, pelo exposto acima, exige preparação, competência e seriedade no papel do capitão ao conduzir o seu grupo. Não é um grupo de alcoólatras. Hoje, na cidade de Jequitibá, há duas guardas de congos bem atuantes. A guarda de Zé da Ernestina, Guarda do Santíssimo Sacramento (1975), e a do Leomano Geraldo Lopes, “o Zaninho”, Guarda de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, fundada no ano 2000. Temos duas no distrito de Dr. Campolina,<sup>74</sup> a Guarda dos Bianos, com mais de 100 anos, e a de José Leal, conhecido por “José Limão”. Uma na comunidade de Perobas, coordenada por Raimudinho. A de Pindaíbas atualmente está parada sem o capitão, que faleceu. A guarda do Baú, com José Gomes. Em Brejinho, com Geraldo Timbó, e em Vera Cruz, com o capitão Paulo.

### **3.7 O papel do Rei e da Rainha do Congo na estruturação da Congada**

Para Zé da Ernestina, é preciso tratar com muito respeito e seriedade toda a estrutura da Congada. O Rei e a Rainha são importantes nessa estrutura e devem dominar certo conhecimento, pois eles são essenciais à estrutura congadeira. Não podem ser escolhidas pessoas que não têm fé, religião e que não sabem o que estão assumindo pra fazer bem feito, como ele relata: “O Rei e Rainha são a chave do congo. Não pode ser qualquer pessoa. Deve ser escolhida. Gente que tem fé e religião. Como dominar uma coisa sem saber?” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>75</sup> No seu entendimento, para que alguém seja rei ou rainha da guarda a pessoa deve ter conhecimento e saber administrar a função. Sobre o seu conhecimento, ele

<sup>73</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>74</sup> Foi reconhecida como remanescente das comunidades dos quilombos em 12 de maio de 2006 pela Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 8 de 10 de maio de 2006.

<sup>75</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

diz: “eu não entendo muito não, eu tenho é fé em Nossa Senhora” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>76</sup>

A fé é o critério para ser rei e rainha do congo. Esse critério, segundo ele, na maioria das vezes, não é observado na escolha de reis festeiros, ou rei de ano ao término de cada festa nas comunidades. Ele indica o estatuto dos congadeiros como norma a ser observada para a escolha dos reis festeiros: “Portanto, no conhecimento que tenho do estatuto, não pode ser qualquer pessoa. Igual vocês conhece faz um sorteio com uma lista de festeiros: sai um que não entende, outro que não sabe, outro que nem interessa” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>77</sup>

O rei congo tem que ser homem de fé, de devoção ao Rosário de Maria e deve ser identificado por suas práticas e conduta de vida devota. Ele agora generaliza ao falar da função do rei e da rainha do congo, quer de uma guarda de uma cidade ou mesmo do Estado de Minas Gerais, para falar do que de fato ele conhece:

A função do Rei Congo que seja do Estado de Minas, que seja da cidade da gente, rei congo e rainha conga em primeiro lugar: Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo! Meu irmão do Rosário Salve Maria! [...] O rei congo que não usar essa palavra e não andar com o rosário no bolso pode ser imprensado por mim ou por qualquer outro. O terço é o documento do rei congo, quando solicitado para rezar tem que ter o dele. Então, é o primeiro documento do rei congo, da rainha conga. Assim, se o senhor vai fazer uma coroação de rei, um rei coroado é que vai coroar o outro. Por que um pagão não pode batizar ninguém. Então, essas coisas são recursos do rei do congo e rainha do congo dentro do congo (Zé da Ernestina, 2009).<sup>78</sup>

O rei e a rainha do congo devem portar como um documento pessoal o terço. Deve ser uma pessoa devota que reza o terço. E dentro da estrutura do congo, o rei e a rainha coroados são os que devem proceder as coroações de outro. Essa cerimônia se verifica no final de cada festa do Rosário, na qual é coroadado o rei festeiro. O capitão de uma guarda tem autoridade, mas em certos casos deve exercê-la em união com o trono do Reinado de Nossa Senhora. A decisão deve ser colegiada sob pena de ser anulada pelo Rei e pela Rainha. José da Ernestina explica de modo ilustrativo:

O capitão vai querer substituir alguém dentro da Irmandade, mas sem ordem do rei e sem ordem da rainha não pode. O capitão é que manda, mas ele nessa parte vai precisar do rei e da rainha do congo, vice-rei congo e vice-rainha conga. É um conjunto que chama o trono de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Então vamos fazer uma conferência, uma reunião. O capitão achou uma dúvida em um membro do grupo, mas trouxe ao meu conhecimento. Porque se o capitão suspender alguém sem o conhecimento do rei e da rainha do congo, o rei e rainha do congo podem voltar à pessoa para dentro da guarda (Zé da Ernestina, 2009).<sup>79</sup>

<sup>76</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>77</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>78</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>79</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

O objetivo primeiro é de conservar o irmão. Fazer o possível para recuperar e não dispensar, ou excluir das fileiras, mesmo quando há muitos irmãos participando:

Nós não podemos expulsar ninguém. Nós temos é que pôr mais alguém, buscar mais alguém. [...] Então o rei congo, o capitão achou a diferença naquele membro, naquele irmão. Ele num pode ficar. Então traz ao conhecimento do rei congo e da rainha do congo e daquela assembleia, pra nós conversar sobre esse assunto. Não tem nada que não tem conserto, e é mais fácil a gente consertar quem já está. Ninguém é perfeito (Zé da Ernestina, 2009).<sup>80</sup>

O diálogo é o melhor remédio. A correção fraterna ajuda a encontrar novos caminhos, como ele narra em um acontecimento em uma guarda de Congo em Araçá, MG:

A guarda chegou com uns quatro membros bêbados. Eu já era rei Congo do Estado de Minas. O padre falou: “Sr. Zé, dá um recurso aí nessa guarda”. Eu falei: “vou vê o que eu faço padre”. [...] Eu chamei o presidente e falei: “o padre tá pedindo pra suspender essa guarda”; ele falou: “o que o senhor vai fazer?”. Eu disse: “vou levar ao conhecimento da Federação do Congado, sua guarda não pode bater assim não. Eu só quero conversar com o senhor é o seguinte: vamos arrumar essa guarda pra evitar disso. [...] É uma tristeza pra nós. Vamos conversar com esse povo. Hoje é uma guarda que tá batendo normalmente arrumada”. Ele me agradeceu muito (Zé da Ernestina, 2009).<sup>81</sup>

Percebe-se que a coroa de rei ou de rainha congo não é para destruir, mas, pelo contrário, serve para congregar na unidade os membros congadeiros, lembrando que os reis detêm as chaves do congo. Devem abrir, acolher e conservar a devoção mariana. Com todo o respeito, ele comenta: “Eu não recebi uma coroa pra destruir guarda de ninguém e nem a minha. Eu quero é criar dentro da Irmandade, é o que estou fazendo” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>82</sup>

Ele relata um depoimento de Frei Chico quanto à presença de adolescentes e jovens na guarda de congo. Ele vai além, pois ao colocar uma devoção no coração e na vida de uma criança, adolescente ou jovem, está livrando-os dos vícios:

Frei Chico também já falou: “todas as pessoas que tiver batendo dentro da minha caravana, eu estou tirando do abismo da droga, principalmente adolescente, menino, rapazinho novo”. Então, a função do rei do congo, [...] rainha tem essa função conversar, rezar, tem um com o chapéu na cabeça na procissão, olha tira o chapéu da cabeça põe na mão, [...]. Um está fumando a rainha está olhando [...], então é preciso conversar direitinho com a pessoa. Lá vem o padre, lá ele pode xingar, mas nós usa

<sup>80</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>81</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>82</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

de vocês e vocês é bravo, não é?! (Zé da Ernestina, 2009).<sup>83</sup>

A intervenção e o cuidado com o comportamento da guarda implicam ter a aprovação do povo e principalmente da igreja através do padre. Ele não pode achar conduta que desqualifique. Zé da Ernestina manifesta seu pesar quanto ao grupo congadeiro: “É triste para o grupo e sua legitimidade perante a igreja fica arranhada, embora todos tenham a consciência de que não somos perfeitos” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>84</sup>

Para Zé da Ernestina e sua esposa Lica, a missão do rei e rainha é espiritual e religiosa quando procura sempre ter a assistência de um eclesiástico junto ao grupo. Quanto à assistência aos membros da Irmandade que passam por dificuldades, Zé da Ernestina comenta: “Tudo quanto há vem pra mim, é arrumar uma briguinha, uma discussão, uma má querença vem pra cima de mim. [...] E a gente tem que decidir. Então, não é tentar resolver, mas aquilo com as bênçãos de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário é resolvido na hora” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>85</sup>

Pelo relato, o rei congo é a referência do grupo e uma espécie de conselheiro amigo que, com a fé em N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, vai encaminhar a solução dos problemas e eventualmente ajuda em caso de doença. Dona Lica, esposa de Zé da Ernestina e congadeira desde o início da guarda, cuidava da roupa e da boa apresentação do grupo. Pela sua fé e dedicação ao grupo congadeiro, ela foi escolhida por Zé da Ernestina para ser a rainha da guarda do Santíssimo Sacramento de Jequitibá.

Até aqui procuramos, através das entrevistas, reconstruir, de modo fragmentado, a relação de José da Ernestina com sua prática congadeira, prática essa que contribuiu positivamente na elevação das expressões culturais e religiosas de Jequitibá. Seu conhecimento no campo congadeiro é notado para além de Jequitibá por meio da Federação Mineira dos Congadeiros, o que vai resultar na sua indicação para Rei Congo do Estado de Minas Gerais. É o que será exposto a seguir.

### **3.8 José da Ernestina, de Vice-rei é escolhido para Rei Congo pela Federação Mineira**

<sup>83</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>84</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>85</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

Em agosto de 1999, em solenidade organizada em Belo Horizonte por Marciano de Souza, então presidente da Federação do Congado de Minas Gerais, procedeu-se a coroação de Sinval José da Costa como representante de Chico Rei de Ouro Preto e de Vice-rei Congo José da Ernestina, de Jequitibá<sup>86</sup> (Cf. Plano Municipal de Cultura, Jequitibá-2000, p.104-105). Ele comenta um episódio ocorrido em reunião na Federação Mineira dos Congadeiros que em muito esclarece seu posicionamento por uma linha pura e devocional à N. Sra. do Rosário. Foi relatado que na cidade de Raposos teve um ocorrido em que um capitão de congo incorporou e mandou marimbondo em cima das outras guardas. Zé da Ernestina, como Vice-rei Congo, foi solicitado a comentar o episódio:

Eu levantei, cumprimentei a todos: “Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo, Salve Maria meus irmãos minhas irmãs do Rosário”. O que eu acho disso que nosso irmão contou? Tenho vergonha pelo respeito que eu tenho pra com N. Sra. do Rosário e pela nossa Irmandade. Tenho vergonha de saber que nós temos dentro da Irmandade uma coisa dessas. É um pecado mortal! Por que você acha que se isso fosse em mim, eu queria isso pra mim? Nunca! Achar que é só a minha guarda é que pode trabalhar. Que Irmandade é essa? Um alimento em cima de uma mesa, pão em cima de uma mesa pra ser distribuído e eu achar que é só eu e o meu grupo é que pode se alimentar e os outros não? Esse é um alimento que recebemos do dom do Espírito Santo. Como Ele levou o menino Deus e colocou no seio da Virgem Maria Imaculada, a nossa mãe, não veio por meio de macumba. Ela não veio com esses argumentos e ensinamento pra nós. E nós falar que nós somos filhos de N. Sra. do Rosário, pra usar uma maldade dessas? E nós usar isso contra nossos irmãos e nós ter coragem de dizer que somos da Irmandade? Eu não conheço essa Irmandade. Que joga marimbondo, isso não é marimbondo, isso é o diabo. E nós não podemos dar força a essa palavra, esse diabo, essa tentação. Eu falei mais de 15 minutos. Eu fiz muita gente chorar, parecia coisa que o Espírito Santo desceu em mim. E eu fui falando, falando e eles batiam salva de palma e eu tornava a falar e eles batiam salva de palma. Não podemos seguir assim não, pois aí você acende uma vela pra Deus, outra pro o diabo. Daí alguém falou esse aí é vice-rei congo hei! E ele vai receber a coroa de rei congo. Daí a seis meses me chamaram lá pra receber a confirmação da coroa de Rei congo do Estado de Minas (Zé da Ernestina,2009).<sup>87</sup>

Nesse episódio, Zé da Ernestina defende uma Congada mais afinada, integrada com os princípios e valores católicos. Ele repudia em público a prática misturada que depõe contra a Irmandade e a Maria Santíssima. Essa é a mesma posição que ele teve ao saber da Congada que existia e que acabou em Jequitibá. O discurso de Zé da Ernestina encontra apoio que se manifestava através das palmas. Essa fala, entre outras qualificações, fez com que seu nome fosse apreciado e indicado para assumir o cargo de Rei Congo de Minas Gerais. Uma vez

<sup>86</sup> Sinval é coroado como representante de Chico Rei IV, numa tradição de 272 anos. O processo da escolha é o seguinte: o rei é escolhido pelos capitães e presidentes de guarda e a coroação só acontece após a morte do antecessor. Tendo João Manoel de Deus, Chico Rei III, falecido em maio de 1999, Sinval é coroado em agosto de 1999. E nessa cerimônia foi realizada a missa Conga, em que José da Ernestina foi coroado Vice-rei Congo do Estado.

<sup>87</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

indicado pela Federação, o nome é apresentado aos padres que a apoiam. O critério era o conhecimento e estar preparado para o cargo, como ele comenta:

Tinha que saber: E os sete mandamentos da Igreja, do nascimento ao sepultamento, o que nós recebemos do santo batismo até o dia da morte. Mas sei que lá na Federação os padres *são cuidadosos para conceder* a coroa de rei Congo do Estado de Minas Gerais. Tem de saber essa parte: sete sacramentos da virgem, sete sacramentos, sete mandamentos, sete linhas do congo, sete fundamentos de coroa. Esses sete fundamentos de coroa são como se fosse a 1ª aliança do Pai eterno com Adão. Sete fundamentos de coroa nasceram lá no paraíso do Pai eterno. E eu chequei até esse ponto de hoje ser o rei congo do Estado de Minas. Dom Walmor de Oliveira esteve na minha coroação e o Pe. Aluízio. Teve um que colocou a coroa na minha cabeça (Zé da Ernestina, 2009).<sup>88</sup>

A coroação de José da Ernestina foi resultado de sua sabedoria e engajamento com o congo. Tendo obtido a aprovação da Federação Mineira dos Congadeiros, hoje Centro de Tradições do Congado, a sua legitimação eclesial deu-se pela presença das autoridades eclesiais por ocasião de sua coroação como rei congo do Estado de Minas Gerais.

### 3.9 A função de Rei Congo de Minas Gerais e a área de atuação e força do Congo

A atuação do Rei Congo de Minas Gerais consiste em percorrer todo o Estado, onde for chamado para se fazer presente, necessitando, portanto, da autorização da Federação. Atualmente, José da Ernestina restringe seu campo de atuação a Belo Horizonte, Sete Lagoas e região de Jequitibá: “Eu tenho que percorrer Minas enquanto eu puder e der conta e minha área de atuação está mais em Sete Lagoas e região” (Zé da Ernestina, 2009).<sup>89</sup>

A Congada mineira, desde Chico Rei, cresceu e se espalhou, sofrendo as modificações do contexto onde está inserida, envolvendo os santos padroeiros e ampliando o calendário do ciclo do Rosário. José da Ernestina chama atenção para as festas realizadas em Jequitibá com o ciclo do Rosário, bastante diferente e extenso:

Tudo diferente da festa daqui de Jequitibá. Igual o senhor vê o povo pegar Santo Antônio do Baú, celebrar a festa do Rosário e Santo Antônio que é o padroeiro fica de fora. Tem essas desigualdades todas, mas o congo é muito forte. Você vê uma festa aqui em Sete Lagoas, aquela festa que nós tava nela lá na Serra de Santa

<sup>88</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

<sup>89</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

Helena. [...] O congo é de dar água na boca. O congo é muito forte (Zé da Ernestina, 2009).<sup>90</sup>

A festa de Santa Helena à qual Zé da Ernestina se refere ilustra bem a vitalidade do congo presente em Minas Gerais e na Diocese de Sete Lagoas. Essa festa é promovida anualmente no mês de maio pela Associação dos Congadeiros de Sete Lagoas em parceria com a comissão zeladora da Capela de Santa Helena, integrada com a diocese, que, através do pároco da Igreja de São Pedro, organiza a programação desse evento.

A Capela, situada numa das regiões mais bonitas da cidade, oferece uma bela visão da cidade de Sete Lagoas. Lá no alto está a Capela de Santa Helena (1852) com um grande cruzeiro (1857) que se tornou lugar de forte manifestação congadeira nessa cidade mineira desde 1975. Para lá acorrem todas as guardas da região, cerca de 32 guardas, envolvendo o séquito de reis e rainhas com as apresentações individuais das guardas, com seus cantos e embaixadas. No final, todas se unem no momento de levantar a bandeira de Santa Helena. Além dos santos próprios da devoção congadeira, assistimos a um fenômeno da introdução de Santa Helena na tradição congadeira de Sete Lagoas. A festa oportuniza grande visibilidade aos congadeiros, que desfilam pela parte central da cidade em direção à Serra de Santa Helena.

### **3.10 Início da Capital Mineira do Folclore e a Congada**

O “Festival do Folclore” de Jequitibá surgiu em 1988, por iniciativa de Geraldo Inocêncio que, naquele ano, como festeiro do Santíssimo Sacramento, programou uma novidade na festa, em comum acordo com o Pe. Reni Nogueira, pároco nesse período: trazer para participar os grupos que manifestam a cultura da região, pois os grupos estavam morrendo por falta de incentivo e, com essa iniciativa, eles seriam revigorados.

Para a realização desse feito, foi preciso o envolvimento de pessoas comprometidas com a divulgação e preservação da cultura imaterial de Jequitibá, tais como: Núbia Pereira de Magalhães Gomes e Edmilson de Almeida Pereira, pesquisadores de Juiz de Fora; Dr. Geraldo Inocêncio, representante da cultura popular; Nelson Jacó, da folia de São Gonçalo e outras toadas; José Geraldo Alves, “Zé da Ernestina”, coordenador de vários grupos e capitão

---

<sup>90</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

regente da guarda de congo; Frei Franciscus Van Del Poel (Frei Chico), pesquisador do Vale do Jequitinhonha; Carlos Filipe, membro da comissão mineira do folclore; dentre outros.

A pesquisa desenvolvida por Núbia Pereira no final dos anos 1980 desencadeou um processo de levantamento, por Geraldo Inocêncio, dos grupos que expressam a cultura de Jequitibá. A atuação de Núbia Pereira foi fundamental para dar início ao que chamamos hoje de “Capital Mineira do Folclore”. Quanto à participação do Reinado de Nossa Senhora apresentado como folclore, veremos que Zé da Ernestina faz uma distinção entre o que é folclore e o que é Irmandade do Rosário. A participação de seu grupo nas manifestações culturais da cidade não é ingênua, mas crítica. Ele explica para os membros da Irmandade:

Nós não somos folclore, somos da Irmandade do Rosário, do Santíssimo Sacramento, de São Sebastião e do Divino. Porque folclórico não existe! Nós podemos até ir lá no palco fazer uma apresentação, mas nós não somos folclore. Tanto é que não gosto. Não subimos com bandeira no palco, com reis coroados não pode. Nós vamos lá fazer uma demonstraçãozinha, mas até pra subir no palco nós dizemos em nome do Pai do filho e do Espírito Santo. Sobe conosco pelo amor de Deus e salva nossa vida. Lá nós temos batuque, a roda, uma dança de boi, isso é folclore. Se perguntarem “você são grupos folclóricos?”, claro que somos da Irmandade de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, da Irmandade de Maria Santíssima (Zé da Ernestina, 2009).<sup>91</sup>

A demonstração do que é a Irmandade do Rosário nesse evento serve para dar visibilidade a uma tradição bastante difundida no território mineiro e que carece de ser conhecida pela população. A participação crítica do grupo é no sentido de distinguir o que é de fato folclórico ou manifestação cultural, como uma dança de batuque, dança do boi ou roda. Essas manifestações podem subir no palco, mas o Reinado de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário não. Podem se apresentar no chão, em terra firme com ou sem assistência de público, pois o que fazem não é demonstração folclórica, é dança para agradar à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, é devoção de respeito. A Irmandade do Rosário, o Reinado de Nossa Senhora, como ele prefere chamar, é algo distinto do folclore. Está situado no campo do sagrado.

Mircea Eliade (2008, p.19) distingue dois modos de ser no mundo; profano e sagrado. Na prática, para Eliade (2008), o *homo religiosus* se torna uma comunhão com o sagrado, constituindo, assim, um modo de viver e de se situar diante do mundo de modo diferente da visão meramente profana do mundo. O universo mental dos membros da Irmandade faz romper com o que é meramente classificado como folclore, pois seu registro está situado num outro lugar: o da fé. Observa-se uma preocupação para não banalizar o sagrado, aquilo que eles fazem com seriedade, ao inserir a Congada num contexto profano de apresentações

---

<sup>91</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

culturais da cidade e fora do contexto do ciclo do Reinado do Rosário. A todo momento, eles demarcam a identidade do congadeiro devoto e congregado na Irmandade do Rosário.

O “Festival de Folclore” realizado em Jequitibá fez acontecer a missa conga, celebrada por Frei Chico. Um aspecto fundamental dessa missa foi a presença da corte congadeira. O Rei e a Rainha Conga vestidos a caráter, capa e coroa, e com o grupo da guarda. Esse momento foi oportuno para dar visibilidade aos reis coroados, aos cânticos de exultação dos congadeiros: “A coroa do rei / é luminosa / Eu muito estimo / Seu novo estado / Rei e rainha / Todos dois coroados”.

Podemos inferir que na missa conga experimenta-se aquela alegria das primeiras coroações dos reis negros, vividos como uma nova criação da África; aqui se celebra a integração da Congada com a Igreja. Se nas grandes cidades essas expressões perdem espaço, em Jequitibá e região temos esses grupos que asseguram e mantêm viva essa tradição, mesmo em meio às dificuldades próprias do nosso tempo.

#### 4. A RELAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA COM A CONGADA EM MINAS GERAIS

Se com a vivência de José da Ernestina temos uma Congada integrada aos princípios e valores da Igreja católica, com grande índice de aprovação pelos setores eclesiásticos, veremos que ao longo da história nem sempre aconteceu dessa forma. Houve conflitos entre as expressões do catolicismo mineiro popular e o romano.

Com a separação da Igreja e do Estado em fins do século XIX, segundo Azzi (1977), ela vai se estruturar organizando normas orientadoras para serem aplicadas nas dioceses. Na *Litterae* circulares de 15 de maio de 1910 temos a convocação dos participantes da Conferencias triennaes dos senhores arcebispos e bispos das províncias eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, S. Paulo, Cuiabá e Porto Alegre. Na circular fica explícito o objetivo dos trabalhos da conferencia: “uma espécie de codificação de leis, que muito contribuirá para a uniformidade no regime e governo das Dioceses” (PASTORAL COLLETIVA, 1910, p VI).

A década de 1920 a 1930, segundo Riolando Azzi (1977), foi a época da história da Igreja no Brasil designada como período da Restauração Católica. Nesse período, duas ideias norteavam o episcopado. Primeira: maior presença da Igreja na sociedade cuja intenção é a de exercer um papel de liderança entre o povo brasileiro; segunda: colaboração efetiva com o governo republicano visando à manutenção da ordem e autoridade constituída na sociedade brasileira.

Em sintonia com Roma, o episcopado brasileiro se empenha em criar uma ordem política e social alicerçada nos princípios cristãos. Nesse sentido, a Restauração Católica não implica ruptura com o movimento iniciado pelos bispos reformadores na época imperial, mas trata-se de uma evolução da mesma concepção de Igreja hierárquica se firmando na sociedade.

Em resumo, ficam evidentes as ideias norteadoras da ação pastoral do período anterior: demonstram uma necessidade de melhor formação do clero e instrução religiosa do povo; uma atitude apologética com relação à maçonaria, ao espiritismo e ao protestantismo; mas permanecem conservadoras no que diz respeito aos problemas políticos e sociais, havendo pouco lugar nessa concepção para ideias liberais, democráticas ou socializantes.

Nesse contexto, temos a figura de Dom Leme, no Rio de Janeiro, que se destaca nesse período com grande liderança no processo de restauração Católica no Brasil. E em Minas

Gerais temos outro expoente que vai se consolidar: Dom Antônio dos Santos Cabral<sup>92</sup> (Cf. AZZI, 1977, p.64-65). Segundo Azzi (1978), com a criação da Arquidiocese de Belo Horizonte a liderança da Igreja em Minas passa a ser exercida por Dom Helvécio, em Mariana, e por Dom Cabral, em Belo Horizonte. Dom Cabral exerce sua influência em Minas Gerais ao realizar o congresso catequístico de 1928 e ao aprovar o ensino religioso nas escolas.

#### **4.1 O empenho pastoral do primeiro arcebispo de Belo Horizonte**

O trabalho pastoral de Dom Cabral em Belo Horizonte acontece num período (1922-1945) em que a Igreja no Brasil vive a tentativa de restabelecer-se no novo contexto social brasileiro marcado por momento de crise.

Por volta de 1920, um clima generalizado de descontentamento e reivindicações leva a rebeldias no campo social e político. O Brasil passa por uma profunda crise, diretamente associada a mudanças socioeconômicas. O governo de Artur Bernardes (1922-1926) reflete essa situação de instabilidade e agitação. O presidente adota um permanente “estado de sítio” para debelar o espírito revolucionário. A ascensão progressiva de forças sociais emergentes provenientes dos centros urbanos. [...] A burguesia urbana começa a se movimentar com reivindicações políticas, marcando assim seu peso na sociedade brasileira, em acelerado processo de mudança. [...] Militares tornam-se porta-voz dessas novas aspirações. São os “tenentes”, ou seja, a base do Exército, com seu ideário nacionalista não isento de traços autoritários (MATOS, 2003, p.51-52).

No bojo desse período de crise temos a emergência e ascensão das forças sociais oriundas dos centros urbanos, investimentos industriais, mercado interno e crise da elite latifundiária. Em 1922, temos a realização da Semana de Arte Moderna como síntese e convergência das mudanças em curso na sociedade brasileira, um movimento voltado para a valorização das expressões culturais artísticas e literárias. As forças da Igreja não são subestimadas nesse momento de crise.

Esse clima de crise apresenta-se propício para uma reaproximação oficial de Igreja e Estado. Com Artur Bernardes, mineiro e católico, na presidência da República, o governo solicita explicitamente a colaboração da Igreja para conter a onda revolucionária. [...] Artur Bernardes em visita ao Cardeal Arcoverde, em 4 de maio de 1924, afirma publicamente “a importância da colaboração constante das nossas

---

<sup>92</sup> No dia 07 de setembro de 1927, Dom Cabral reúne em Belo Horizonte os bispos de Minas Gerais para uma celebração religiosa por ocasião da tomada de posse do presidente Antônio Carlos R. de Andrade.

autoridades eclesíásticas com o governo do país, auxiliando a manutenção da ordem e promovendo o progresso nacional” (MATOS, 2003, p. 52).

A Igreja vê nesse momento a oportunidade para restabelecer sua influência católica no Brasil, procurando demonstrar por todos os meios a força social que o catolicismo pode oferecer na harmonização da sociedade. Em Minas Gerais, Dom Cabral, no processo de restauração católica, segundo Matos (2003, p.67), foi o grande empreendedor, procurando efetivamente dar visibilidade à presença da Igreja na sociedade e estabelecer-se junto aos governos constituídos. Um exemplo é a celebração do dia 7 de setembro de 1926, com todo o episcopado mineiro reunido em Belo Horizonte por ocasião da posse do presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrade.

O presidente fala da necessidade do Estado unir-se à Igreja para assegurar a ordem social e política: “Errará gravemente o governo que não se utilizar da grande força que é a religião para levar avante todas as construções que idealize e se proponha a realizar” (MATOS, 2003. p.67).

Sem dúvida, esse evento organizado pelo arcebispo Dom Cabral demonstra e revigora a força do setor eclesíástico presente na sociedade mineira. Para maior divulgação da mensagem e doutrina da Igreja, cria-se uma empresa diocesana com o jornal intitulado *O Horizonte*, com tiragem inicialmente semanal, bissemanal e depois diário. No dia 5 de abril de 1927, lançou os fundamentos da federação das Associações Católicas de Belo Horizonte. Um dos seus grandes feitos foi a convocação e a realização do Congresso Catequético, que culminou na aprovação pelas autoridades do ensino religioso nas escolas públicas. Na carta convocatória datada de 14 de abril de 1928, afirma a necessidade da Restauração Católica. Registramos um trecho da carta:

Entretanto em nossos tempos, filhos amantíssimos, ainda mais que outrora, são levadas a termo as mais audaciosas tentativas de laicização, o que vale dizer, de descristianização da sociedade. Quando semelhante menosprezo e repulsa ao influxo da doutrina e da moral cristãs na formação das novas gerações? O atual Pontífice (Pio XI), instituindo a festa de Cristo Rei, em sua momentosa encíclica “*Quas primas*”, com aquela acuidade intelectual e intrepidez apostólica que todos lhe admiraram, despertou a atenção do Episcopado e do mundo católico para as ameaças e calamitosas devastações provenientes do que ele chama com propriedade “a peste do laicismo”. No intuito de alertarmo-nos para os novos embates e concentrar os meios práticos de ação que assegurem os inalienáveis direitos de Cristo Rei, não haverá como a sementeira de novas ideias e a orientação de equilibradas energias que o Congresso Catequético virá suscitar e nortear (LIMA, 1929, p.259-260).

Desde o início de 1922, quando Pio XI assumira o governo da Igreja Católica, tanto o arcebispo Dom Cabral como Dom Leme encontram apoio no pensamento e nas diretrizes do

Pontífice em suas atividades pastorais. As ações pastorais desses dois arcebispos se caracterizam por iniciativas concretas de liderança que traduzem na prática o fomento da Restauração Católica. Dom Leme organizou o Congresso Eucarístico no Rio de Janeiro em 1922 e Dom Cabral organizou o Congresso Catequístico de Belo Horizonte.

O grande fruto desse congresso catequético foi que em setembro de 1928, em nome do governo do Estado de Minas Gerais, o Secretário do Interior, Francisco Campos, autoriza o ensino do catecismo nas escolas públicas do Estado de Minas Gerais. Na carta convocatória de Dom Cabral é sintomática a citação da encíclica de Pio XI destacando o pensamento do papa, que funcionou como um despertador para o episcopado e para o mundo católico. Há uma necessidade de restauração da Igreja na sociedade dos costumes e valores cristãos.

#### **4.2 Confronto em 1930: Igreja, Congada e maçonaria em Divinópolis**

A ação pastoral de Dom Cabral vem alicerçada num processo de Restauração Católica impulsionada ao longo do pontificado do Papa Pio XI. Essa mentalidade vai nortear a sua relação com a Congada no território mineiro. Quanto mais distante a sede episcopal do povo, mais liberdade o povo tem para vivenciar sua fé com estilo próprio. A proximidade da estrutura eclesiástica das expressões populares pode implicar restrições do catolicismo da hierarquia em relação ao catolicismo popular. Para entendermos melhor a relação dos eclesiásticos com os congadeiros no período entre 1921 e 1954, sem deixar o foco de nossa pesquisa, a Congada em Jequitibá, faz-se necessário expor o conflito ocorrido na aplicação das resoluções da província eclesiástica mineira em relação ao reinado na cidade de Divinópolis, MG.<sup>93</sup>

Vinicius Peçanha<sup>94</sup> descreve a questão religiosa envolvendo a Arquidiocese de Belo Horizonte, os congadeiros e a maçonaria em Divinópolis a partir da década de 1930. A cidade de Divinópolis que, nesse período, integrava a Arquidiocese de Belo Horizonte desde 1818, honrava sua tradição de Reinadores do Rosário, tendo como marco referencial a Vila de São Bento do Tamanduá, hoje a cidade de Itapecerica.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> Divinópolis, centro industrial e comercial situado a 110 km a oeste de Belo Horizonte.

<sup>94</sup> Vinicius Peçanha é membro da Academia de Letras de Divinópolis e da Comissão Mineira de Folclore, pesquisador atento do Reinado e outros fatos folclóricos. Escreveu artigos variados em revistas e jornais. Publicou no Jornal Diário do Oeste, em Divinópolis, uma coletânea de artigos sobre o reinado de Nossa Senhora.

<sup>95</sup> Itapecerica era conhecida como Vila de São Bento do Tamanduá, décimo município criado na Província das Minas Gerais. Chegou a possuir 35 distritos, dentre os quais as atuais e florescentes cidades de Formiga, Campo

O costume havia sido trazido pelos negros vindos das bandas de Vila Rica de Ouro Preto, desenvolvendo-se na região, de modo que já no ano de 1850 a festa abrangia a Zona da Mata, o Oeste Mineiro, Sul de Minas, Campo das Vertentes e Alto São Francisco, onde centenas de localidades e povoações comemoravam com muito entusiasmo as festas do Reinado. Nesse contexto, o Reisado de Nossa Senhora, instituição mantida e presidida somente por leigos, vai chamar a atenção do prelado.

Dom Cabral posicionou-se contra os reinadores do Rosário, proibindo sua prática em Minas Gerais. O estudo de Maria Amália Corrêa Giffoni (1989), ao tratar das semelhanças e diferenças encontradas entre o reinado de Itapecerica e o congado do oeste mineiro, assinala como ponto comum a proibição da Congada e do reisado nas igrejas pelas autoridades católicas. Os padres foram orientados a combater tais práticas através dos sermões proferidos nas celebrações. Quem desobedecesse a essas orientações poderia incorrer em pena de excomunhão pela igreja. A disciplina é altamente reguladora das festas religiosas misturadas com festas profanas.

A oposição dos setores eclesiásticos ao Reinado de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário repercutiu a tal ponto que membros da maçonaria imiscuíram-se no episódio restritivo aos reinadores do Rosário em Divinópolis. Esse enunciado já levanta uma questão: o que a maçonaria tem a ver com as orientações da Igreja e seu posicionamento em relação aos reinadores do Rosário?

Em 1923, Dr. Behring, engenheiro da estrada de ferro no oeste de Minas, fundou a loja maçônica Estrela do Oeste. É digno de nota que essa instituição é fundada com data bem próxima à da criação e instalação da Arquidiocese de Belo Horizonte. O conflito histórico entre a maçonaria e a Igreja vai se evidenciar em Divinópolis, segundo Peçanha (198?), por dois motivos: o primeiro é a posse dos terrenos doados<sup>96</sup> por Manoel Fernandes Teixeira, em 1770, para a construção de uma Igreja. Outro motivo era que em 1918 foi fundado em Divinópolis o partido político dos livres pensadores,<sup>97</sup> *O Reformador*, também conhecido como partido dos “inimigos da religião católica”, e que combatia o partido dominante com forte influência dos católicos, controlado por Antônio Olímpio de Moraes, Pe. Vicente Soares e Pe. Joaquim Martins, da cidade de Contagem, MG.

Um dos membros da maçonaria e do partido político, Pedro Xavier Gontijo, quando

---

Belo, Piumhi, Bambuí, Santo Antônio do Monte, Cláudio, Carmo da Mata, Oliveira, Divinópolis etc. E todos eles passaram a comemorar o Reinado, que, de Santo Antônio do Monte, irradiou-se para Bom Despacho, daí para Aterrado (hoje Luz), Dolores do Indaiá etc.

<sup>96</sup> Eram 40 alqueires (240 hectares) para formar um patrimônio para a criação do Curato no arraial do Espírito Santo do Itapecerica, cuja escritura encontra-se lavrada no cartório da cidade de Mariana e transcrita no registro de imóveis local (PEÇANHA, 198?, p.12).

<sup>97</sup> Seus fundadores foram Sertório Moraes, José Manoel Ferreira Pena, Isauro Ferreira, Pedro Xavier Gontijo, Dias Duarte, Antônio da Costa Rangel, dentre outros (PEÇANHA, 198?, p.13).

prefeito, no período de 1919 a 1935, usando a força do seu poder político, confiscou o terreno da Igreja. Criou atrito com os setores católicos e não perdeu oportunidade para estimular os reinadores do Rosário a desobedecer as normas do bispo, continuando a realizar a festa. Inferimos aqui que Gontijo, por um lado, demonstra esperteza política aproveitando-se da situação para demarcar a oposição à igreja e ao mesmo tempo promover a Loja maçônica, projetando-a em um conflito com a Igreja Católica, e, por outro lado, ele dá seu apoio como historiador e pesquisador do Rosário, pois reconhece a autonomia popular da expressão dos reinadores frente às estruturas eclesiásticas.

Na carta convocatória para o congresso catequético em Belo Horizonte, Dom Cabral já demonstrava suas preocupações pastorais no âmbito da arquidiocese: as tentativas de laicização e o desprezo ao ensinamento da Igreja. A laicização da sociedade era vista por ele como um desprezo à doutrina e à moral cristã, tão necessárias para firmar a presença da Igreja na sociedade brasileira. Mas, diante de outro modo de pensar, o conflito foi inevitável. O confronto se deu através dos jornais, agressões físicas a padres, ação policial e até mesmo da interferência do governador do Estado.<sup>98</sup>

### 4.3 A reação contra a determinação eclesiástica

Vindo morar em Divinópolis, o cidadão de nome José Aristides,<sup>99</sup> conhecedor e adepto do Reinado de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, obteve o apoio da maçonaria, que se projetava na sociedade da época, dando-lhe garantias para realização do Reinado, cuidando eles próprios da não proibição. Esse conjunto de envolvimento e tomadas de atitudes, como a proibição do bispo, a realização da festa pelos congadeiros com a ação política da maçonaria nas questões da Igreja, é o que podemos chamar de questão religiosa em Divinópolis. A proibição e a ameaça do bispo não os intimidaram e a festa em Divinópolis não parou, nem mesmo com a excomunhão de “Zé Aristides” e de Pedro Xavier Gontijo, decretada em 1932 por Dom

<sup>98</sup> Frei Hilário Verheig foi agredido fisicamente no ano de 1927. A questão entre católicos e maçons ficou tão violenta que foi necessária a interferência do governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Delfim Moreira, que mandou reforço policial, comandado pelo tenente Luiz Fonseca, enquanto de sua parte Dom Cabral proibia os católicos de lerem o jornal *O Divinópolis* e incumbia o padre Joaquim Martins de responder as provocações, o que ele fazia pelo jornal *O Movimento*, da cidade de Contagem, que circulava em Divinópolis (PEÇANHA, 198?, p.12).

<sup>99</sup> José Aristides de Salles, homem alinhado e com fama de feiticeiro, instalou uma pensão numa velha casa da Rua Rio de Janeiro, onde hoje se localiza o JB Palace Hotel. Teve apoio de alguns maçons, dentre os quais Francisco Severino e Pedro Xavier Gontijo, que lhe garantiram a realização da Festa do Reinado.

Cabral.

É nesse contexto que o reinado de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário foi realizado em Divinópolis, no período de 1932 a 1948. Apesar da tentativa de controle por parte do clero, as festas continuaram a ser feitas e controladas exclusivamente pela Irmandade do Rosário. Os padres, seguindo as orientações, não davam apoio e não compareciam por lá, e para lá corriam muitos congadeiros que vinham de longe para festejar e cumprir suas promessas. O Frei Hilário Verheig OFM registra no Livro de Tombo da antiga matriz do Divino Espírito Santo a desobediência às determinações de Dom Cabral: “A situação da Irmandade é calamitosa. Faz-se, contra a vontade do arcebispo, o Reinado” (PEÇANHA, 198?, p.13).

Para fazer cumprir sua determinação, Dom Cabral pediu a intervenção policial em vários municípios para impedir a realização da festa. Em agosto de 1932, o arcebispo escreveu um bilhete de próprio punho endereçado ao Chefe de Polícia, Dr. Carlos Prates:

Os municípios em que ainda as autoridades policiais têm permitido o tal “Reinado” são: Divinópolis, districto de Ermida dos Campos; Campo Bello, Cidade de districto de Crystaes, Candeiras e Santana do Jacaré; Bom Sucesso districto de Santo Antônio do Amparo; Perdões, cidade e districto de Canna Verde; Itapeçerica, cidade e districtos.<sup>100</sup>

E os reinadores passaram a ter medo da polícia. Alguns delegados chegaram a taxar o Reinado de contravenção penal e a prender seus participantes. José Aristides pediu uma audiência com o novo Governador e foi a Belo Horizonte encontrar-se com Dr. Benedito Valadares Ribeiro,<sup>101</sup> que o recebeu no Palácio do Governo. Voltou, então, para Divinópolis trazendo a solução do problema: uma ordem em papel timbrado do Palácio da Liberdade para a polícia, determinando que esta não se envolvesse na questão ao mesmo tempo em que autorizava a realização da Festa do Rosário.

Os reinadores em Divinópolis ofereceram resistência às imposições eclesiásticas promovidas pelo arcebispo. Mas não restam dúvidas de que o pontificado do Papa Pio XI, que fomentava a restauração da Igreja Católica, influenciou em muito a ação pastoral dos bispos mineiros, inclusive a de Dom Cabral.

Nesse episódio, fica patente que a ação da Igreja movida pela concepção tridentina e de restauração é geradora dos conflitos. A ação pastoral instiga o clero a fazer intervenção no reinado, visando ao controle da produção religiosa pela Igreja em detrimento da autonomia na

---

<sup>100</sup> Documento do Arquivo Público Mineiro com a caligrafia de Dom Antônio dos Santos Cabral. Bilhete enviado ao “Chefe da Polícia” Dr. Carlos Prates, em 20 de agosto de 1932.

<sup>101</sup> Dr. Benedito Valadares, Governador de Minas Gerais. José Aristides tinha sido pessoa íntima da família de Benedito, em Pará de Minas, e era pessoa de sua estima e confiança.

realização das festas populares. Os vigários requerem obediência do povo às normas eclesiásticas, pois a igreja tem direitos exclusivos na produção e na condução dos cultos religiosos. No entanto, o poder eclesial e espiritual do bispo era questionado pelos congadeiros, pela organização leiga.

A Igreja com os seus especialistas se considera a gestora dos bens sagrados, controlando as práticas e representações religiosas. A linguagem usada é desconhecida dos leigos, dificultando o acesso ao culto. Esse agir reforça a hierarquia e o poder do padre, devidamente reconhecido pela estrutura eclesial (nesse sentido, o popular não se sustenta e não tem legitimidade). O fiel é mantido na atitude de dependência da economia de salvação. Segundo Pierre Bourdieu (2007, p.58-59),

pelo fato de que a posição das instâncias religiosas, instituições ou indivíduos, na estrutura da distribuição do capital religioso determina todas suas estratégias, a luta pelo monopólio do exercício legítimo do poder religioso sobre os leigos e da gestão dos bens de salvação organiza-se necessariamente em torno da oposição entre a Igreja e o profeta e sua seita. Em virtude da autonomia relativa do campo religioso como mercado de bens de salvação, as diferentes configurações historicamente realizadas da estrutura das relações entre as diversas instâncias em competição pela legitimidade religiosa podem ser encaradas como momentos de um sistema de transformações.

Bourdieu (2007) salienta que a disputa pelo monopólio do poder religioso pela Igreja significava a tentativa de preservar o controle, a reprodução e a distribuição dos bens de salvação. As festividades em Minas ficaram “paradas” por mais de 20 anos. A partir de 1948, houve certo afrouxamento das orientações e a festa do reinado passa a ser tolerada pelo clero. Então, o reinado volta a acontecer com relativa tranquilidade em Divinópolis e demais regiões mineiras.

Veremos, a seguir, o impacto da proibição da Arquidiocese na Congada de Jequitibá.

#### **4.4 A repercussão das normas de Dom Cabral em relação à Congada em Jequitibá**

Considerando o período em que se travava o conflito com a Congada de Divinópolis, o nosso intuito agora é verificar a repercussão das normas proibitivas da prática dos reinadores do Rosário em Jequitibá na ação dos eclesiásticos designados para a “cura de alma” em

Jequitibá<sup>102</sup> por determinação de Dom Cabral no período de 1921 a 1955.

A Igreja no Brasil já de longa data vem afirmando sua identidade romanizada e, depois da separação da Igreja do Estado, as inaugurações de sedes episcopais tornam-se bem mais frequentes do que em anos anteriores, com a criação em número insuficiente para as necessidades pastorais do imenso território (Sobre a criação de Dioceses, ver HOORNAERT, 1983, p.173-174). Na medida em que as estruturas episcopais vão se aproximando da população, o processo controlador vai sendo implantado. Em 18 de julho de 1922, tomou posse da paróquia por designação de Dom Cabral o Pe. Antônio Afonso Sanson. Ele permaneceu em Jequitibá de 1922 a 1933 e não teve boa impressão do povo de lá. Relata que é um povo difícil no que diz respeito à vida religiosa. Sem disciplina até mesmo dentro da Igreja. Nesse período, não temos nenhum relato de manifestação dos congadeiros e reinadores do Rosário. Em 15 de julho de 1933, tomou posse como vigário encarregado da paróquia o Pe. Agenor Assis Alves Pinto (1933 a 1946). Na sua gestão à frente da paróquia é notória a preocupação com a Capela do Rosário em Jequitibá.

Até aqui, a nossa fonte foi o Livro de Tombo I (1921 a 1934). Teremos agora como fonte de reconstrução da relação da Congada com os eclesiásticos os registros do segundo Livro de Tombo da paróquia, cujos termos de abertura e fechamento são assinados pelo secretário da arquidiocese, Mons. Vicente Soares.<sup>103</sup>

#### **4.5 A capela do Rosário, marco devocional e associações canônicas**

O Pe. Agenor Assis ficou em Jequitibá de 1936 até 1946 e, nesse período, deu uma atenção especial à Capela do Rosário. Ao fazer o inventário da paróquia de Jequitibá, descreve a situação em que se encontra a capela: “A capela de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário está em péssimo estado, cheia de goteira, sendo as paredes descascadas, sem o reboco e dentro da

<sup>102</sup> Cônego Guilherme de 1921 a 1922; Pe. Antonio Afonso Sanson de 1922 a 1933, tendo como auxiliares Pe. Matias, Pe. Adalberto, de 1924 a 1926, Pe. Gaspar, de 1927 a 1933, e Teodoro Marques (1933); Pe. Agenor Assis Alves Pinto, de 1934 a 1947, tendo como auxiliares os padres Hermano José Van Lemberyehe, em 1934, e Gilberto Valadares, em 1936; o Pe. Guilherme Henrique Krischer, de 1947 a 1951; Pe. Flávio D’Amato, de 1951 a 53, como vigário encarregado auxiliado por Pe. Raul Silva, em 1952; Pe. Raimundo Nassif como encarregado em 1953; Pe. Flávio D’Amato em 1954; Pe. Raul Silva em 1956, quando então foi criada a Diocese de Sete Lagoas, permanecendo até 1957.

<sup>103</sup> O segundo livro de Tombo, datado de maio de 1936, assinado e rubricado por Mons. Vicente Soares, traz em sua página inicial o termo de abertura e no final o termo de fechamento do livro de Tombo de Jequitibá, de Sete Lagoas. Cúria Metropolitana de Belo Horizonte, 1936. Mons. Vicente Soares, secretário do Arcebispado. No livro de batismo nº 15, na p.147 temos o registro da visita pastoral realizada à paróquia por Mons. Vicente Soares como visitador diocesano em 28 de julho de 1953.

capela apenas o salão vazio de tudo” (LIVRO DE TOMBO II, 1936 , p.4v.).

A realidade em que se encontrava a Capela do Rosário demonstra que ela estava abandonada e o tempo só fez agravar a situação. Sendo um pároco dinâmico, diante da situação encontrada, o Pe. Agenor encarregou algumas pessoas eficientes para zelar pela limpeza e conservação da Capela do Rosário:

Encarreguei aos distintos senhores João Saturnino Lopes e Jacyntho Justino Reginaldo para concertar e fazer a devida limpeza da Capela de N. S<sup>ta</sup>. do Rosário, no arraial de Jequitibá. Esses distintos desempenharam muito bem a sua missão. Adquiriram o necessário material e em seguida a mão de obra. A capela ficou encerada, limpa e asseada. O material: cal, areia, massas, taboas, tintas, telhas, pregos etc. ficou em trezentos e trinta e cinco mil e seiscentos reis. A mão de obra ficou em quinhentos e cinquenta mil reis. Jequitibá, 1934. (LIVRO DE TOMBO II, 1934, p 6).

Podemos constatar que há muito não se fala na Irmandade do Rosário e a capela fica como que abandonada, como vimos no inventário realizado pelo Pe. Agenor. A comissão designada por ele para realizar a reforma e a limpeza da capela já não corresponde aos membros da Irmandade, ou do congado. O grupo de congadeiros é ignorado pelo padre, que, ao nomear os encarregados da reforma da capela, não procura envolver esse segmento congadeiro. Seria aqui a aplicação das normas do episcopado que ainda estariam em vigor?

Nos diversos registros do Livro de Tombo II são citadas associações religiosas, tais como: Apostolado da Oração; Pia União das Filhas de Maria; Obras das Vocações Sacerdotais; Conferência de São Vicente; Santos Anjos (meninas) e Congregação da Doutrina Cristã. Nessa relação, não são mencionados a Irmandade do Rosário nem os congadeiros.

As associações válidas são somente aquelas estabelecidas de forma canônica, tendo à frente um eclesiástico como diretor e, nesse campo, a autonomia laical da Congada encontrará dificuldades de existir. Vamos constatar a ampliação desse processo com a atuação do Pe. Guilherme Henrique Krischer, de 1947 a 1951.

Tendo ele tomado posse no dia 19 de janeiro de 1947 na paróquia de Jequitibá, registra, em 1949, uma reunião presidida por ele com as duas únicas associações existentes na paróquia: Conferências de São Vicente de Paulo e Apostolado da Oração. A estrutura da Igreja, na medida em que vai se aproximando da realidade popular, se firma centrando todas as associações religiosas na pessoa do assistente eclesiástico. O que era de domínio dos leigos passa a ser controlado pelos padres. Exemplo disso é o registro no Livro de Tombo do estatuto canônico expedido pelo arcebispo Dom Cabral para a ereção da Irmandade do Santíssimo Sacramento, onde o padre relata o desejo pastoral do bispo:

Já tenho em mãos o bem elaborado estatuto e portaria do arcebispo, ordenando a ereção canônica da Irmandade do Santíssimo Sacramento. É seu propósito reorganizar as associações imprescindíveis que desapareceram aqui e outras inexistentes, pelo menos a Ação Católica (LIVRO DE TOMBO II, 1947).

Os critérios da Pastoral Coletiva estão presentes no objetivo do arcebispo e do padre que, em sintonia, visam à constituição da Irmandade canônica do Santíssimo Sacramento e também ao incentivo à criação da Ação Católica, muito em voga no pontificado de Pio XI. Sendo a Irmandade do Rosário leiga, popular e não canônica, não é compreendida e aceita pelos setores eclesiais em Minas Gerais.<sup>104</sup> A Congada, como expressão popular e autônoma da fé religiosa, não é bem vista pelos setores eclesiais, que passam a se preocupar com o catolicismo popular. Nesse sentido, é preciso purificar e controlar a prática cristã na igreja do Brasil, onde as superstições, crendices e a ignorância religiosa deveriam ser abolidas.

Com a saída do Pe. Guilherme Krischer da paróquia do Santíssimo Sacramento, em 1951, o Pe. Dr. Flávio D'Amato assume em fevereiro de 1951 e permanece encarregado até 1952, atendendo Jequitibá nos finais de semana e contando com a ajuda do Pe. Raul Silva nos trabalhos paroquiais. Por essa ocasião, Pe. Raul realizou, em 1952, a festa do Santíssimo Sacramento junto com a festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, organizada pelas Filhas de Maria, mas sem mencionar a presença dos congadeiros. Em 1953, esteve na paróquia o Pe. Raimundo Nassif Salomão como padre encarregado que, segundo o depoimento de D. Benedita, a Rainha Conga de Jequitibá, “foi um dos grandes incentivadores das festas e da devoção do Rosário na região de Jequitibá. Por onde ele passava incentivava o povo a realizar a festa do Rosário, daí o surgimento de muitas Congadas ao longo do tempo” (Dona Benedita, 2009).<sup>105</sup> Em conversas com outros integrantes da Congada, como José Leal, Zé da Ernestina, José Raimundo, se confirma essa ação efetiva do Pe. Raimundo com as festas de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário (informação verbal).<sup>106</sup>

Assim como foi o trabalho do Pe. José Moreira no tempo da Irmandade em Jequitibá, teremos a figura do Pe Raimundo Nassif, que atuava na região apoiando e incentivando as expressões religiosas do povo. “Mas os nossos vigários do interior, os capelães de Irmandades, os párocos dos centros de devoção, mais mergulhados na psicologia do povo, não

---

<sup>104</sup> A Pastoral Coletiva nº454 recomenda aos padres que onde for possível, estabeleçam a pia confraria do SS. Rosário. Lembra, porém, que as associações anexas do Rosário perpétuo e do Rosário Vivo só podem ser canonicamente erigidas pelo Geral da Ordem dos Dominicanos.

<sup>105</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá em 21 de julho de 2010.

<sup>106</sup> Informação obtida em conversa informal em Jequitibá em 21 de julho de 2010.

somente toleravam, mas incentivaram este aspecto festivo dos atos religiosos” (HOORNAERT, 1985, p.219).

Após constantes e rápidas mudanças de seus assistentes eclesiais, teremos o Pe. Raul Silva a partir de 1954, que vai transitar entre a diocese de Belo Horizonte e a Sete Lagoas, desde a sua criação em 1955. Sua atuação na paróquia será de suma importância para a nossa pesquisa, para demarcar o conflito com os Congadeiros do Rosário, uma vez que na sua gestão se dará, como veremos, a proibição da Congada na recém criada Diocese de Sete Lagoas e o impacto da proibição em Jequitibá.

#### **4.6 Pe. Raul, zelo com a capela e promotor das festas do Rosário em Jequitibá**

O Pe. Raul Silva, ao ser provisionado por Dom Cabral como responsável pela paróquia, realiza um inventário da Igreja do Santíssimo Sacramento e da Capela do Rosário e relata que o estado da capela já se encontrava em ruínas:

Nessa capela que se acha completamente estragada ameaçando ruínas, apenas encontrei uma mesa velha e tosca servindo de altar. Neste altar, um pequeno oratório com a Imagem de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, mais três imagens pequenas de madeira, 4 castiçais, 1 campainha rachada e tudo velho e estragado (LIVRO DE TOMBO II, 1954, p. 70).

Conforme registro no livro, Pe Raul, percebendo que as estruturas da Capela do Rosário estavam comprometidas, solicita ao arcebispo Dom Cabral permissão para demolição da igreja antiga e construção de uma outra capela menor. Obtendo a pretendida licença, Pe. Raul convocou uma reunião no dia oito de agosto de 1954 com a Irmandade do Santíssimo Sacramento, organizando uma comissão reconstrutora da Capela do Rosário.<sup>107</sup>

É notório o empenho de Pe. Raul e seu zelo com o culto à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Em 1952, quando auxiliava o Pe. D’Amato no atendimento à paróquia, ele já organizava a festa do Santíssimo Sacramento conjuntamente com a do Rosário, como citado acima. Ao iniciar o processo de reconstrução da Capela, Pe. Raul mantém a referência do antigo lugar da Capela como o lugar da devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, bem como o lugar da festa. Ele inclui a tradição congadeira na festa, com o seu modo próprio de celebrar, sendo que o motivo primeiro é o de conseguir recursos para reconstrução da Capela do Rosário. Ele inclui também pessoas

---

<sup>107</sup> Comissão formada por: Zico de Souza, Amintas e Geraldo Jonas.

ligadas ao Congo como membros da comissão reconstrutora da capela. Mais tarde, veremos que um dos membros, depois da proibição da Congada, reivindica a volta da festa como antes da proibição.

De 1920 até 1952, não se encontra nenhum registro no Livro de Tombo da paróquia sobre a realização dos festejos de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Se eles existem, são ignorados nos livros, por não ser um fato importante e digno de nota, ou mesmo por causa do reflexo da atitude do episcopado mineiro, refletido na ação pastoral dos eclesiásticos, que impôs a proibição à prática do Congado, como ficou evidenciado no conflito em Divinópolis.

Em Jequitibá, não houve a repercussão ocorrida em Divinópolis, mas houve um longo silêncio sepulcral, revelador das atitudes dos setores eclesiásticos a respeito das festas do Rosário. Mas, no paróquia de Pe. Raul<sup>108</sup> há um resgate das festas do Rosário com registro paroquial. Logo no início de seus trabalhos, já aparece novamente a programação da festa do Rosário realizada em 19 de setembro de 1954, na comunidade de Onça, pertencente à Jequitibá. O Pe. Raul será, depois do Pe. Raimundo Nassif, outro incentivador da devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário com a promoção das festas com participação dos congadeiros e reisados. Com ele, veremos o antes e o depois da condenação da Congada em Sete Lagoas, como registramos a seguir.

#### **4.6.1 As festas do Rosário em Jequitibá, antes da condenação da Congada**

Em 1954, os congadeiros recebem um novo incremento com a atuação do Pe. Raul. O programa ressuscita a festa do Rosário integrando-a com o setor eclesiástico, com a realização das missas e comunhões dos fiéis, dando visibilidade aos cumpridores de promessas do Rosário, ao mesmo tempo em que lhe dá o reconhecimento público de sua antiguidade ao se referir a ela como sendo uma festa tradicional. Essa referência confirma nossa hipótese de que as festas do Rosário eram realizadas ao longo do tempo, mas não eram registradas nos arquivos paroquiais, mas sim, na memória de seus participantes. Isso porque não estava integrada aos padres e à paróquia, como vimos na atuação de alguns eclesiásticos<sup>109</sup> que precederam Pe. Raul. Transcrevemos aqui parte da programação dos festejos do Rosário realizados em 1954 elaborada pelo Pe. Raul, que integra a Congada com a Igreja na sua ação

<sup>108</sup> O Pe. Raul Silva vem para ajudar Pe. Flávio, e, nesse ano de 1952, realiza a festa do Santíssimo Sacramento com a de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário.

<sup>109</sup> Processo de romanização em Jequitibá.

pastoral:

Precedida de uma novena preparatória realizou nesta paróquia no dia catorze de novembro de 1954 a tradicional festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário sendo os festeiros: Aquiles Reis e Maria do Carmo Nassif. Houve missa pela manhã às 8h, com a comunhão geral dos fiéis devotos de Nossa S. do Rosário. As 10h. Missa festiva com canto e pregação. Às 13h cumprimento de promessas. Às 16h30 procissão e à entrada da procissão na entrada na Matriz, realizou-se o sorteio de novos festeiros. Em seguida, sermão e benção do S.S. Sacramento. Esta festa rendeu líquido para a construção da Capela do Rosário: 104r\$00. Foram sorteados para promoverem esta festa no próximo ano os Sr. Onório José Machado e Maria José de Avelar. O Sr. Onório, entretanto, cedeu seu direito para o Sr. Geraldo Miguel Guissem a fim de cumprir sua promessa (LIVRO DE TOMBO II, 1954).

A festa é realizada na Igreja Matriz com a finalidade específica de ajudar na construção da Igreja do Rosário. O programa da festa não cita expressamente a presença das guardas de congo, porém fala de cumprimento de promessa, que a dinâmica congadeira tem o modo (rito) específico de realizar.<sup>110</sup> Aqui, temos uma atuação diferenciada do Pe. Raul Silva em relação aos seus predecessores na paróquia. Motivado com a reconstrução da capela, ele mobiliza a comunidade, a Irmandade do Santíssimo à frente das obras da construção e os pagadores de promessas para angariar os recursos necessários para a construção. A atuação de Pe. Raul é de apoio, incentivo e presença junto à devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Como vimos na programação acima e ao nomear os festeiros para o ano de 1955, fica claro que o objetivo é dar continuidade às realizações das festas do Rosário em Jequitibá e comunidades da paróquia, como se encontra registrado:

Dia 21 de novembro na capela de Santo Antônio da Onça realizou-se mais uma festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário promovida por Eduardo Quirino dos Santos. Em 19 de dezembro, foi realizada a festa do Rosário em Carvalho de Almeida promovido por Sr. José Marciano da Silva e sua Senhora. Houve duas missas pela manhã, pregação, comunhão e às 15h., procissão e à entrada, nomeação dos novos festeiros para 1955 (LIVRO DE TOMBO II, 1954).

A festa do Rosário de 1955 foi bem mais completa e organizada do que a de 1954. O Livro de Tombo traz explicitamente mencionada a presença dos dançantes na programação dos festejos do Rosário. O Pe. Raul a promove e avalia:

De trinta de setembro a dez de outubro de 1955, realizou-se nesta paróquia a tradicional festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário obedecendo ao seguinte programa Novena preparatória. 19h. reza e benção do Santíssimo. Dia sete de outubro, dia de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Após reza terá lugar o levantamento do mastro. No dia nove, domingo, dia

---

<sup>110</sup> Com coroações dos pagadores de promessas e a realização dos desfiles com os mesmos em torno da Igreja ou pelas ruas e praças.

da festa: 8h. missa com canto e comunhão geral dos festeiros dançantes<sup>111</sup> e todos os fiéis devotos de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Às 10h. chamada de juízes e juízas à mesa e em seguida cumprimento de promessas com os dançantes ao redor da Matriz. Pede-se a todos a máxima generosidade, pois a renda será exclusivamente aplicada para a construção da Igreja do Rosário nesta cidade, correndo todas as despesas por conta dos festeiros. Às 18h. solene procissão com a tradicional imagem de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Ao regresso à matriz, sermão e Bênção do Santíssimo Sacramento. Dia primeiro, na segunda-feira: 8h. missa e comunhão dos fiéis. Após a missa, cumprimento de promessa e entrega das coroas aos festeiros sorteados para promoverem esta festa no próximo ano de 1956. Jequitibá, dezessete de julho de 1955. Festeiros: Rei: Geraldo Miguel Guissem e Rainha: D. Maria José Moreira Alves. Alferes da Bandeira: Valdemar Ferreira da Silva, Mordomo do mastro: Pedro Álvares Cabral. Rei congo. Olimpio Genivaldo e Rainha Conga Margarida de Sousa Matos. Procuradores com bandeira foram constituídos em todas as comunidades, com a participação dos congadeiros com a seguinte responsabilidade: compete aos procuradores distribuírem as cartas e com Bandeira, e os dançantes, procurarem as esmolas, devendo antes da realização da festa prestar contas com o vigário (LIVRO DE TOMBO II, 1955).

Como se pode constatar, a realização da festa tem duplo objetivo da parte do padre: angariar os recursos financeiros para construir a Capela do Rosário e o incentivo à devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Para os fiéis, é a oportunidade de expressar sua fé, cumprir suas promessas com o apoio da Igreja e ver a Capela da Santa reconstruída.

Entre os dois programas da festa do Rosário, aparecem diferenças significativas. No programa de 1954 não fica claro a presença dos dançantes e a forma de se cumprir a promessa. Os festeiros são citados, mas não como reis festeiros. Não são citados o Rei Congo e a Rainha Conga e nem se menciona a passagem da coroa aos reis festeiros do ano seguinte. Já o programa de 1955, é completo em sua descrição pormenorizada: cita explicitamente a presença dos dançantes do rosário e o cumprimento de promessa com a evolução dos dançantes em volta da Matriz. Os reis festeiros são citados bem como os reis perpétuos,<sup>112</sup> o alferes da bandeira, o mordomo do mastro, juízes e juízas.

Comparado ao primeiro programa, o segundo vem com todo o elenco dos reinadores do Rosário e, mais uma vez, assegura a continuidade da festa ao se nomearem os reis festeiros para o ano de 1956. Na programação da festa fica explícito o apoio do Pe. Raul Silva aos congadeiros, pelo menos até antes da condenação feita na diocese. Salientamos que o apoio concedido tem como objetivo angariar dinheiro para a construção da Igreja do Rosário, como está registrado no programa:

---

<sup>111</sup> Dançantes equivalem a dizer “guarda de Congo”, termo para designar os membros da fileira do Rosário ou da Congada.

<sup>112</sup> Membros dos congadeiros que detêm o título de rei e rainha da cidade ou da guarda de congo a que pertença, nesse caso, refere-se ao Rei e à Rainha do Congo de Jequitibá.

Pede-se a todos a máxima generosidade, pois a renda será exclusivamente aplicada para a construção da Igreja do Rosário nesta cidade. Os dançadores têm a missão dada pelo padre que é de arrecadar as esmolas e contribuições dos fiéis conforme a nota no programa: Compete aos procuradores distribuírem as cartas e com Bandeira, e os dançantes, procurarem as esmolas, devendo antes da festa prestar contas com o vigário (LIVRO DE TOMBO II, 1955).

O vigário, Pe. Raul Silva, com o intuito de construir a Capela do Rosário, abre as portas da Igreja para os congadeiros, mas tudo sob o seu rígido controle de arrecadação de esmola e prestação de contas. Em contrapartida, ele celebra, faz procissão, permite a presença dos dançantes, como ele chama e, ao que tudo indica, tem um bom relacionamento com eles.

Podemos constatar que o Pe. Raul esboça uma tentativa de realizar uma síntese entre o popular e o romanizado, integrando a festa de tradição congadeira e a devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário arraigada no coração do povo simples com o santo dos santos: o Santíssimo Sacramento. Através da benção do Santíssimo e do controle firme da figura eclesiástica, registramos a marca da romanização.<sup>113</sup> O controle clerical dos padres se dá sobre as atividades dos fiéis leigos, pregações e exortações de ensino doutrinário voltado para a centralização do Santíssimo Sacramento, ou seja, a eucaristia.

Como o objetivo maior é arrecadar o dinheiro para as obras da igreja do Rosário, o padre registra com entusiasmo a realização da festa, destacando o valor arrecadado e nomeia os novos festeiros para o ano de 1956:

Esta festa se realizou com brilhantismo e a máxima boa vontade manifestada por todos. Além do que prescreveu o programa, houve Banda de Música vinda de Sete Lagoas que em muito contribuiu para o brilhantismo desta festa. Toda despesa foi por conta dos festeiros sobrando assim para a construção da Capela do Rosário um saldo de 9.800,00. Saldo este entregue ao tesoureiro da comissão pro construção da Igreja do Rosário, Sr. Jonas de Sousa Santana. Foram sorteados os festeiros para o próximo ano, 1956. Rei Onorio José Machado; Rainha D. Francisca Rodrigues Redoam. Mordomo do Mastro Bernardino Ribeiro filho. Alferes da Bandeira: Jonas de Souza Santana. Festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário (LIVRO DE TOMBO II, 1955, p.83V e 84).

De modo expressivo, o rendimento financeiro dessa segunda festa foi superior aos resultados da primeira, inclusive são notórios os efeitos positivos da presença e participação do congado antes e durante a realização da festa. Apesar da atuação efetiva do Pe. Raul, a Festa do Rosário de 1955 foi organizada no melhor estilo da tradição congadeira, com intensa participação do reinado de Nossa Senhora.

---

<sup>113</sup> Dois aspetos do catolicismo “romanizado”: novas relações entre o padre e o leigo e ênfase nos sacramentos. Destituição dos leigos das funções nas capelas e Irmandades, com forte controle clerical.

A festa atingiu seu objetivo, que era arrecadar recursos para as obras da Capela do Rosário. Pode-se perceber que o grau de satisfação das pessoas (padre, fiéis e congadeiros) é geral. As coisas estavam tão boas que podiam mudar e é o que veremos. O melhor do mundo congadeiro estava acontecendo, mas a nova diocese está sendo gerada através da Bula papal, aproximando ainda mais as estruturas eclesiais da realidade popular, cultural e religiosa de Jequitibá. Isso implica restrições às práticas populares. A criação da Diocese de Sete Lagoas é o ponto seguinte.

#### 4.7 Criação da Diocese de Sete Lagoas

Em 16 de julho de 1955, pela *Bula Clementissimi Salvatoris* do papa Pio XII, foi criada a Diocese de Sete Lagoas. A Bula desmembrava das Arquidioceses de Belo Horizonte e Diamantina uma área de 12.151,81Km, compondo-se de 22 municípios: Araçai, Baldim, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Capim Branco, Cordisburgo, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Jaboticatubas, Jequitibá, Maravilhas, Martinho Campos, Matosinhos, Papagaios, Paraopeba, Pequi, Pompéu, Prudente de Moraes, Santana de Pirapama, Santana do Riacho e Sete Lagoas. Com a criação da Diocese, a Igreja Matriz de Santo Antônio, padroeiro de Sete Lagoas, foi elevada a Catedral diocesana. Aos 19 dias do mês de fevereiro de 1956, o núncio apostólico no Brasil, Dom Arnaldo Lombardi, instalou de forma canônica a Diocese de Sete Lagoas, dando posse ao seu primeiro bispo, Dom José de Almeida Baptista Pereira<sup>114</sup> (1955-1964) (Cf. CERIS, 2005, p.829).

Jequitibá, que pertencia à Arquidiocese de Belo Horizonte, passa agora a pertencer à Diocese de Sete Lagoas. A estrutura eclesial fica mais próxima dos municípios que a compõem, isso significa que tanto as normas canônicas, as cartas pastorais, circulares e orientações episcopais quanto o modo de realizar as festas religiosas terão repercussões mais próximas do povo. É o que veremos com a reedição das normas proibitivas ou restritivas da Congada na Diocese de Sete Lagoas. Essa determinação vai refletir o pensamento dos bispos mineiros em relação à Congada. A aplicação dessa norma chega, portanto, à Jequitibá.

---

<sup>114</sup> Dom José de Almeida Baptista Pereira nasceu em São Gonçalo, RJ, aos 26 de julho de 1917. Foi ordenado presbítero aos 22 de dezembro de 1940. Nomeado bispo titular de Baris na Pesídia e Auxiliar de Exmo. Bispo de Niterói aos 22 de dezembro de 1953. Recebeu a Sagração episcopal no dia 2 de fevereiro de 1954. Foi transferido para a recém criada Diocese de Sete Lagoas, onde, em fevereiro de 1956, tomou posse efetivamente como seu 1º bispo diocesano. 2º Bispo: D. Daniel Tavares Baeta Neves (1964-1980). 3º Bispo: D. José Lima (1981-1999). 4º Bispo e atual: D. Guilherme Porto.

Registraremos a recepção das normas pastorais através dos padres designados a trabalhar nesse período na paróquia,<sup>115</sup> e a repercussão das normas na reação das pessoas diretamente envolvidas com a expressão congadeira em Jequitibá. Ilustraremos com um caso acontecido em Sete Lagoas envolvendo os congadeiros da região. Destacaremos a figura do Pe. Raul Silva que, além de ser o divisor de águas entre a gestão de Dom Cabral, viverá a nova situação na recém criada Diocese de Sete Lagoas. Sem sair do lugar, Pe. Raul mudará de diocese. Na sua ação pastoral fica muito patente a aplicação da norma eclesial proibindo a realização das festas do Rosário com a presença dos congadeiros.

#### **4.8 A condenação da Congada vem de Oliveira, MG, e chega a Jequitibá**

Devidamente empossado na nova Diocese de Sete Lagoas, seu primeiro bispo, Dom José de Almeida, reflete as preocupações do episcopado:

Na medida em que se afirma como poder religioso no Brasil, o episcopado brasileiro procura adjudicar para si o controle dos edifícios do culto. A intenção do episcopado é organizar as solenidades de culto, com especial enfoque, distinguir o que era sagrado e profano. A festa religiosa consistia em missa, procissão, fogos de artifício, quermesse, danças e jogos. Assim, nem sempre se fazia uma nítida distinção entre o lugar sagrado e a praça externa destinada à vida social. A grande preocupação dos bispos será a de acentuar a separação do mundo sagrado dos templos. Certamente, entre todas as festas religiosas que constituíram e constituem um elemento importante na devoção do povo brasileiro, sem dúvida aquelas que se referem à Maria ocupam maior espaço ao longo do ano litúrgico. Não obstante, no decorrer da história religiosa do Brasil, o episcopado procura assumir o controle sempre maior destas festas, tendo em vista sua índole religiosa (AZEVEDO, 2001, p.39-40).

Com essa preocupação se dirigiu a seus padres, orientando-os sobre a realização das festas populares:

Nosso dever orientar a realização das festas religiosas tanto no que diz respeito ao culto como a realização externa conforme a doutrina da Igreja segundo o magistério eclesial no Brasil e em particular em Minas Gerais, de acordo com os sagrados cânones da pastoral coletiva de 1915, decreto nº 1.111; Concílio plenário Brasileiro, decretos 356 a 367. A finalidade da festa religiosa e a finalidade da festa profana. A melhor festa é uma confissão bem feita seguida de fervorosa comunhão. E aqui que se entende facilmente dos abusos que se imiscuem nas nossas festas religiosas, como repelente marca do demônio. O que é pecaminoso e de origem suspeita, contravenção, desrespeito, costume pagão, vícios que abrem caminho à prática de

---

<sup>115</sup> Pe. Raul Silva, 1956; em 1959 Mons. Sebastião Fernandes; em 1960 Pe. Ercílio Arcanjo da Silva; em 1962 Pe. Raimundo Nassif como encarregado; em 1965 Pe. José de Queiroz e Cônego Ricardo do patronato que ficaram até 1970; 1971 Pe. Euler Alves Pereira SVD [...].

delinquência, merecem ser varridos radicalmente de nossas festas religiosas. Os Congados, já uma vez condenados pelo Episcopado Mineiro, acabam de receber nova condenação da Província Eclesiástica de Belo Horizonte, recentemente reunida na cidade de Oliveira, MG. Assim, mandamos que os reverendíssimos párocos e reitores de Igrejas não permitam a realização de festas populares em conexão com as festas religiosas, senão quando tenham a garantia, de antemão assegurada, de que não haverá jogos de azar, bebidas alcoólicas e outros abusos contra a dignidade e a moral de nosso povo, devendo tais festas ser suspensas, tão logo, durante o seu desenrolar, se verifique a inobservância destas instruções (DIOCESE DE SETE LAGOAS, 1956).

O Pe. Raul registra no Livro de Tombo que finalmente Sua Excelência se refere às festas religiosas, fazendo lembrar a doutrina da Igreja e manifestando o seu desejo de ver o empenho dos padres em colocar em prática as resoluções do episcopado, sobre o procedimento que se há de ter ao ensejo de tais festividades. A preocupação consiste em distinguir e separar o que é da esfera do mundo profano e o que é do sagrado envolvendo a Congada. O Pe. Raul, cumprindo a determinação episcopal, afirma: “Li e expliquei ao povo esta circular ficando terminantemente proibida, sobretudo a realização de festas do Rosário com Congadas ou dançante bate caixas etc.” (LIVRO DE TOMBO II, 1956, p.91 e 91V).

As orientações pareciam que estavam sendo aguardadas por alguns setores eclesiais, uma vez que o texto usa a palavra que finalmente sua excelência pronunciou sobre o assunto. O assunto é bastante complexo por se tratar de uma prática bastante arraigada e disseminada em boa parte do território mineiro: a devoção religiosa misturada com festas profanas. Aqui se estabelece o controle eclesial sobre a realização das festas populares e sobre a Congada, que somente poderão ser realizadas aquelas que tiverem o aval dos eclesiais. Os organizadores das festas tinham de dar certas garantias aos eclesiais para terem a aprovação ou não de suas festas populares.

O Pe. Raul, ao que tudo indica, não tinha essa garantia, portanto, optou por proibir, fechar a porta da igreja à participação dos congadeiros. Com a condenação da Congada, veremos na organização e na programação da festa de 1956 a mudança de postura do Pe. Raul Silva em relação à presença dos congadeiros, logo ele, que vinha com tanto entusiasmo na realização das festas do Rosário.

A condenação da Congada pelo episcopado mineiro, refletida na orientação pastoral do bispo diocesano, terá implicações práticas na forma de organização e celebração dos festejos de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário na Diocese de Sete Lagoas. Na sede da diocese, apresentaremos os efeitos da proibição da Guarda de Congo São Geraldo e serão ilustrativas as comparações de três programações das festas do Rosário realizadas em Jequitibá em 1954, 1955 e 1956. O primeiro programa traz um incentivo aos congadeiros, o segundo realiza o ápice dos festejos

do Rosário com toda a corte e ritos, e 1956 reflete a proibição da Congada. A porta da igreja é fechada à participação dos congadeiros. Esses três programas nos permitem refletir o antes e o depois da condenação oficial à Congada na Diocese de Sete Lagoas.

Vamos às ilustrações. Havia uma guarda de congo na sede da diocese que vinha realizando regularmente suas festas ao longo dos anos e construindo sua sede própria; essas festas vinham acontecendo na Capela de São José, pertencente à paróquia de São Geraldo. É nos seus registros que vamos encontrar a repercussão da orientação pastoral do bispo, envolvendo a proibição dos festejos do Rosário em Sete Lagoas e a resistência dos congadeiros registrada no livro de ata da Guarda de Congo São Geraldo. Assim registra o Rei Congo João Tomé (1981):

Dom José bispo daqui, proibiu a festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário em toda diocese. Nós terminamos e inauguramos a Sede da guarda no dia 12 de maio de 1957. Neste dia, fui a Belo Horizonte, e às 6h. da tarde eu estava chegando com a Imagem. Três guardas e uma multidão de gente esperando em frente da antiga oficina do Cleto. Estava tudo programado. E o padre para benzer a imagem: padre Henrique não quis benzer, padre D'Amato, não podia benzer, porque não era na paróquia dele. A festa estava chegando perto. No mês de agosto, no dia de começar a novena, Jair Pires João e eu fomos à matriz de Santana, e nós conversamos com o padre Pancrácio, e ele com muita educação e muita boa vontade, benzeu a imagem. E à noite iniciamos a novena, da festa. Na quarta noite da novena, chegou lá na Sede o padre Henrique (o pároco), e José Hilário para embargar a festa. Nós os recebemos com educação, não os maltratamos, mas a festa não foi interrompida um minuto sequer. "Foi uma festa muito boa, muito bacana". Continuamos fazendo festas tirando licença na delegacia. Nós aqui na Catarina, e Otavão no Garimpo.<sup>116</sup> Só estas duas guardas continuaram fazendo festas anuais. Dom José foi à delegacia e proibiu o delegado de nos dar licença. Nem assim nós paramos de fazer nossa festa todos os anos. Depois Dom José deu ordem novamente para fazer as festas (TOMÉ, 1981).

Como vimos, a autonomia das guardas de congo é inegável, porém ela é relativa, pois procura sempre ligar-se aos setores eclesiais para realizar as festas. No conflito, aparece uma questão: quem pode realizar os ofícios e a devoção dos santos? O popular ou o eclesial? Aqui, aparece o problema teórico de fundo: a festa, por ser católica, precisa assegurar um mínimo de identidade católica e essa só o padre dá. A guarda procura construir a sua sede própria para realizar suas festas, já tem a imagem e a forma de cultuar N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, mas precisava do padre para benzer a imagem, coroar o rei congo, celebrar a missa e confessar os integrantes da guarda. No episódio acima, fica registrado o desconforto dos padres quando são solicitados pelos congadeiros a caminhar com eles. As restrições e a tentativa de controle eclesial estão valendo.

---

<sup>116</sup> São dois bairros antigos da cidade de Sete Lagoas: Garimpo, hoje Santa Luzia, e Catarina.

Diante da proibição, houve dificuldades com alguns eclesiásticos, mas encontraram padres sensíveis à prática congadeira. Nem mesmo a falta de alvará da polícia, como relatado acima, interrompeu a festa até que a norma se tornasse flexível. A resistência do povo falou mais alto. A decisão pastoral da província eclesiástica mineira continua a dar sinais de vida em meio à resistência dos congadeiros. Voltemos ao objeto do nosso trabalho, a Congada em Jequitibá e sua relação com os setores eclesiásticos. Transcreveremos na íntegra o primeiro programa da festa elaborado após a condenação e faremos uma análise quanto ao que efetivamente muda em relação às programações posteriores à condenação.

#### **4.8.1 A festa do Rosário depois da condenação**

Com a condenação da Congada, a festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário sofre modificações significativas, as quais se referem à ausência dos congadeiros e à forma de cumprimento das promessas, conforme fica estabelecido no programa:

De 28 de setembro a 7 de outubro de 1956, realizou-se nesta Paróquia a tradicional festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário obedecendo ao seguinte programa: Dia 28 de setembro – Início da Novena preparatória. Às 8h. missa e comunhão dos fiéis. 19h. reza e benção do SS Sacramento. Após a reza, na Praça da Matriz, leilões de prendas oferecidas pelos juizes da Novena em benefício da festa. Nos três últimos dias da novena, além da praça de leilões, haverá barraquinhas com jogos etc. em benefício da festa. Dia 6 de outubro – Após a reza, haverá levantamento do mastro, saindo a bandeira em procissão da casa do Sr. Mordomo até a Matriz. Todos os dias da novena, após a reza, haverá confissões na Matriz. Dia 7 de outubro – a festa: 8h. missa com canto e comunhão geral dos fiéis verdadeiros devotos de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. De acordo com a determinação do Sr. Bispo D. José de Almeida Batista Pereira, nosso Bispo diocesano, todos os fiéis que devem promessas de pegar a coroa, cumprirão suas promessas confessando-se e comungando no dia da festa e oferecendo suas esmolas que poderão ser colocadas na salva junto ao Andor de Nossa Senhora. Às 10h. missa cantada. Após a missa na praça da matriz, realização dos leilões de prendas oferecidas a N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Realização da procissão pelas ruas principais da cidade. Ao regresso à matriz, sorteio de novos festeiros para o próximo ano, sermão, benção do Santíssimo Sacramento. Após a benção, haverá um teatro com artista de Sete Lagoas em benefício da construção da Capela. Todos os atos serão abrilhantados pelo coro Paroquial regido pela senhorita Ivone Ribeiro e pela música de São Vicente. Toda renda da festa será empregada na construção da Igreja do Rosário. Por isso, pede-se ao povo generosidade e cooperação para o bom êxito desta festa esperando-se que N. S<sup>ra</sup>. do Rosário abençoará e recompensará a todos. Festeiros: Honório José Machado e D. Francisca Rodrigues Redoan. Mordomo do mastro: Bernardino Ribeiro Filho. Alferes da bandeira: Jonas de Sousa Santana (LIVRO DE TOMBO II, 1956, p.96).

É digno de nota que, após a condenação da Congada, os fiéis participantes da festa são chamados de “verdadeiros devotos” de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. Essa afirmação caracteriza quem

são de fato os devotos de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, os que seguem obedientes os ensinamentos e orientações dos eclesiásticos. Oliveira (1985) nos oferece uma visão geral e sintética da Pastoral Coletiva dos Arcebispos e Bispos das províncias meridionais do Brasil ao tratar da fé (art.1), dos sacramentos (art.142), do culto (art.520), da disciplina do clero (art.969), do costume do povo (art.1460). A estrutura do documento já revela seu conteúdo:

Primeiramente o texto fala da missão dos bispos – guarda a fé; depois fala da missão dos sacerdotes: administrar os sacramentos; enfim, fala do dever de todos os homens: prestar culto a Deus. Os leigos não aparecem como tendo uma missão própria, como têm os bispos e padres [...] O apelo é feito aos clérigos, para que eles ensinem aos leigos os seus deveres, exortando-os, a fim de extirpar seus vícios [...] Os pastores têm por missão principal guardar em sua integridade a fé professada pela Igreja Católica Apostólica Romana, fora da qual é impossível alcançar a salvação eterna. É da alma, que precisa da religião para salvar-se após a morte do corpo, que ocupa a Igreja. [...] a cura d'almas (OLIVEIRA, 1985, p.300).

A Pastoral Coletiva dos bispos, em cada capítulo, traz as prescrições e recomendações contra seus abusos para o culto. Quanto ao costume do povo, o sacerdote é exortado a conservar os bons costumes e a extirpar os vícios (art.1460). Portanto, o modo de pagar promessa muda, não mais o giro em torno da Igreja com os dançantes de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, mas quem tem promessa de pegar a coroa vai cumpri-la confessando e comungando. Aqui, temos a centralidade nos sacramentos da confissão e da eucaristia.

Outro modo de cumprir a promessa após a proibição é dar esmola, colocada junto do andor da procissão. Os festeiros nomeados antes da condenação têm coroa e majestade e são chamados de rei e rainha. Com as mudanças, eles perdem a coroa e são nomeados festeiros, o que nos leva a perceber que no processo de romanização a Congada ou reinado não entra. Pedro Ribeiro, ao falar dos aspectos na estrutura do catolicismo romanizado no Brasil em sua difusão da doutrina de salvação, pontua: “Destituição dos agentes religiosos leigos responsáveis pelas capelas e Irmandades e intensificação do controle clerical sobre as bases leigas [...]. Combate ao catolicismo popular” (OLIVEIRA, 1985, p.345).

Após a realização da festa, Pe. Raul comemora os resultados auferidos graças ao empenho da festeira. Não ressentido a ausência dos congadeiros, pois o objetivo principal foi alcançado:

Esta festa se realizou com grande pompa, graças, sobretudo à boa vontade e entusiasmo da festeira D. Francisca Rodrigues Redoam e rendeu para a construção da Capela de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário a importância de 5.828,00. Importância entregue ao Sr. Jonas de Sousa Santana, tesoureiro da comissão por construção da Capela do Rosário. Para 1957, foram sorteados os seguintes festeiros: Ernane Maia Leal e Elbir

Tameirão, alferes da Bandeira: José Dias Avelar e Mordomo do mastro: Antônio Pereira Machado (LIVRO DE TOMBO II, 1956).

Temos registro, no Livro de Tombo III o seguinte termo de abertura: “Contém este livro 200 folhas, numeradas de 1 400, todas rubricadas com a minha rubrica [...], de que faço uso, e se destina a receber os assentamentos referentes ao Livro do tombo da Paróquia do Santíssimo Sacramento em Jequitibá. Sete Lagoas, 25 de fevereiro de 1957. Chanceler *ad hoc*” (LIVRO DE TOMBO III, 1957). No mesmo ano, houve a celebração do centenário de criação da paróquia do Santíssimo Sacramento, contendo uma vasta programação, o que também foi registrado no Livro de Tombo:

Novena preparatória do jubileu, confissões, missas, comunhões, bênção do Santíssimo Sacramento, pregação e fogos de artifícios, levantamento da bandeira, confissão das crianças das escolas da paróquia; das senhoras e moças e dos homens em dias e horários determinados. Realização da páscoa das escolas com comunhão geral. No dia vinte nove, dia da festa: celebração de missa cantada, leilões, imposição de fitas aos novos membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento, procissão do Santíssimo pelas ruas principais da cidade. Durante o percurso da procissão o coro entoará cânticos eucarísticos intercalados com os dobrados e marchas festivas tocadas pela banda de música. Para lucrar a indulgência do jubileu deveriam os fiéis fazer a sua confissão, comungar e rezar nas intenções do Santo Padre o Papa Pio XII gloriosamente reinante (LIVRO DE TOMBO III, 1957, p.2-4).

O Pe. Raul Silva demonstra-se satisfeito com o número dos fiéis na mesa da comunhão, ou seja, o esforço do atendimento às confissões e as pregações fizeram com que aumentassem a frequência aos sacramentos. Mas, ao que tudo indica, a ausência dos congadeiros será sentida e reclamada por integrantes da Congada, como veremos.

#### **4.8.2 Comissão da reconstrução da Capela do Rosário e reação contra as determinações eclesíásticas**

A Igreja do Rosário encontrava-se com as obras paralisadas por causa de endividamentos com a compra de material de construção e com os empreiteiros. Com a interrupção das obras, os fiéis deixaram de contribuir com suas esmolas. Assim, o Pe. Raul teve, num primeiro momento, de recorrer a um empréstimo junto à Irmandade do Santíssimo, e depois teve de organizar uma campanha mais forte para arrecadar donativos. Assim registra o livro: “Para honrar o empréstimo contraído com a Irmandade do Santíssimo, se faz necessário sensibilizar o povo para colaborarem numa nova campanha. Para isso promovi

nova campanha explicando o motivo ao povo pelo altar nas missas dominicais” (LIVRO DE TOMBO III, 1957, p.8).

A campanha de Pe Raul foi bem abrangente; organizou e distribuiu listas com diversos procuradores na cidade de Jequitibá e diversos povoados. Escreveu para amigos e jequitibaenses que moravam fora da cidade, para o então Senador João Lima Guimarães e D.Sarah Kubitschek,<sup>117</sup> esposa do então Presidente da República, Juscelino Kubitschek. O valor arrecadado com a campanha foi entregue à Irmandade como parte da quitação da dívida.<sup>118</sup>

A Igreja do Rosário, tendo dívidas [...] com a construção paralisada, tomei da Irmandade do Santíssimo a quantia de Cr\$18.340,00, assinando uma declaração responsabilizando o pároco em qualquer tempo pelo pagamento” (TOMBO III, p.8). Esse mesmo registro se encontra na ata de prestação de contas da paróquia com o seguinte teor: “Empréstimo feito para a construção da Capela de N. Sra. do Rosário, por ordem do nosso Muito Digno Vigário o Revmo. Pe Raul Silva. 20 de fevereiro de 1957. Valor 18.340,00 (LIVRO DE TOMBO III, 1957, p.8)

Não restam dúvidas de que Pe. Raul estava empenhado no bom andamento das obras de reconstrução da Capela do Rosário, porém, segundo ele, a comissão escolhida não estava agindo com eficácia, como registra:

Os membros da comissão<sup>119</sup> cruzaram os braços. Foi a pior escolha de homens que fiz. Esta comissão fracassou e não serve para continuar as obras. Uma comissão mole, sem escrita, sem prestação de contas e o pior de tudo, fazendo dívidas sem autorização. A dívida contraída com o construtor já estava em quase 17.000,00. O presidente [...] da construção se defende alegando que dinheiro houve, para pagamento da obra, porém que o mesmo foi entregue na Igreja e desviado pelo padre. Mediante a dívida, foi feito um apelo de ajuda para a Irmandade do Santíssimo Sacramento em reunião de 4 de agosto de 1957. Ficou acertado nessa reunião que a Irmandade daria graciosamente a quantia de 10.000,00 para auxiliar no pagamento ao construtor. O presidente da comissão da construção da Igreja disse que se responsabilizaria pela dívida, conquanto lhe fosse entregue a organização da festa do Rosário, para fazer como o povo quer, isto é, com Congado, danças etc., ele é congadoeiro inconformado com as normas proibitivas e reivindica a autonomia da festa realizada pelos leigos. Garanto assim no mínimo 10.000,00 de saldo (LIVRO DE TOMBO III, 1957, p.9).

Por causa de tantos problemas (obra paralisada, endividamento, insatisfação com o modo de realização da festa), houve uma reunião tensa entre o padre, a comissão da obra e os

<sup>117</sup> As cartas para o senador e para a esposa do presidente de nada valeram, só promessas que não foram cumpridas.

<sup>118</sup> A campanha organizada pelo padre teve um rendimento de 9.481,00. Esse valor foi entregue para a Irmandade do Santíssimo como parte da quitação da dívida contraída com a mesma, ficando ainda um restante de 8.859,00, sem contara os juros bancários de 6%.

<sup>119</sup> Comissão formada por Jonas de Souza Santana, Amintas e Joaquim Pinto Neto.

conselheiros. O padre registra que diante do clima tenso da reunião, com acusações de ambos os lados, não dirigiu mais a palavra aos que o acusavam e que reivindicava o retorno da festa como o povo gosta e quer, isto é, com congadeiros e danças, contrariando, assim, as normas diocesanas. Depois da reunião, o padre foi reclamar ao bispo: “De tudo o ocorrido relatei ao nosso Bispo diocesano” (LIVRO DE TOMBO III, 1957, p.9).

Desse conflito, observam-se três atitudes dos envolvidos na questão: primeiro, o padre perdeu a confiança na comissão; segundo, a reação da comissão insatisfeita com o novo modo de celebrar a festa; terceiro, a reação do povo não contribuindo com esmolas. O padre, ao perder a confiança na comissão, sentia que não se chegaria ao término das obras. Além de moles, contraíram dívidas, não tinham escritas e não faziam prestação de contas. Por outro lado, o conflito acena para o inconformismo do povo com o novo modo de organizar os festejos do Rosário, proibindo a participação dos congadeiros.

A circular nº 3 evidencia o desencontro religioso entre o setor eclesiástico e o popular. A reivindicação do presidente da comissão construtora ilustra bem que este queria assumir a dívida: “Entregue-me a organização da festa do Rosário para fazer como o povo quer, isto é com os congadeiros e cumprimento de promessa” (LIVRO DE TOMBO III, 1957, p.9).

Percebe-se a existência de um conflito religioso, no qual o povo adepto ao congado e simpatizantes se viam impedidos de manifestar sua forma de viver e celebrar sua fé, de acordo com a sua cultura. A implantação das restrições eclesiásticas à Congada, seguida por acusações mútuas, levou o bispo a agir após ter tomado conhecimento do ocorrido e mediante as necessidades pastorais. Com o falecimento do pároco da cidade de Martinho Campos, MG, Pe. Raul foi logo transferido da paróquia de Jequitibá pelo bispo diocesano, conforme ele mesmo registra em sua despedida do povo em primeiro de outubro de 1957:

O nosso querido bispo diocesano me chamou a Sete Lagoas e me mandou substituir o pároco falecido naquela paróquia. Assim, em virtude da santa obediência sigo hoje para Martinho Campos deixando ao povo de Jequitibá as minhas despedidas e augurando ao meu sucessor nesta paróquia um feliz, santo e fecundo apostolado pela santificação e salvação das almas (LIVRO DE TOMBO III, 1957, p.10).

A saída de Padre Raul foi tão repentina que, naquele momento, não foi nomeado nenhum outro padre para substituí-lo frente à paróquia.

### 4.8.3 *Mons. Sebastião Fernandes: um padre voluntário em Jequitibá*

O Mons. Sebastião Fernandes, diretor da Obra das Vocações na diocese, colocou à disposição de Dom José a possibilidade de ajudar ao povo de Jequitibá, porém sem provisão nenhuma, devido aos inúmeros trabalhos que as obras das vocações exigiam. Ele seria um assistente eclesialístico colaborador de Jequitibá até que fosse designado outro padre, como ele registra:

Tive oportunidade de penetrar nesta paróquia, de auscultar as angústias desta boa gente, desprovida de um guia espiritual. Observei, com dor, as igrejas vazias, os altares empoeirados e transformados em abrigos de morcegos; os sinos mudos e o povo na ignorância religiosa. [...] Tive compaixão desse povo, lembrando-me do “miserior super turbam” de Nosso Senhor! Assim, ofereci-me a Dom José para, apesar de meus muitos trabalhos, dar uma certa assistência à paróquia, sem, porém responsabilidade; [...], sem provisão nem mesmo de vigário ecônomo. Sou apenas um autorizado a exercer o ministério sacerdotal aqui, tanto que para cada casamento, peço delegação a Dom José (LIVRO DE TOMBO III, 1957, p.12).

Mons. Sebastião reconhecia que era pouca a assistência que dava à comunidade, porém, prestava esse serviço aguardando a oportunidade de outro sacerdote para realizar um trabalho mais eficaz de assistência à paróquia. No dia cinco de novembro de 1959, Mons. Sebastião realizou na paróquia a festa de N. S<sup>ra</sup>. da Conceição e festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, conforme ele registra: “Precedida de fervoroso tríduo, foi realizada, dia 1º de novembro de 1959, a festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário” (LIVRO DE TOMBO III, 1959, p.16).

No paróquia voluntarioso de Mons. Fernandes, vamos encontrar registradas nos arquivos da paróquia diversas festas do Rosário,<sup>120</sup> porém sem a riqueza da programação do tempo de Pe. Raul Silva e também sem nenhuma alusão às festividades do Rosário com a presença dos congadeiros. Parece que a norma disciplinar que veda a participação dos congadeiros na igreja está em plena vigência em Jequitibá e só mais tarde é que se tem certa tolerância. Como já mencionamos nas memórias do Rei Congo, Tomé, da Guarda São Geraldo, de Sete Lagoas: “Depois o bispo permitiu!”. Aqui já estamos próximos da convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II. Podemos inferir que o processo das discussões sobre a necessidade de mudanças já estava em andamento.

---

<sup>120</sup> Festa do Rosário 6 de outubro de 1957; Festeiro Ernani Maia Leal; Festa aos 30 dias de novembro, festeiros: João Neves de Carvalho, em 19 de outubro de 1959 em Lagoa da Trindade. Promovida pelo rei: Raimundo Fernandes e rainha Maria da Paz Reis (fundadores da festa em Lagoa da Trindade); Festa em Jequitibá no dia 1º de novembro de 1959, festeiros: Antonio Machado (valor arrecadado entregue ao bispo, 5.000,00); Festa do Rosário em 26 de dezembro de 1960, festeiros Antônio Saturnino Lopes, Wilson José Machado e M. Sebastião F.

Lagoa da Trindade, hoje, Dr. Campolina, local de tradição quilombola dos “Bianos”, reflete essa tolerância. Foi realizada a festa do Rosário no dia 19 de outubro de 1959, promovida pelo Rei Raimundo Fernandes e a Rainha Maria da Paz Reis. Nessa festa, registra-se a presença dos dançantes do Rosário e as despesas com os doces oferecidos aos dançantes seriam por conta própria da rainha. Das festas realizadas era sempre enviada uma porcentagem ao bispo para as obras das vocações sacerdotais, atendendo uma das preocupações do episcopado com a formação de padres.

Em março de 1960, ao fazer uma retrospectiva dos trabalhos realizados na paróquia desde 1957, Mons. Sebastião fala da não correspondência do povo aos seus esforços: “Aqui, na Sede paroquial, poderia haver maior correspondência aos meus esforços, mas os habitantes, sobre serem poucos, são de uma tradicional displicência espiritual que dificilmente, e só com um padre residente e zeloso, poderá ser vencida” (LIVRO DE TOMBO III, 1960, p.19). Esse modo de pensar de Mons. Fernandes encontra respaldo no que afirma o Sr. Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara (1955), ao tratar da importância do múnus de ensinar:

Não há no Brasil necessidade mais premente do que o ensino das verdades da nossa fé. Da ignorância da doutrina cristã provém que a Religião não é devidamente apreciada, nem respeitada a igreja, a cuja autoridade se deve obediência, em vista de sua divina instituição. Nem de outro modo se pode explicar a frieza com que se professa o catolicismo, e a falta de respeito com que são tratadas as coisas santas, até pelos que se dizem católicos. Dessa mesma ignorância nasce o indiferentismo religioso, pelo qual até pessoas eruditas e dotas em ciências profanas, ousam afirmar a igualdade de todas as religiões, sem a menor atenção à verdade revelada e à moral que se prega. Urge, pois, ensinar a fé verdadeira, para se esparecerem as trevas do erro em todas as camadas sociais (CÂMARA, 1955, p.81).

O texto do Compêndio pastoral pontua os dois problemas do Brasil: ignorância religiosa e falta de padres para se dedicarem ao ensino do povo. Esse pensamento refletia a posição de grande parte, se não a maioria, do episcopado brasileiro. Citamos por exemplo Dom Leme que, ao ser nomeado bispo da Diocese de Olinda, na sua Carta Pastoral de 16 de julho de 1916, saúda seus novos diocesanos.

Assim, Mons. Sebastião lamenta a falta de pessoas para pequenas funções na paróquia, como limpeza e zelo pela igreja. Parece que o desânimo já notado no final da gestão de Pe. Raul continua e até aumenta em tempos de Mons. Fernandes, que vinha de forma mais espaçada na paróquia. As reuniões e atos de devoções pouco frequentadas, o povo não sabe música, não sabe tocar harmônio e falta sacristão. Sobre o seu principal objetivo, ele diz: “Venho envidando todos os esforços no sentido de estimular no povo a devoção ao terço, e a

comunhão frequente, a visita ao Santíssimo Sacramento. Oxalá correspondessem todos aos desejos de quem queria vê-los reunidos em torno de Jesus Eucarístico” (LIVRO DE TOMBO III, 1960, p.21).

Através das pregações, comunhões reparadoras, explicações catequéticas e conselhos práticos, o padre objetivava instruir o povo e estimulá-lo nas práticas de piedade, sobretudo na insistência das práticas sacramentais como a comunhão e visitas ao Santíssimo. Percebe-se um desencontro da mentalidade do padre com conteúdo mais erudito e clássico, e a mentalidade cultural do povo.

Em março de 1960, o bispo diocesano, Dom José de Almeida, realizou a segunda visita pastoral à Jequitibá:

É a primeira visita que o bispo faz após o envio da circular nº 3 que faz restrição à Congada, ao conflito e à transferência do Pe. Raul de Jequitibá (Grifo meu). Termo da 2ª visita pastoral que faz o bispo diocesano de Sete Lagoas à Paróquia do Santíssimo Sacramento em Jequitibá, 27 de março de 1960. Dom José. Bispo diocesano de Sete Lagoas (LIVRO DE TOMBO III, 1960).

Sendo recebido com muito carinho pelo povo, o bispo empreendeu várias atividades junto à comunidade. Na visita pastoral encontrou-se com as diretorias das associações religiosas, catequistas, rezou e refletiu com o povo os mistérios do rosário e deu a benção do Santíssimo. Ele chamou atenção para o privilégio da paróquia Santíssimo Sacramento e promoveu a adoração ao Santíssimo com a participação dos homens. Organizou uma piedosa procissão eucarística a percorrer as ruas enfeitadas para firmar a fé desse povo. O bispo destacou o ponto alto da visita pastoral: “As comunhões, crismas, confissões, sermões, catecismos, homilias e principalmente a adoração dos homens ao Santíssimo Sacramento e a piedosa procissão eucarística realizada pelas ruas da cidade” (LIVRO DE TOMBO III, 1960).

No decorrer da visita pastoral, o bispo com muito jeito foi direcionando tudo para a centralidade na eucaristia, sobretudo envolvendo a participação dos homens. Devido aos perigos que a Igreja passava com as ameaças do comunismo inimigo da Igreja, foi realizada em Jequitibá uma noite de penitência em honra de Nossa Senhora de Fátima, como registra no mês de outubro de 1960 o Mons. Sebastião:

A pedido do Sr. Bispo Dom José, atendendo a um apelo do Sr. bispo de Leiria (Portugal), Jequitibá se reuniu aos sentimentos de penitência de todo o mundo católico, na noite de 12 para 13 deste mês com a seguinte programação: adoração do Santíssimo Sacramento das 19h. às 23h., Santa missa e, em seguida, procissão luminosa pelas ruas centrais da cidade, com preces e cantos apropriados (LIVRO DE TOMBO III, 1960, p.28).

No contexto de devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, vimos paralelamente o incentivo a outra devoção mariana, a de N. S<sup>ra</sup>. de Fátima. No mês de outubro, em que tradicionalmente é realizada a festa do Rosário, passou-se à realização da noite de penitência em torno de Nossa Senhora de Fátima. Mas o povo não esqueceu N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, nem no natal de 1960. A realização da festa é registrada por Mons. Sebastião, com grande participação de fiéis: “Como coincidissem com o Natal a celebração da festa do Rosário, afluiu muita gente de fora. Foi uma noite festivamente piedosa! Confissões, numerosas comunhões, missa seguida de importante procissão de Nossa Senhora” (LIVRO DE TOMBO III, 1960, p.28). Devido ao medo do avanço do mal no mundo, a devoção à Nossa Senhora de Fátima cresceu no universo católico como forma de penitência para aplacar o mal do comunismo que estava por vir. Os eclesiásticos incentivavam os momentos de penitência e oração.

Já em março de 1937, o papa, em sua carta encíclica *Divini Redemptoris*, se dirige aos veneráveis irmãos Patriarcas, Primazes, Arcebispos, bispos e demais ordinários em comunhão com a Sé Apostólica sobre o comunismo ateu. O número 58 exorta que os fiéis não se deixem enganar! O comunismo é intrinsecamente perverso, induz ao erro e ao ódio. O número 59 exorta a oração e penitência: “Recomendo, veneráveis irmãos, que em vossas dioceses promovais e intensificais, de modo mais eficaz, o espírito de oração unido à penitência cristã para expulsar o mal invocando a intercessão da Virgem Imaculada (RATTI, 2004, p.589-590).

Mons. Sebastião Fernandes permaneceu em Jequitibá de forma voluntária, como ele sempre afirmava, de 1957 até 1963.

#### **4.8.4 O Concílio Vaticano II e a postura da Igreja no período Pós-Conciliar**

A realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) tem como objetivo modificar as atitudes da Igreja em relação ao mundo, passando de uma atitude de condenação e indiferentismo para assumir as esperanças e alegria do povo em sua dinâmica pastoral. Essa atitude fica patente na Constituição pastoral *Gaudium et Spes*:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração. Com efeito, a sua comunidade se constitui de homens que, reunidos em Cristo, são dirigidos pelo Espírito Santo, na sua peregrinação para o Reino do Pai. Eles aceitaram a mensagem

da salvação que deve ser proposta a todos. Portanto, a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história (GAUDIUM *et* SPES, 1982, p.144-145).

O Concílio Vaticano II, ao fazer a abertura da Igreja para o mundo através de seus documentos e constituições renovadoras, trouxe uma nova perspectiva de diálogo com o mundo:

Ao mesmo tempo a Igreja, enviada a todos os povos de qualquer época e religião, não está ligada de maneira exclusiva e indissolúvel a nenhuma raça ou nação, hábito antigo ou recente. Fiel à própria tradição, simultaneamente consciente de sua missão universal, ela pode entrar em comunhão com as diversas formas de cultura, donde resultará um enriquecimento tanto para a Igreja como para as diferentes culturas (GAUDIUM *et* SPES, 1982, p.210).

Se o entendimento do episcopado refletido nas cartas e orientações pastorais anterior ao Concílio era o de depreciar a cultura popular, a religião do povo, agora vemos que o espírito do Concílio ecumênico expresso na *Gaudium et Spes* impulsiona a Igreja a ir ao encontro da cultura do povo para reconhecer seus valores e riquezas. Não só reconhecer, mas assumir as esperanças dos povos e com elas se identificar.

O espírito do Concílio inspira a Igreja na América Latina através do CELAM a configurar um rosto próprio da Igreja do Brasil, ao incentivar um novo olhar para a cultura popular. Medellín faz a recepção aplicada do Concílio Vaticano II na realidade da América Latina diversificada pela cultura, e sofrida e marcada pela pobreza e opressão de sua gente. Nessa Conferência, a Igreja Latino-Americana começa a ver o próprio rosto e a reconhecer as riquezas de suas expressões populares como portadoras de riqueza e de valores culturais evangélicos. O documento de Medellín, em suas conclusões, ao tratar da pastoral popular no número quatro, indica o ponto de partida para a análise e a compreensão das manifestações populares:

Ao ajuizar sobre a religiosidade popular não podemos partir de uma interpretação cultural ocidentalizada, própria das classes médias e altas urbanas, sim do significado que a religiosidade tem no contexto da subcultura dos grupos rurais e urbanos marginalizados (MEDELLIN, 1984, p.69).

No mesmo sopro do espírito, realiza-se a III Conferência de Puebla, que segue na mesma linha de Medellín reafirmando sua opção profética preferencial e solidária pelos pobres, afirmando no número 1134 a “necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua libertação”. O espírito suscitado pelo Vaticano II transcorre de Medellín para Puebla. O discurso de abertura do Papa João Paulo II

destaca a importância desse documento para a Igreja da América Latina:

Esta III Conferência não pode desconhecer esta realidade. Deverá, pois, tomar como ponto de partida as conclusões de Medellín, com tudo o que têm de positivo, mas sem ignorar as incorretas interpretações por vezes feitas e que exigem sereno discernimento, oportuna crítica e clara tomada de posição (PUEBLA, 1983, p.17).

Tendo registrado a realização do Concílio, que para a Igreja significa novo espírito, veremos a sua aplicação em relação ao objeto de nosso estudo. Sobre essa nova postura, Henrique Cristiano José Matos comenta: “No decurso da década de 1970, houve na Igreja do Brasil uma revalorização da religiosidade popular. Cresce a convicção de que não se trata de ignorância religiosa ou de formas degeneradas do catolicismo, mas de maneiras diferentes de viver a mesma fé” (MATOS, 2010, p.205).

Nos registros do livro, temos agora um hiato de novembro de 1963 até 1970, ano em que se registra a visita pastoral<sup>121</sup> do segundo bispo de Sete Lagoas, Dom Daniel Tavares Baeta Neves,<sup>122</sup> à Paróquia de Jequitibá. Ainda persiste a falta de padres na diocese, como revela a oração do bispo na ocasião da visita pastoral: “rezo pedindo a Deus a graça de poder dar à paróquia um assistente sacerdotal de mais presença na paróquia” (LIVRO DE TOMBO III, 1970).

As questões apontadas em 1916 na carta de Dom Leme ainda refletem um problema levantado por ele: falta de padres que formem e eduquem o povo. Observa-se que desde 1957 essa situação vem se repetindo. Não há padres para ficar residindo em Jequitibá. Pe. Euler, embora residisse em Belo Horizonte, foi assistente da paróquia. Ele registra no livro em 1971: “A dedicação e o interesse do povo, que sozinho se empenha na construção da igreja do Rosário. Embora que ainda não esteja pronta, pode-se aquilatar o esforço deste povo que sozinho fez tanto para a melhoria desta igreja que estava prestes a cair” (LIVRO DE TOMBO III, 1971, p.46).

Já não temos registro de circulares proibitivas ou atritos frontais adotados com os padres que atuaram em Jequitibá<sup>123</sup> em relação às manifestações congadeiras. No elenco dos padres que exerciam o ministério na região, destacamos já de longa data a pessoa do Pe.

<sup>121</sup> A visita ocorreu nos dias quatro e cinco de julho de 1970. A visita transcorreu com celebrações das missas, confissões, pregações, administração do sacramento da Crisma, procissão e bênção do Santíssimo e bênção papal.

<sup>122</sup> O bispo foi transferido em 1964 da diocese e para seu lugar foi nomeado Dom Daniel Tavares Baeta Neves, que permaneceu à frente da diocese até 1980.

<sup>123</sup> Pe. Ercílio Arcaño da Silva, Raimundo Nassif, Pe. José de Queiros, Euler Alves Pereira e Cônego Ricardo foram os padres autorizados em 1963. Mons. Flávio D’Amato e Raimundo Nassif, em 1965; Euler Alves Pereira entre 1970 e 1973; Pe Raimundo Nassif encarregado de 1971 até 1973 e Pe. Hildebrando Van Pitter ofm 1974-1984.

Raimundo Nassif Salomão, que nas idas e vindas nas capelas da região teve uma postura de incentivo à devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário com a presença dos congadeiros.

Depois do registro feito por Pe. Euler, acima citado, o livro é interrompido. Só houve assento novamente com a primeira visita do 3º bispo da diocese de Sete Lagoas, Dom José Lima, em agosto de 1982. A essa altura já era responsável pela paróquia o Frei Hildebrando Van Pitter ofm. O bispo Dom José Lima registra a visita pastoral ocorrida em 1982 à paróquia de Jequitibá fazendo alusão à festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, que estava sendo realizada na comunidade de Vargem Grande: “Na procissão dirigida por frei Hildebrando havia muitas pessoas participando, em seguida, ouvindo a missa e pregação sobre Nossa Senhora” (LIVRO DE TOMBO III, 1982). Segundo o depoimento de D. Benedita, Rainha Conga de Jequitibá, o Pe. Hildebrando “não gostava da Congada. Até aceitava que participassem na procissão, mas não podiam entrar na Igreja”.<sup>124</sup>

Já estamos há alguns anos após a realização do Concílio Vaticano II e de diversos documentos pós-conciliares, como já citamos. Medellín e Puebla já fazem algum efeito na mudança de postura dos eclesiásticos,<sup>125</sup> que se alternavam na paróquia na sua relação com o dado da cultura religiosa popular em Jequitibá.

#### **4.9 Novo Rei Congo de Jequitibá é coroado por Pe. Reni**

A partir de 29 de junho de 1984, a paróquia tem um novo administrador. Trata-se do Pe. Reni Nogueira dos Santos. No campo de suas atividades pastorais ele procurou apoiar as tradições das diversas capelas da paróquia. Exemplos: na comunidade de Bebedouro foi realizada a festa do Divino Espírito Santo e, em Pindaíbas, a festa de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, festa tradicional daquele povo de Deus. Mediante a constatação do padre de que a participação de muitas pessoas estava mais voltada para aspectos profanos do que religiosos da festa, ele procura apoiar e orientar a sua realização. Sendo a paróquia dedicada ao Santíssimo Sacramento, ele procurou empreender uma piedade eucarística na paróquia entre os fiéis com

<sup>124</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá, em 21 de julho de 2010.

<sup>125</sup> Pe. Reni Nogueira dos Santos 1984-1985; Geraldo Ângelo da Silva 1985-1987; Pe. Reni Nogueira (1987 a abril de 1988; Pe. Joaquim do Carmo Rodrigues 1988-1989; Pe. Gerardus Bernardus Smeele, Sacramentino 1989-1991; Geraldo Antunes Gonçalves 1991; Pe. Antônio Carlos Ferreira de Souza 1992-1993; Pe. José Maurício Gomes 1993, Pe. Marcio Ferreira de Miranda 1994-1995; Pe. Gerardus Bernardus Smeele 1995-1996; Pe. Geraldo Magela de Oliveira 1996; Pe. Egidio Doldi 1997-1998; Pe. Carlos André Teotônio 2000-2004; Pe. Carlos Roberto Moreira dos Santos 2004-2006.

adoração a partir de 12h. até a meia noite todo primeiro sábado de cada mês e solicitou ao bispo a concessão para entronizar o Santíssimo Sacramento nas capelas que ainda não o tinham, o que foi concedido pelo bispo com a seguinte recomendação: providenciar ministros Extraordinários da eucaristia para as referidas comunidades. (Cf. Dom José Lima Bispo diocesano. Registro no livro da cúria nº 02. folha 187, protocolo 12376). O apoio do Pe. Reni é incontestado em relação aos congadeiros. É o que ele próprio registra no livro da paróquia na coroação do Rei Congo do município de Jequitibá:

Com o falecimento do Rei-congo, o Sr. Sebastião Gonçalves, a pedido para cumprir promessa; coroado Rei congo do município o Sr. Levindo da Costa.<sup>126</sup> Sua coroação se deu no dia 22 de setembro de 1984, às 20h. na Capela de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, pelo Sr. João Manoel de Deus – Rei Congo do Estado de Minas Gerais (Chico-Rei). Como também pela Rainha Conga de Sete Lagoas, Dulce Ana Teobaldo. Foi uma bonita cerimônia, onde o atual Rei Congo com a Rainha Conga Benedita de Matos Gonçalves, passou a ser zeladores da Capela de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. A partir desta data qualquer Rei Congo nas Capelas filiais serão coroados pelo novo Rei Congo do município: Levindo da Costa (LIVRO DE TOMBO III, 1984, p.65).

O padre teve participação ativa na cerimônia da coroação da corte congadeira do município, além de confiar ao Rei Congo Levindo e à Rainha Conga Benedita a incumbência de serem os zeladores da Capela do Rosário, onde doravante todos os reis das guardas de congo das capelas pertencentes a Jequitibá serão coroados. Com esse gesto, Pe. Reni valoriza e resgata uma tradição, confiando aos próprios congadeiros a autonomia e os cuidados com a Capela do Rosário. Pe. Reni permaneceu em Jequitibá até 31 de dezembro de 1985. Saiu e retornou novamente em 1987.

#### **4.9.1 Uma Quaresma e uma Campanha da Fraternidade especial: ouvi o clamor desse povo**

A quaresma do ano de 1988 refletiu a temática da Campanha da Fraternidade e o negro. O lema foi: “Ouvi o clamor deste povo” (LIVRO DE TOMBO III, 1988, p.132). O tema quis chamar a atenção para o centenário da abolição da escravidão no Brasil e, conseqüentemente, voltar o olhar para a realidade sofrida do povo negro no Brasil. O apoio do

---

<sup>126</sup> Seguindo a tradição congadeira, por direito, a sucessão por ocasião da morte ou impedimento do Rei Congo deveria ser um membro da família; somente quando nenhum membro da família deseja assumir é que se procura outro. Nesse caso, abriu-se um precedente ao Sr. Levindo, por motivo de cumprimento de promessa e o sucessor ainda ser muito novo.

Pe. Reni às expressões culturais de Jequitibá, como já ressaltamos, é notório tanto na primeira quanto na segunda gestão paroquial.

A temática da Campanha da Fraternidade vai influenciar a organização da festa paroquial do Santíssimo Sacramento do ano de 1988. Várias pessoas ligadas ao congo da região são envolvidas na programação. Essa foi uma exigência do festeiro do Santíssimo Sacramento, Sr. Geraldo Inocência que, com a aquiescência do pároco, envolveu as seguintes personalidades ligadas ao congo: Sr. Levindo, “O Rei Congo de Jequitibá”; José Limão, mestre da guarda da Lagoa da Trindade; Mestre João Bianco, da guarda de Congo da Lagoa de Trindade; Zico de Souza, do Candombe de Jequitibá; e Mestre João Manoel de Deus, “o Chico Rei”, da guarda de Congo de Sete Lagoas. Na programação, houve espaço para a apresentação dos ternos de guardas e demais grupos que expressam as manifestações culturais conservadas em Jequitibá, ficando latente a integração, ou melhor, valorização das expressões religiosas populares com a liturgia romana: a missa, a pregação e a procissão do Santíssimo Sacramento. A inspiração do Vaticano II e a aplicação de Medellín se fazem notar na organização dos festeiros<sup>127</sup> em termos de valorização da cultura e das expressões religiosas populares.

Depois que Pe. Reni deixou a paróquia, em maio de 1988, veio o Pe. Joaquim do Carmo Rodrigues, que trabalhou muitos anos no Rio de Janeiro. Como o Pe. Reni havia organizado o programa da festa de julho de 1988, esteve presente para ajudar a executar a programação. A Campanha da Fraternidade de 1988 será determinante nas ações e posturas dos padres com a cultura local, mas registramos a estranheza do Pe. Joaquim com alguns aspectos da cultura religiosa mineira em relação à praticada no litoral carioca e a do Sul do País. Sendo já o Pe. Joaquim um padre mais idoso e formado em outros tempos, estranhou a programação e a realidade cultural do povo de Jequitibá:

O programa ou programação festiva, eu poderia resumir em duas palavras: programa intenso e extenso! O Brasil, pela vastidão territorial, é um País muito rico em costumes e tradições; aqui por sinal as solenidades festivas e até religiosas, diferem bastante daquelas que se realizam no Rio e no Sul do país; por isso, tornam-se às vezes até chocante (LIVRO DE TOMBO III, 1988, p.140).

A realidade cultural de Jequitibá é bem diversificada, por isso ostenta o título de “Capital Mineira do Folclore”. Essa multiplicidade de expressão cultural religiosa causou estranheza ao novo pároco. A realidade das expressões religiosas da região se impõe diante

---

<sup>127</sup> Sr. Geraldo Inocência, alcunha de Geraldo de Jonas, foi o festeiro do Santíssimo Sacramento que, em 1988, deu início à integração dos grupos que expressam a cultura, movimento que cresceu e hoje é realizado com o nome “Festival do Folclore de Jequitibá”.

dos olhos dos eclesiásticos como um convite a um novo olhar na busca de se estabelecer o diálogo e as atitudes de colaboração mútua. Conforme o espírito suscitado pelo Vaticano II, busca-se construir um caminho de abertura por parte do setor eclesiástico ao popular e em contrapartida dos setores populares em relação aos eclesiásticos.

#### **4.9.1.1 A integração da Congada na Igreja**

Na transitoriedade dos padres, o Pe. Joaquim foi substituído pelo Pe. Gerardus Bernardus Smeele (holandês) de 1989 até 1991. Movido pelos anseios do povo e sensível à cultura local, ele procurou ouvir e assumir uma postura diferenciada e integradora do popular com a paróquia, algo que já vinha acontecendo desde a Campanha da Fraternidade de 1988. Como já vimos, o apoio dos padres em eventos patrocinados pelas comunidades rurais com a presença dos congadeiros era muito frequente em Jequitibá. Mas, em 1989, houve um esforço de dar maior visibilidade à cultura de Jequitibá com a realização da primeira Festa do Folclore<sup>128</sup> local.

Nessa ocasião, foi celebrada a primeira missa com a participação de todos os grupos de Jequitibá, com a presença do pároco Gerardus Smelle e do também pesquisador da cultura do povo, Frei Chico, que presidiu a celebração mostrando o apoio às manifestações culturais e congadeiras em Jequitibá. Essa missa foi denominada Missa Conga,<sup>129</sup> pois foi cantada pelos grupos congadeiros e outros segmentos da cultura local.

Com a abertura da Igreja, surgiu a missa conga, celebrada a partir de 1975. Ao abrir a portas aos congadeiros, procura-se estabelecer um caminho, embora lento, mas direcionado para uma prática inculturada. O grito que ninguém ouvia passa a ser ouvido, ainda que diminuto e por alguns setores eclesiásticos atentos e afinados com a riqueza contida nessa

<sup>128</sup> Primeira festa do Folclore por iniciativa dos senhores José Geraldo Alves, Geraldo de Jonas, Geraldo Antonio Saturnino, Nelson Jacó, Zico de Souza.

<sup>129</sup> No espírito da abertura da Igreja aconteceu uma missa *Luba* no Vaticano que causou uma repercussão positiva na igreja, surgindo daí as missas do quilombo e congas em diferentes partes do Brasil com a participação das congadas e congadeiros com seus instrumentos e cantos. Codificada pelo Padre Nereu de Castro Teixeira e pelo folclorista Romeu Sabará no ano de 1975, foi em seguida popularizada pelo também folclorista Padre Massote. No ano de 1977, a Missa Conga chega à região Centro Oeste de Minas e passa a ser celebrada, primeiro na cidade de Divinópolis, por Frei Leonardo Lucas Pereira. Logo em seguida, começou a ser celebrada por Padre Lauro Resende Pinto, nas cidades de Nova Serrana, Belo Horizonte, Sete Lagoas, e Jequitibás em 1989. Normalmente, é celebrada no dia 13 de maio, dia da Abolição da Escravatura; 15 de agosto, Reinado de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário; 7 de outubro, dia universal da N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, pela Igreja Católica. Em Divinópolis, com o objetivo de preservar o Reinado, foi editado o disco LP “Missa Conga”, com melodias e ritmos pesquisados nas vilas e povoados da religião.

expressão religiosa popular. Nesse sentido, a missa conga é uma celebração votiva dedicada à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, intercalada com cantos do congadeiros que louvam a Virgem do Rosário, ao som dos instrumentos próprios: tambores, reco-recos, pandeiros, sanfonas, violas, chocalhos, cavaquinhos, violões. A missa Conga é um esforço de processar o fenômeno de inculturação no Brasil, sobretudo onde é forte a expressão congadeira.

#### **4.9.1.2 Postura integradora com a Igreja de iniciativa popular**

Temos registro de iniciativa popular para promover a integração das manifestações culturais religiosas com a estrutura eclesial. No mês de março de 1990, aconteceu uma reunião intitulada “Assembleia de fundação oficial do grupo religioso e ‘folclórico’ do Santíssimo Sacramento de Jequitibá” (LIVRO DE TOMBO III, 1990). Nessa reunião, Zé da Ernestina foi apresentado como sendo um homem religioso e conhecedor das expressões culturais da região e por isso foi aclamado por todos os participantes como presidente da comissão formada, cuja responsabilidade seria a de gerir as folias:

Congado, folia dos Santos Reis, folia do Divino Espírito Santo e Folia de São Sebastião. [...]. Juntamente com ele foi eleita uma chapa que, ao assumir a direção do grupo, assumiram o seguinte compromisso por ocasião da posse: “Prometemos, ao assumir os cargos que nos foram confiados na diretoria do grupo religioso e folclórico do Santíssimo Sacramento de Jequitibá, não medir o menor esforço para cumprir com todos os itens constantes do estatuto e elevar a cada dia o movimento (LIVRO DE TOMBO III, 1990, p.193).

Ao definir-se como grupo religioso do Santíssimo Sacramento fica patente a intencionalidade da integração. Na programação da festa do Santíssimo de 1991, elaborada pelo Pe. Gerardus registra-se: “No dia sete de julho – Domingo às 10h. missa Conga, celebrada por Frei Chico e a apresentação dos grupos [...] de Lagoa da Trindade, Lagoa de Santo Antônio, Sousa, Patrimônio, Pindaibas, Vera Cruz, Baú, e Perobas” (LIVRO DE TOMBO III, 1991).

Essa integração com os setores eclesiais é buscada, pois a estrutura religiosa é que proporciona harmonia ao corpo social. Inferimos que a criação da associação é uma tentativa de formar a Irmandade em tempos modernos, ampliando as responsabilidades em manter a cultura religiosa nas expressões populares das folias, sobretudo a do Rosário. O conhecimento

atribuído a Zé da Ernestina é a sua experiência como mestre congadeiro e de outras folias como a do Divino Espírito Santo e de Santos Reis.<sup>130</sup>

Devido à devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário estar presente nas várias comunidades de Jequitibá, há um esforço contínuo dos padres para se fazerem presentes acolhendo e oficializando a missa e procissão por ocasião das festas congadeiras. Registramos as festas do Rosário com a participação dos congadeiros ocorridas ao longo de 1993 e 1994 nas seguintes comunidades: “Baú, Perobas, Lagoa de Santo Antônio, Lagoa Trindade, Vera Cruz, Jequitibá, Campo Alegre, Brejinho e Bebedouro” (LIVRO DE TOMBO III, 1993-1994, p.170-171).

No programa anual das festas do Rosário das comunidades registra-se esse apoio e presença de seus párocos. A Conferência Episcopal de Santo Domingo,<sup>131</sup> com maior razão, chama a atenção do evangelizador para a abertura da mente e do coração para a cultura do povo, na qual eles próprios estão inseridos.

#### **4.9.1.3 Uma assembleia refletindo a inculturação em Jequitibá**

A gestão de Pe. Gerardus estava em sintonia, no mês de setembro de 1995, com a Diocese de Sete Lagoas que, nesse momento, trabalhava com o tema inculturação e fé, em fase preparatória da sua III Assembleia Diocesana de Pastoral.

III Assembleia diocesana de Sete Lagoas, exigência da ação evangelizadora: Inculturação. Instrumento de preparação das assembleias paroquial, setorial e diocesana. Carta de apresentação: Estamos nos preparando para realizar a nossa 3<sup>a</sup> assembleia diocesana. A Igreja, por mandato de Cristo, pela ação do Espírito Santo e pelo insistente pedido do magistério pontifício e episcopal é convocada a evangelizar, enfrentando o secularismo, a situação de pobreza e o pluralismo religioso, que vai exigir de nós o diálogo e o anúncio missionário (DIOCESE DE SETE LAGOAS, 1995, p.2).<sup>132</sup>

Para conhecimento da realidade, foram debatidas algumas questões para serem refletidas pelos grupos nas paróquias, tais como: quais os tipos de festas que mais atraem e reúnem o povo? Quais os grupos folclóricos que manifestam a religiosidade popular em sua

<sup>130</sup> Sobre o conhecimento de Geraldo Alves, remetemos o leitor ao Capítulo 2 deste trabalho.

<sup>131</sup> A palavra chave de Santo Domingo é a inculturação com a atenção voltada para a promoção humana. E, para que haja uma autêntica promoção humana, é preciso ter em conta as diferentes culturas presentes na América Latina e no Caribe”. Três linhas prioritárias do documento: 1- uma nova evangelização dos povos latino-americanos; 2- uma promoção integral desses povos; 3- uma evangelização inculturada. (p.5). (LORSCHIEDER, 2004, p.7-13).

<sup>132</sup> A terceira assembleia foi realizada no dia 11 de novembro de 1995, pelo Pe. Carlos Roberto Moreira.

região e qual a importância do conhecimento dessa realidade para a realização do trabalho pastoral? A assembleia de Jequitibá, ao responder essas questões, nos fornece um levantamento da sua realidade cultural.

Constata-se que em Jequitibá todos os povoados têm alguma modalidade de manifestação cultural cultivada por grupos ou famílias:

Folia de Reis, de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, de São Sebastião, do Divino, de São Geraldo, de São Gonçalo, pastorinhas, catopé, Encomendação das Almas e muitas outras manifestações, ficando responsáveis pelo número maior de guardas (de Congos), os povoados de Baú, Lagoa da Santíssima Trindade, e a cidade de Jequitibá (LIVRO DE TOMBO III, 1995, p.184).

Como se pode ver, Jequitibá tem uma grande diversidade cultural espalhada em suas comunidades e sustentada pelo povo que cria sua cultura margeando o Rio das Velhas. Uma cultura expressa nas manifestações congadeiras e na forte devoção à N. S<sup>ra</sup>. do Rosário disseminada por toda a região, como descritas nas realizações das festas nas comunidades.

A valorização da cultura proposta pelo Vaticano II é retomada em diversos documentos pós-conciliares e mesmo na inspiração da III Assembleia de pastoral da Diocese de Sete Lagoas. Assim, vemos registrado em Jequitibá o esforço da comunidade em valorizar a sua cultura: “Há uma inculturação a partir da cultura de nosso povo, procuramos melhorá-la, aperfeiçoá-la e valorizá-la, fazendo um intercâmbio entre as outras comunidades, entre municípios, assim como Sete Lagoas, promovendo uma “troca de valores” (LIVRO DE TOMBO III, 1995, p.184).

Jequitibá promove anualmente, no segundo domingo de setembro, o Dia Municipal do Folclore, oportunidade em que os grupos folclóricos do povoado se reúnem para mostrar sua arte, sua dança e seu canto. Nesse campo, a atitude da Igreja é registrada: “Então procuramos a partir daí, fazer um trabalho pastoral, procurando o enriquecimento através da instrução com a valorização e participação da Igreja” (LIVRO DE TOMBO III, 1995, p.184).

Inferimos que em meio a tantas manifestações culturais (muitas vezes de cunho religioso) o processo de inculturação é relevante para o povo que se expressa através de sua fé e vê integrada a sua comunidade à Igreja católica. Como afirma Durkheim: “Cultos hierarquizados e subordinados a algum culto predominante no qual acabam sendo absorvidos; mas pode acontecer também que estejam simplesmente justapostos e confederados” (DURKHEIM, 1989, p.73).

O Pe. Gerardus Smeele fala da importância da realização da Assembleia em Jequitibá como oportunidade de conhecer o povo: “A Assembleia da paróquia era importante

especialmente por razões da participação ativa dos leigos; foram eles que falaram e realizaram este evento, porque falaram da vida deles e não da estrutura eclesial ou da hierarquia”. (LIVRO DE TOMBO III, 1995, p.187). É essa escuta que a Igreja propõe fazer a partir do Vaticano II e documentos pós-conciliares, escuta que promova de modo qualitativo o encontro do setor eclesial com o povo e sua cultura, em boa parte impregnada de valores religiosos e cristãos. O bispo diocesano Dom José Lima, ao apresentar as conclusões da 3ª Assembleia diocesana, fala do objetivo que se deseja alcançar:

Nosso objetivo é facilitar elementos que permitam despertar e projetar a experiência pastoral de cada um dos participantes e a realidade sociocultural da nossa Igreja particular de Sete Lagoas. A nova evangelização vai nos introduzir na história [...] e no conhecimento das grandes linhas teológicas e pastorais do Concílio Vaticano II, das Conferências Gerais do Rio de Janeiro, Medellín, Puebla e Santo Domingo (DIOCESE DE SETE LAGOAS, 1995).

A diocese se inspira nas conclusões de Santo Domingo para adquirir um novo olhar pastoral, mais inculturado na realidade da diocese.

#### **4.10 Reconstituindo 1996 a 2004, na atuação dos párocos e vigários paroquiais**

Em junho de 1996, assumiu a paróquia o Pe. Geraldo Magela de Oliveira. No decorrer do seu trabalho, nada encontramos registrado nos arquivos, mas o Sr. José de Ernestina diz em sua entrevista “que ele foi um bom padre e atencioso com as festas do Rosário em Jequitibá” (Zé da Ernestina).<sup>133</sup>

No ano de 1997, o padre italiano Egidio Doldi assumiu a paróquia de Jequitibá, permanecendo por dois anos. Nada temos registrado no Livro de Tombo, porém, segundo depoimento de Sr. José da Ernestina, ele foi um dos que muito apoiou as festividades. Ele dizia que gostava quando tinha a Congada, pois assim a igreja enchia.

Com a saída de Pe. Egídio, a paróquia recebeu como novo vigário o Pe. Carlos André Teotônio, que permaneceu até janeiro de 2004. Inicialmente, foi reticente com os congadeiros, depois tornou-se mais tolerante. Na sua gestão, ele coroou como rei congo substituto na linha de sucessão congadeira o Sr. Divino. Quem dá o depoimento é Dona Benedita, Rainha Conga de Jequitibá:

---

<sup>133</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá nos dias 05 de junho e 13 de novembro de 2009.

Ele deu apoio aos congadeiros, inclusive coroou o meu filho, o Divino, como Rei Congo em substituição ao rei falecido que era meu marido, o Sebastião. O padre celebrava as festas, mas não ficava para a procissão devido aos compromissos em outras localidades, mas sempre celebrava para os congadeiros. Mas, no início do seu trabalho aqui ele não deixava entrar na igreja não (Dona Benedita).<sup>134</sup>

Até aqui procuramos demarcar a relação dos eclesiásticos com a Congada no período pós-conciliar em Jequitibá. Perceberemos que em todo tempo há abertura e indiferença, levando-nos a crer que vai muito da preparação e interesse da pessoa do eclesiástico em adotar a dinâmica da inculturação em relação às expressões populares no âmbito de uma pastoral de abertura suscitada pelo Concílio Vaticano II.

Para entender esse universo carregado de significado simbólico do devoto congadeiro, exige-se um novo olhar.

Tentemos compreender a situação existencial daquele para quem todas essas correspondências são experiências vividas e não simplesmente ideias. [...] existência do *homo religiosus*, é no plano transhumano revelado pelos mitos. Ele nunca está sozinho, pois vive nele uma parte do Mundo (ELIADE, 2008, p.136).

---

<sup>134</sup> Dados da entrevista. Pesquisa de campo realizada em Jequitibá em 21 de julho de 2010.

## 5. CONCLUSÃO

Pretendo concluir sem, contudo, encerrar a questão da história religiosa da Irmandade negra em Jequitibá. No espaço de grande extensão territorial brasileira, com sua estrutura mesclada das várias culturas indígenas e africanas que aqui interagiam com a cultura europeia predominante, na ocupação da nova terra, dilatando o catolicismo lusitano, vemos os negros se relacionando bem cedo com o catolicismo, ao qual eram submetidos. No batismo lhes era apresentada a fé que deveriam professar e os santos a serem cultuados como forma de proteção. Assim iniciava-se a participação dos negros na fé católica. Nesse cenário, o culto originário das religiões africanas não foi reconhecido, mas sim combatido e proibido de se expressar no espaço brasileiro. Os negros procuraram caminhos alternativos, as Irmandades do Rosário, que, embora fossem controladas pela hierarquia eclesiástica por meio dos capelães que as acompanhavam, se tornaram o caminho possível das manifestações religiosas, assistenciais e de apoio mútuo entre os negros.

A religião católica prevaleceu nesse período até a proclamação da República como a religião oficial do Estado. Com a separação, a Igreja perdeu espaço na sociedade e procurou consolidar-se no novo contexto social e político com sua forte influência religiosa e moral. As organizações e as expressões religiosas do povo no campo religioso foram deixadas de fora e tratadas como ignorância religiosa, credices e que urgiam ser purificadas com os ensinamentos da fé católica fiel aos ditames romanos. Nesse novo contexto, fica muito difícil encontrar um lugar para a Congada na sociedade brasileira bem como para toda forma de cultura proveniente de negros, indígenas ou pobres, pois estes eram discriminados e desvalorizados e a única cultura aceita era a europeia.

A compreensão do lugar da Congada no contexto da religião católica pode ter como ponto de partida sua definição como uma expressão de fé em N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, a qual constitui um vínculo devocional comum com sua unidade de referência, a Igreja Católica. Outro ponto é o caráter leigo tão exaltado hoje na prática da Igreja, bem como a constituição de pequenas comunidades de fé. Portanto, o desafio para a igreja consiste em ver reconhecido em seu seio algo que cresceu à sua sombra. O convívio gerou familiaridade e intimidade com seus ritos e símbolos, possibilitando à dinâmica popular a resignificação dos seus símbolos de modo criativo e organizado. Surge assim um catolicismo popular com seus ritos, costumes e festas, celebrando ao seu modo a cultura religiosa. Trata-se dos congadeiros de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário.

A Congada vem de longa data resistindo e desafiando o tempo e o espaço no trabalho

e ação de seus agentes dançadores, mestres, capitães, reis e rainhas do congo que lutaram para demonstrar através da religião os seus valores, a esperança que carregam no peito e na memória de suas festas. Essa resistência e teimosia acontecem com os congadeiros sempre tentando encontrar seu lugar na sociedade e no seio da Igreja.

A história da vida de Zé da Ernestina, o Rei Congo de Minas Gerais, desvela a Congada apreendida por tradição familiar: “Eu aprendi de meu pai e meu avô”. Seus relatos direcionam os nossos olhos para dentro da Congada que eles vivem, dançam e celebram: uma manifestação devota à Nossa Senhora, que, pela sua mística, descortina um amplo universo simbólico diante de olhares que a interpretam como folclore ou como ignorância religiosa.

A pesquisa constata que por meio da Congada se organizam os elementos que constituem a visão de mundo do congadeiro, onde o ritual e os símbolos sagrados são evidenciados por seu mito fundador (a aparição de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário no Mar), pela postura ética, pela fé, pela solidariedade e festas celebradas.

O universo simbólico se manifesta na prática dos congadeiros devotos de Maria através do cumprimento de promessa, tanto na igreja como nas casas dos promesseiros ao longo do ano. No cortejo, a bandeira de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário é conduzida com toda reverência como símbolo sagrado que os guia e protege. A riqueza expressa através das embaixadas, das músicas e das orações nos leva a perceber que a Congada tem ritos que marcam os vários momentos da vida humana, tais como: a morte, o sofrimento, a memória da escravidão, a libertação, a festa, o cerimonial da festa de Nossa Senhora em seus vários momentos, a procissão, enfim, tudo que marca a vida do congadeiro em relação com o sagrado. Portanto, a Congada oferece sentido para a vida dos seus envolvidos, papel em boa medida exercido pela religião. Um olhar de fora por vezes se torna insuficiente para conseguir familiarizar e compreender o universo simbólico do congadeiro, no qual o ritual celebrado revitaliza o grupo ao longo do ano.

A classificação usual da Congada como manifestação folclórica é rechaçada pelos congadeiros de forma geral e em especial pelo Rei Congo de Minas Gerais, que diz: “Nós não somos folclóricos! Nós preferimos ser reconhecidos como membros da Irmandade de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário”. Para eles, isso significa fé, devoção, caridade, ação sagrada, religião. Como expressão cultural, a Congada está carregada de sentido religioso para os envolvidos na sua vivência e por isso é coisa séria.

A Congada de Jequitibá destaca-se pelo conhecimento que Zé da Ernestina tem sobre a Congada e, por ser ele o Rei Congo do Estado de Minas Gerais, o maior posto da hierarquia congadeira, possui uma visão fundamentada na fé e na religião católica atuando no campo que

lhe é próprio. Dessa forma, ele goza de autonomia ao presidir o ritual da Congada, mas procura estar profundamente integrado aos setores eclesiais que lhe dão reconhecimento e legitimidade católica. Ao longo do tempo, permaneceu ocupando um espaço de justaposição em suas confrarias, mas hoje procura criar mecanismos de proximidade com a Igreja. A identidade do grupo congadeiro definido por Zé da Ernestina se caracteriza como um grupo devocional próximo e alinhado com o segmento católico.

A Congada muitas vezes criada por grupos de família, ou comunidades, é mantida por membros das famílias apoiados por eclesiais e por grupos empenhados em preservar essas expressões culturais em meio à cultura moderna e de massa. As rápidas e profundas mudanças na sociedade moderna ainda contrastam com a mentalidade ainda rural campesina, ceileiro do belo, que ainda chama a atenção do homem moderno habitante dos grandes centros.

De fato, os valores religiosos presentes na cultura brasileira fazem surgir a Congada sincrética e impregnada desses valores comuns à própria cultura religiosa do povo. Por isso, é possível realizar a integração dessa herança cultural religiosa africana e genuinamente brasileira dentro do catolicismo romano. O nosso trabalho teve o objetivo de demonstrar que a Congada não se reduz à interpretação dos que a veem como ignorância religiosa ou mesmo como folclore.

A Congada consiste em uma forma diferente de celebrar e manifestar a fé por uma linha devota. Mas o único modo de conhecer e compreender os valores da prática congadeira e seu universo é situando-se dentro dele e, a partir do seu centro estrutural, perceber os valores que nele se manifestam. Pela nossa pesquisa podemos afirmar que através da Congada se organizam os elementos que dão a visão de mundo, postura, ética, fé, solidariedade e ritual do catolicismo popular. Numa palavra, cosmologia. A identidade do grupo congadeiro se caracteriza como um grupo devocional, que o aproxima cada vez do campo sagrado alinhado com o seguimento católico.

É vital para a Congada sua ligação com a Igreja, que sempre foi considerada como a unidade de referência religiosa. A convivência entre a tradição congadeira e o catolicismo romano, ao longo do tempo, leva o grupo a reivindicar e a se ver como parte dessa tradição religiosa a partir dos seus referenciais históricos determinados pela religião.

Nesse sentido, se existem outros aspectos da cultura religiosa africana no Brasil que tenha restrições à sua plena sintonia com a Igreja Católica, não é o caso da Congada, pois ela integra os significantes católicos como elementos comuns na vivência religiosa. O jeito congadeiro deve ser visto e acolhido numa outra perspectiva pela Igreja: a de pequenos grupos que têm o seu modo de manifestar e celebrar a fé e cantar a libertação. O que constitui

em sua base estrutural é um *ethos* religioso manifestado na dinâmica cultural do povo e isso constitui a sua própria identidade.

A exclusão do popular se torna uma prática recorrente até o advento do Vaticano II e demais conferências do CELAM. Contudo, a vigência dessa mentalidade, mesmo depois da realização do Vaticano, perdura até os dias de hoje e para a hierarquia é um desafio compreender melhor o seu encontro com a cultura religiosa afro-brasileira manifestada sobre vários aspectos no território brasileiro.

Portanto, a Congada devota resistiu até que novos ares soprassem de forma a valorizar e respeitar a cultura dos povos, impregnada de valores religiosos, por uma postura e espírito de abertura e diálogo com os critérios de uma atuação eclesial mais inculturada. O cultivo da sensibilidade para com essa cultura abre espaço de enriquecimento mútuo entre o oficial e o popular. Nesse sentido, a atitude corajosa de alguns segmentos da igreja se faz necessária como tentativa perseverante de se estabelecer no seu organismo pastoral a relação da Igreja com as expressões da religião negra no Brasil e em especial com a Congada.

A institucionalização da Capital Mineira do Folclore, a Federação Mineira do Congado, a Associação dos Congadeiros de Sete Lagoas, a Associação do Folclore de Jequitibá, se transformam na garantia de sobrevivência da herança dos antepassados. Embora o Festival do Folclore em Jequitibá seja um forte instrumento de preservação dos grupos e tradições dos antigos, muitos da região não se sentem identificados, desprovidos de sentimento de pertença, ocorrendo o desenraizamento do indivíduo do grupo. Isso ocorre devido à proximidade com Sete Lagoas, que cresce e se urbaniza cada vez mais, trazendo progresso, urbanização, modernidade e, conseqüentemente, o perigo da perda da identidade. Daí a importância de a Igreja reconhecer a Congada devota, responsabilizando e se comprometendo com ela. Assim, a Igreja somaria esforços junto a essa instituição e muito poderia contribuir e avançar no campo que lhe é específico.

Este trabalho é uma proposta de tornar compreensível para os leitores a Congada na ótica de quem está dentro dela e de quem a tem como extensão de sua vida. A Congada vista de fora sofre redução ao ser classificada como folclore, mas no entendimento dos que a vivem, eles não são folclóricos. Simulam quando aceitam participar de apresentações que lhes dão visibilidade, notoriedade, pois são alvos de constantes pesquisas e isso lhes dá garantia de preservação e sobrevivência ao longo do tempo. É preciso que seja assim até que um olhar hierárquico e inculturado a revise de modo afetivo e efetivo e possa assumir os valores nela contidos como meio de interlocução no cumprimento de sua missão junto ao povo, já que faz parte da dinâmica da própria religião a construção de comunidades que dão sentido à vida das

peças. A Congada é marcada por mecanismos de controles desde a Coroação de Reis em Recife, passando pelas Irmandades do Rosário em Minas Gerais e nos grupos de Congada espalhados pelo território mineiro. Na Coroação de Reis vemos a simulação de poder conferido aos negros, utilizando um dos seus para controle dos escravos. Nas Irmandades do Rosário a presença do capelão e a entrada dos grupos congadeiros na Igreja fica à mercê de o padre aceitar ou não o pedido de abrir as portas. Portanto, nesses três momentos estão presentes o mecanismo de poder e controle da fé e da religião dos negros.

Em Jequitibá, fica nítida a atitude dos padres abrindo e fechando a porta da instituição à Congada de acordo com as necessidades ou conveniências. Entre o popular e o romano vai se estabelecer um conflito no exercício do poder religioso. Em tempos de afirmação da identidade através do Candombe, a Congada é vista como misturada e, portanto, necessitada de purificação. No processo de romanização, a Congada é preterida em função de instituições e agremiações erigidas de forma convenientemente canônica e, por isso, aceitas e incentivadas com o apoio do clero. A Congada, nesse contexto, vê a porta da Igreja se fechar, pois ela passa a ser ignorada nos registros nos livros de tombos da paróquia e da ação dos eclesiásticos em boa medida. Mas, quando a igreja precisa conseguir dinheiro para realizar suas obras, os congadeiros são incentivados e bem vindos para ajudar na arrecadação de recursos financeiros. Só que nesse contexto o ritual da Congada e a mística que a envolve não são conhecidos pelos setores eclesiásticos, que de um momento para o outro proíbem sua manifestação, gerando conflito de poder entre os da resistência da Congada e os setores eclesiásticos.

A Congada, inserida na dinâmica da religião popular, goza de uma relativa autonomia e não necessita da presença de um eclesiástico para realização de seus ritos, uma vez que o capitão do grupo congadeiro é o oficiante do rito em homenagem a N. S<sup>ra</sup>. do Rosário, na matéria e na forma do rito popular. Nesse sentido, a Congada pode viver e sobreviver à margem da Igreja, mas não é isso que seus membros querem, pois eles buscam estar vinculados à unidade reguladora da identidade católica. São congadeiros e membros da Igreja Católica ao mesmo tempo. A presença do padre nas manifestações congadeiras confere a legitimidade pretendida, quer na bênção da imagem do(a) santo(a), quer participando em suas procissões ou rezando a missa da festa do Rosário.

Na história de vida de Zé da Ernestina, podemos perceber como a Congada perpassa sua vida desde criança como uma experiência religiosa bastante arraigada. A Congada, vista por ele, é algo sério, não é cachaçada, não é folclore, é Irmandade de Nossa Senhora. Cumprindo promessa, fazendo caridade, promovendo as crianças, ele não a vê como algo

errado, mas como algo bonito, de fé e muito forte na região. Por esse motivo, ele busca integração com os segmentos católicos, o que em boa medida acontece dado ao seu espírito conciliador. Ele nos ajuda a perceber e a compreender a Congada para além da classificação como folclore ou ignorância religiosa, mas como religião pela qual se cultua Nossa Senhora com ritmos e sons dos tambores, mas de forma integrada com os sacramentos e com os padres na Igreja. A porta se abre ou fecha mediante a proximidade e a conversão do eclesiástico à cultura religiosa do povo.

Diante do que foi apresentado, podemos dizer que a Congada é uma forma religiosa de viver no mundo imbuído da presença sagrada de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário. É uma manifestação profundamente mística que simbolismo, gestos, representações e ritual congadeiro compartilham intrinsecamente a experiência religiosa de seus envolvidos.

Pelo estudo, concluímos que a Congada em Jequitibá e região é uma Congada devocional sob o signo da fé em N. S<sup>ra</sup>. do Rosário.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Adroaldo J. S.; SANTOS, Lyndon de A.; FERRETTI, Sérgio F. (Org.). **Religião, raça e identidade**: colóquio do centenário da morte de Nina Rodrigues. São Paulo: Paulinas, 2009.

ALVES, Isidoro. **O carnaval devoto**: um estudo sobre a festa de Nazaré em Belém. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Isidoro Maria da Silva. **O carnaval devoto**: um estudo sobre a Festa de Nazaré, em Belém. Petrópolis: Vozes, 1980. [7]p. (Antropologia ;13 )

AMBROSIO, Maria das Mercês Bonfim. **A pedagogia do Rosário, conteúdo educativo da festa**: estudo do potencial pedagógico contido na festa de Nossa Senhora do Rosário. 1988. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/FAEC-87DJEQ>>. Acesso em: 01 jan. 1989.

ANDRADE, Mario de. **Danças dramáticas do Brasil**. Edição organizada por Oneyda Alvarenga. 2.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL/Fundação Nacional Pró-Memória, 1982.

ANDRADE, Raimundo Ozanan. Velhas alianças, nova hegemonia. **Síntese**, São Paulo, v.14, n. 37, p.71, maio/ago. 1986.

ANTONIAZZI, Alberto; MATOS, Henrique Cristiano José. **Cristianismo**: 2000 anos de caminhada. São Paulo: Paulinas, 1996.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil**: um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARCEBISPOS E BISPOS DAS PROVÍNCIAS ECLESIASTICAS DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO, MARIANNA, SÃO PAULO, CUYABÁ E PORTO ALEGRE. **Pastoral colectiva**. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1911.

AZEVEDO, Manuel Quitério. **O culto a Maria no Brasil**: história e teologia. Aparecida, SP, Santuário, 2001. 260 p.

AZEVEDO, Thales de. **A religião civil brasileira**: um instrumento político. Petrópolis: Vozes, 1981. 142 p.

AZZI, Riolando. A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1936-1945). **Síntese**, São Paulo, v.7, n. 19, p.49-71, maio/ago. 1980.

AZZI, Riolando. A interpretação da história do Brasil segundo José Honório Rodrigues. **Síntese**, São Paulo, v.5, n. 14, p.111, set./dez. 1978.

AZZI, Riolando. Dom Antônio de Macedo Costa e a posição da igreja no Brasil diante do advento da República em 1889. **Síntese**, São Paulo, v.3, n. 8, p.45, jul./dez. 1976.

AZZI, Riolando. Igreja e estado em Minas Gerais: crítica institucional. **Síntese**, São Paulo, v.15, n. 38, p.23-, set./dez. 1986.

AZZI, Riolando. **O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977.

AZZI, Riolando. O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940). **Síntese**, São Paulo, v.6, n.17, p.69- set./dez. 1979.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930 (I). **Síntese**, São Paulo, v.4, n. 10, p.61-89, maio/ago. 1977.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930 (II). **Síntese**, São Paulo, v.4, n. 11, p.73-, set./dez. 1977.

BARNADAS, Josep M. P. Discurso latino-americano sobre a religiosidade popular. **Revista de Cultura Vozes**, São Paulo, v.73, n.4, maio 1979.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. Tradução Maria Heloisa Capellato e Olívia Krâuhembuhl. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1985.

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. **Festa do rosário de Pombal**. Paraíba: Universitária, [1979?].

BEOZZO, José Oscar. **História Geral da Igreja na América Latina**: ensaio de interpretação a partir do povo (T.II/2). 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

BINA, Gabriel Gonzaga. **O atabaque na igreja**: a caminho da inculturação litúrgica em meios afro-brasileiros. São Paulo: Brasil, 2002.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário**: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986. (Ensaaios, 116).

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas: Papyrus, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Religião, campo religioso e relação entre religião erudita e religião popular. In: **Religião e catolicismo do povo**, cadernos Studium Theologicum, n° 6, Curitiba, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Sacerdotes de viola**: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais. Petrópolis: Vozes, 1981.

BURKE, Peter. **A cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CÂMARA, Cardeal Jaime de Barros. **Compêndio de teologia pastoral**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1955.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 9.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAI. Anuário católico do Brasil. VI. Rio de Janeiro: Adipro, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Brasil 500 anos: diálogo e esperança: carta à sociedade brasileira e às nossas comunidades**. São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo, c2000. 43 p. (Documentos da CNBB ; 65)

COMBLIN, José. Prolegômenos da catequese no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. XXVII, n.4, dez. 1967.

CONCÍLIO VATICANO, 2., 1962-1965. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 743p.

CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE. (5.: 2007: Aparecida). CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferencia geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 13-31 de maio de 2007**. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulinas: Paulus; 2008. 311 p

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, **Documento de Medellín**. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, **Documento de Puebla**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE JEQUITIBÁ, **Plano Municipal de Cultura**. Jequitibá, 2000/2002.

COORDENADORIA DE CULTURA. **Simpósio de comunicações sobre pesquisa em folclore**. 2.ed. Belo Horizonte, 1980.

CRUZ, Raimundo Lázaro. O rei do congo e o maracatu nação: religião, poder e identidade. In: LAIN, Vanderlei (Org.). **Mosaico religioso: faces do sagrado**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIOCESE DE SETE LAGOAS. Circular, nº 3. Sete Lagoas, 1956.

DIOCESE DE SETE LAGOAS. **Conclusões da III Assembleia**, 1995-1998.

DIOCESE DE SETE LAGOAS. **Inculturação: preparação das assembleias**, 1995.

DIRETRIZES DO GOVERNO E DECRETOS DA CAPITAL MINEIRA DO FOLCLORE. Jequitibá, de 07 de julho de 1991.

DOURADO. Antônio González. Os religiosos na história da evangelização na América Latina. **Síntese**, São Paulo, v.16, nº 43, p.55, maio/ago. 1988.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1886.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30.ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FROHLICH, Roland. **Curso básico de história da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1987.

GALILEIA, Segundo. **Religiosidade popular e pastoral**. São Paulo: Paulinas, 1978.

GAUDIUM et SPES. In: **Compêndio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1982.

GIFFONI, Maria Amália Corrêa. **Reinado do rosário de Itapecerica**. São Paulo: Palas Athena, 1989.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Negras raízes mineiras**: os Arturos. Belo Horizonte: Mazza, 2000.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Do presépio à balança**: representações sociais da vida religiosa. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

GOVERNO DO ESTADO. In: Minas Gerais: **Diário do Executivo**. Quarta-feira, 21 de março de 1978.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOORNAERT, Eduardo (coord.). **História geral da igreja na América Latina**: história da Igreja no Brasil primeira época (T.II/1). 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

HOORNAERT, Eduardo (coord.). **História geral da igreja na América Latina**: história da Igreja no Brasil segunda época (T.II/2). 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro**: 1550-1800. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. Publicado no **Diário do Executivo**. 21 de março de 1979.

IGREJA CATÓLICA. Arquidiocese de Mariana. **Guia Geral 2008-2009**, Mariana MG: Dom Viçoso, 2008. Arquivo Público Municipal, seção colonial, código 119: 86V.

IGREJA CATÓLICA. Pastoral Colectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo, Cuyabá e Porto Alegre comunicado ao clero e aos fieis o resultado na cidade de S. Paulo de 25 de

setembro a 10 de outubro de 1910. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1911. 767p.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO CONGADO, por uma equipe interdisciplinar organizada pelo Centro de Extensão da UCMG. Patrocinado pela UCMG. Belo Horizonte, 1974. 104p.

LEERS, Bernardino. **Catolicismo popular e mundo rural**: um ensaio pastoral. Petrópolis: Vozes, 1977.

LIBANIO, João Batista. A III Conferência Geral do episcopado latino-americano. **Síntese**, São Paulo: Loyola, v.5, nº 12, p.95, jan./mar. 1978.

LIBANIO, João Batista. **Introdução à vida intelectual**. Petrópolis: Loyola, 2001.

LIMA, Mario de. **O bom combate**. Belo Horizonte, 1929.

LIVRO DE RECEITAS E DESPESAS, junho de 1872, p.1

LIVRO DA IRMANDADE DO ROSÁRIO JEQUITIBÁ, 1872 a 1920.

LIVRO nº 4. Batizados dos escravos de 1873-1889. Barra do Jequitibá.

LIVRO DE TOMBO I. Da paróquia do Santíssimo Sacramento de Jequitibá, Jequitibá, 1921 a 1934.

LIVRO DE TOMBO II. Da paróquia do Santíssimo Sacramento de Jequitibá, 1936 a 1957.

LIVRO DE TOMBO III. Da paróquia do Santíssimo Sacramento de Jequitibá, 1957 a 1997.

LORSCHIEDER, Aloísio. Introdução. In: Documentos do CELAM. São Paulo: Paulus, 2004.

LUCAS, Glaura. **Os sons do Rosário**: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: o reinado do rosário do Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza, 1997.

MARTINS, Saul. **Folclore em Minas Gerais**. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 1991.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da igreja católica no Brasil**. (tomo I Período Colonial). 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da igreja católica no Brasil**. (Tomo III – Período Republicano e atualidade). São Paulo: Paulinas, 2003.

NEGRÃO, Lísias. A religiosidade do povo: visão complexiva do problema. In: QUEIROZ, José J. (Org.). **A religiosidade do povo**. São Paulo: Paulinas, 1984. p.7-41.

NOGUEIRA, J. C. Freud e a interpretação psicanalítica do fenômeno religioso. **Reflexão**, Campinas, n.7, p.369-382, 1977.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da religião**. Petrópolis: Vozes, 2003. p.177-197.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, n.36, mar. 1976.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PALACÍN, Luís. Opressão e liberdade em ‘O Valeroso Lucideno’: um estudo sobre os limites da consciência. **Síntese**, São Paulo, v.3, nº 7, p.43-57, abr./jun. 1976.

PALEARI, Giorgio. **Religiões do povo: um estudo sobre a inculturação**. 3.ed. São Paulo: AM, 1990.

PASSOS, Mauro. O catolicismo popular – o sagrado, a tradição a festa. In: PASSOS, Mauro (Org.). **A festa na vida: significado e imagens**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.165-190.

PASTORAL COLLETIVA. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1910.

PAULA, Armando de. **O ensino como extensão da vida**. Belo Horizonte: PUC Minas, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1985.

PEÇANHA, R. Vinicius. O reinado de Nossa Senhora do Rosário. In: Diário do Oeste. Divinópolis: Schwindi, [198?].

PIMENTA, Paulo Emilio. **As origens do fenômeno religioso**. Belo Horizonte: São Vicente, 1980.

QUEIROZ, José (Org.). **A religiosidade do povo**. São Paulo: Paulinas, 1984.

RATTI, Ambrogio Damiano Achille. Documentos de Pio XI (1922-1939). In: **Documentos Papais II**. Tradução Darci Marin. São Paulo: Paulus, 2004.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Nacional, 1976.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Religião e classes populares**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANCHIS, Pierre. Festa e Religião popular: as romarias de Portugal. **Revista de Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, n. 4, v.73, p.5-18, maio 1979.

SANCHIS, Pierre. No mapa das religiões, há lugar para a “religiosidade”? **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n.30, p.183-198, out. 2001.

SANCHIS, Pierre. O campo religioso contemporâneo no Brasil. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (Org.) **Globalização e religião**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.103-115.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do ser negro**: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**: a Irmandade de N. S<sup>ra</sup>. do Rosário dos Pretos do distrito Diamantino no séc. XVIII. São Paulo: Cia. Nacional, 1976.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **Congado de Uberlândia**. Registro imaterial. 2007.

SODRÉ, Muniz. **Terreiro e cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1988.

TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da religião**: enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). **Catolicismo plural**: dinâmicas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOMÉ, João. **Ata da guarda São Geraldo**, Sete Lagoas, realizada no dia 6 de dezembro de 1981.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. 428p. (Reconquista do Brasil. 2ª série188).